



GUILHERME MARGARIDO ORTEGA

SONHO E RECOMEÇO:
As decisões migratórias das famílias da RMC

Campinas

2014



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

GUILHERME MARGARIDO ORTEGA

SONHO E RECOMEÇO:
As decisões migratórias das famílias da RMC

Orientador: JOSÉ MARCOS PINTO DA CUNHA

Dissertação de Mestrado apresentada no Instituto
de Filosofia e Ciências Humanas para obtenção do
Título de Mestre em Demografia.

Este exemplar corresponde à versão final da
dissertação, defendida pelo aluno Guilherme
Margarido Ortega orientado pelo Prof. Dr. José
Marcos Pinto da Cunha e aprovado no dia 24 de
fevereiro de 2014.

CAMPINAS

2014

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/338

Or8s Ortega, Guilherme Margarido, 1989-
Sonho e recomeço : as decisões migratórias das famílias da RMC / Guilherme Margarido Ortega. – Campinas, SP : [s.n.], 2014.

Orientador: José Marcos Pinto da Cunha.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Migração interna - Campinas, Região Metropolitana (SP). 2. Processo decisório. 3. Relações de gênero. 4. Mobilidade residencial. I. Cunha, José Marcos Pinto da, 1959-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Dream and resumption : migration decisions of the families of RMC

Palavras-chave em inglês:

Internal migration - Campinas, Metropolitan Areas (SP)

Decision-making process

Gender relations

Residential mobility

Área de concentração: Demografia

Titulação: Mestre em Demografia

Banca examinadora:

José Marcos Pinto da Cunha [Orientador]

Adriana de Miranda Ribeiro

Roberta Guimarães Peres

Data de defesa: 24-02-2014

Programa de Pós-Graduação: Demografia



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Dissertação de Mestrado, em sessão pública realizada em 24 de fevereiro de 2014, considerou o candidato GUILHERME MARGARIDO ORTEGA aprovado.

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida e aprovada pela Comissão Julgadora.

Prof. Dr. José Marcos Pinto da Cunha

Profa. Dra. Adriana de Miranda Ribeiro

Profa. Dra. Roberta Guimarães Peres

RESUMO

Analisamos as características dos migrantes (homens e mulheres) responsáveis pelo domicílio, consideradas através da sua escolaridade, posição no mercado de trabalho, papel desempenhado na residência e participação em redes sociais – esta, no sentido de facilitar e/ou incentivar a migração, influenciando na tomada de decisão em migrar ou não. Esta dissertação tem como objetivo observar a importância da decisão migratória na mobilidade residencial intrametropolitana, realizando uma diferenciação entre os domicílios com responsáveis declarados homens e mulheres, bem como a influência dos condicionantes de gênero relacionados ao papel da mulher no domicílio. Para tanto, foram utilizados os dados coletados em uma pesquisa domiciliar realizada em 2007 na Região Metropolitana de Campinas que contém não apenas dados mais detalhados sobre as trajetórias migratórias dos indivíduos como também dos responsáveis pelos domicílios, além de outras informações sobre suas condições materiais e sociais, incluindo aspectos sobre redes e capital social. Ademais, utilizamos os dados do Censo Demográfico Brasileiro de 2010 e entrevistas qualitativas.

ABSTRACT

We analyze characteristics of migrants (men and women) household heads, considered by their education, position in the labor market, the role of the residence and participation in social networks - in order to facilitate and/or encourage migration, influencing in making the decision to migrate or not. This thesis aims to identify the importance of migration decision intrametropolitan residential mobility, making a differentiation between households with officials declared men and women, as well as the influence of gender-related constraints to women's role in the household. We used data collected in a household survey conducted in 2007 in the Metropolitan Region of Campinas, that not only contains more detailed data on migration trajectories of individuals as well as the heads of households, and other information about their material and social conditions including aspects of networks and social capital. Furthermore, we use data from the Brazilian Population Census 2010 and qualitative interviews.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	XIII
LISTA DE GRÁFICOS	XV
LISTA DE QUADROS	XVII
LISTA DE TABELAS.....	XIX
SOBRE O TÍTULO.....	XXI
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1: DA ESTRUTURA AO INDIVÍDUO, OS PROCESSOS DE DECISÃO MIGRATÓRIA	7
1.1. MIGRAÇÃO FEMININA	10
1.2. GÊNERO E MIGRAÇÃO	12
1.3. A DEMOGRAFIA E OS ESTUDOS DE GÊNERO.....	15
1.4. CONTEXTUALIZANDO A REGIÃO DE ESTUDO: A RMC	16
CAPÍTULO 2: METODOLOGIA E MATERIAIS.....	23
2.1. METODOLOGIA QUANTITATIVA E MATERIAIS	23
2.2. METODOLOGIA QUALITATIVA	24
2.2.1. <i>Porque entrevistas qualitativas?</i>	24
2.2.2. <i>A escolha dos entrevistados</i>	26
2.2.3. <i>Metodologia das entrevistas</i>	26
2.2.4. <i>Os entrevistados</i>	29
CAPÍTULO 3: CARACTERÍSTICAS DOS MIGRANTES RESPONSÁVEIS PELO DOMICÍLIO DA RMC	31
3.1. MODALIDADE DE MIGRAÇÃO	34
3.2. FAMÍLIA.....	36
3.3. EDUCAÇÃO.....	40
3.4. TRABALHO E RENDA	43
CAPÍTULO 4: AS DECISÕES MIGRATÓRIAS	49
4.1. MOTIVOS PARA A MIGRAÇÃO	50
4.2. A IMPORTÂNCIA DAS REDES DE APOIO NO PROCESSO DECISÓRIO	53
4.3 A DECISÃO SOB O PONTO DE VISTA QUALITATIVO: RELATOS	59
4.3.1. <i>A decisão masculina</i>	59
4.3.2. <i>A decisão conjunta</i>	64
4.3.3. <i>A decisão Feminina</i>	65
<i>Mulheres casadas</i>	66

<i>Mulheres viúvas e/ou separadas</i>	68
CONCLUSÕES	71
REFERÊNCIAS:	75
ANEXO	83

*À minha mãe, dessas mulheres migrantes, que sempre fez questão de compartilhar suas decisões
com os filhos.
Ao meu pai, que me criou ao redor dos livros.*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer à CAPES, financiadora deste projeto e aos professores docentes do Programa de Pós-graduação em Demografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, peças fundamentais nesses dois anos de mestrado, tanto os que pude ter a honra de ser aluno em disciplinas, como os que nunca tive aula, mas que sempre estiveram de portas abertas para ajudar aos alunos em qualquer momento. Em especial gostaria de agradecer às professoras Dra. Elisabete Dória Bilac e Dra. Rosana Aparecida Baeninger, que participaram de minha banca de qualificação e que ministraram disciplinas que foram de suma importância no desenvolvimento desta dissertação, e também a professora Dra. Tirza Aidar, coordenadora do programa de Pós-Graduação que sempre esteve à disposição de nós, alunos, e do programa.

Não posso deixar de agradecer ao Núcleo de Estudos de População da UNICAMP (NEPO), através da figura de sua coordenadora, Dra. Estela Maria Garcia Pinto da Cunha, além é claro de todos os pesquisadores e funcionários do núcleo, sempre prontos a ajudar e que proporcionam um ambiente que recebe e acolhe os alunos de Demografia como uma segunda casa.

Alguns pesquisadores e bolsistas do NEPO, bem como estudantes do programa foram essenciais para a realização das entrevistas de campo, fundamentais para esta dissertação. Os agradeço, em especial a Dafne Sponchiado Firmino da Silva, cuja voz está gravada não só nos áudios de quase todas as entrevistas realizadas, mas em muitas outras histórias que vivemos em campo. Aproveito para agradecer aos aqui inomináveis entrevistados que contribuíram sem receio, e com a ânsia de poder compartilhar todos os momentos de suas trajetórias de vida.

Agradeço aos meus colegas de turma: Bárbara Estanislau, Gabriela Moraes, Igor Johansen, Jackeline Silva, Késia Anastácio e Marília Calegari, que formaram um grupo tão unido nos momentos de estudo, de frustração e de comemoração. Tenho certeza de que nunca fomos competidores, caminhamos até a linha de chegada todos juntos de mãos dadas.

Não tenho palavras para expressar o apoio de minha família em seguir uma carreira profissional que não fosse tão tradicional: à minha mãe e irmã pela paciência nos momentos de incerteza e de conquistas, e ao meu pai pelos conselhos de alguém que já percorreu todo o caminho que ainda pretendo percorrer.

Por fim, mas não menos importante, ao Professor Dr. José Marcos Pinto da Cunha, que orientou esta dissertação e que me orienta desde o segundo ano de graduação no curso de Sociologia. Agradeço por compartilhar tamanho conhecimento, entusiasmo, agradeço pelo estímulo e por ter proporcionado a um, na época garoto, tamanha oportunidade, em não só desvendar a região inteira em que vivo, mas de conhecer, através das entrevistas de campo, histórias de seres humanos, às vezes fortuitas, às vezes infelizes, que contribuíram não só como bagagem na construção de teorias e metodologias, mas também como conhecimento pessoal. Experiências que nos engrandecem como pessoas e que nos fazem olhar para o outro muito mais do que um objeto de estudo são impagáveis; muito obrigado!

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: População residente responsável pelo domicílio por sexo e idade, Região Metropolitana de Campinas (2010)	33
Gráfico 2: População residente não migrante responsável pelo domicílio por sexo e idade, Região Metropolitana de Campinas (2010)	33
Gráfico 3: População residente migrante (Data Fixa) responsável pelo domicílio por sexo e idade, Região Metropolitana de Campinas (2010).....	34
Gráfico 4: População residente migrante interestadual (Data Fixa) responsável pelo domicílio por sexo e estado civil, Região Metropolitana de Campinas (2010)	35
Gráfico 5: População residente migrante intraestadual (Data Fixa) responsável pelo domicílio por sexo e estado civil, Região Metropolitana de Campinas (2010)	36
Gráfico 6: População residente responsável pelo domicílio por sexo e condição migratória (Data Fixa) segundo estado civil, Região Metropolitana de Campinas (2010).....	37
Gráfico 7: População residente responsável migrante (Data Fixa) por escolaridade e sexo, Região Metropolitana de Campinas (2010)	42
Gráfico 8: População residente responsável migrante (Data Fixa) por renda do domicílio em salários mínimos e sexo, Região Metropolitana de Campinas (2010)	46
Gráfico 9: População residente responsável feminina migrante (Data Fixa) por renda do domicílio em salários mínimos, Região Metropolitana de Campinas (2010).....	47
Gráfico 10: População residente (chefe migrante), por sexo e considerações sobre sua rede de apoio no município de residência atual, Região Metropolitana de Campinas (2007)	58

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Características dos entrevistados.....	30
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População residente e IDH médio por município, Região Metropolitana de Campinas (2010)	20
Tabela 2: População residente migrante (Data Fixa) responsável pelo domicílio por sexo, Região Metropolitana de Campinas (2010)	31
Tabela 3: População residente responsável não migrante por escolaridade, Região Metropolitana de Campinas (2010).....	40
Tabela 4: População residente responsável migrante (Data Fixa) por escolaridade, Região Metropolitana de Campinas (2010)	41
Tabela 5: População residente responsável migrante (Data Fixa) por trabalhou ou não na semana de referência, Região Metropolitana de Campinas (2010)	44
Tabela 6: População residente feminina responsável migrante (Data Fixa) por trabalhou ou não na semana de referência e estado civil, Região Metropolitana de Campinas (2010).....	44
Tabela 7: População residente chefe migrante, por lugar onde foi morar ao chegar ao município de residência no momento da entrevista, Região Metropolitana de Campinas (2007)	49
Tabela 8: População residente chefe migrante por condição familiar quando chegou ao município de residência no momento da entrevista, Região Metropolitana de Campinas (2007)	50
Tabela 9: População residente chefe migrante por motivo pelo qual se mudou ao município de residência no momento da entrevista, Região Metropolitana de Campinas (2007)	51
Tabela 10: População residente chefe migrante por motivo pelo qual se mudou do município de residência anterior ao momento da entrevista, Região Metropolitana de Campinas (2007) ...	53
Tabela 11: População residente (chefe migrante), por sexo e como soube do município de residência no momento da entrevista, Região Metropolitana de Campinas (2007)	54
Tabela 12: População residente (chefe migrante), por sexo e se este conhecia um residente do município antes de migrar, Região Metropolitana de Campinas (2007).....	55
Tabela 13: População residente (chefe migrante), por sexo e quem este conhecia no município previamente à mudança, Região Metropolitana de Campinas (2007)	55

SOBRE O TÍTULO

O Título desta dissertação – “Sonho e Recomeço” – surgiu em uma das entrevistas de campo realizadas. Questionada sobre a possibilidade de mudar do município em que vivia, em uma casa própria, ainda que precária a Entrevistada 14 respondeu que não mudaria: “*O sonho que a gente ‘ta’ construindo é aqui (...) quando ‘a gente’ mudou pra cá foi quando praticamente começou a nossa vida*”.

INTRODUÇÃO

O objetivo desta dissertação é uma diferenciação das decisões migratórias de domicílios de responsabilidade masculina e feminina no âmbito de uma Região Metropolitana, entendendo que há influência do gênero nesse tipo de fenômeno.

Com a consolidação das Regiões Metropolitanas (RMs) e sua institucionalização no Brasil, a partir da Constituição de 1988, houve uma mudança nos padrões de mobilidade e migração, muito além da migração rural-urbana e interestadual. Por meio de uma descentralização espacial dos investimentos industriais e da centralização dos serviços especializados nas grandes metrópoles (CADVAL & GOMIDE, 2002), foi criado o que podemos chamar de novos centros urbanos, o que estimulou e ampliou a importância de outras cidades dentro das Regiões Metropolitanas, tornando-as alvo dos processos de migração. Nesse sentido, parte-se do pressuposto de que a migração interna é sempre historicamente condicionada e, portanto, suas características e consequências seriam sempre datadas e refletiriam situações estruturais da sociedade no tempo e espaço em que ocorrem (SINGER, 1973).

Para Singer (1980), os processos de concentração espacial das atividades e do capital possuiriam, no capitalismo, um nexos causal comum. As desigualdades regionais que influenciariam e estimulariam as migrações internas levariam a inovação dos meios de produção nos processos de Revolução Industrial que levariam à emigração, assim como os fatores de estagnação da economia ou a não inovação dos meios de produção. As políticas de desenvolvimento regional deram ênfase à infraestrutura e aos serviços, estimulando empresas a fixarem-se nas RMs, o que também influenciou o processo migratório. Entretanto, para Singer (1980), as causas e os motivos da migração são coisas distintas. As causas teriam a ver com os problemas estruturais da região, enquanto os motivos para migrar seriam individuais.

Neste sentido, Macisco Jr. (1975) argumenta pela necessidade de que sejam estudadas, além das características demográficas dos próprios migrantes como sexo, idade e nível educacional, também suas características socioculturais e de atributos individuais, como inovação e aspirações para o futuro, entendendo que o processo de decisão migratória passa também pela discussão de decisões individuais estratégicas.

As cidades que estão inseridas em uma Região Metropolitana, pelas características peculiares deste tipo de aglomeração urbana (integração, complementariedade e fluidez espacial),

registram um maior deslocamento e mobilidade entre seus habitantes do que as demais. Como diz Langenbuch (1991 *apud* SANTOS, 2005), “(...) a metrópole constitui um tipo especial de cidade, que se distingue das menores não apenas por sua dimensão, mas por sua série de fatos, quer de natureza quantitativa, quer de natureza qualitativa” (1991 *apud* SANTOS, 2005, p. 84). De fato, a fluidez espacial representada pelas formas de mobilidade é, sem dúvida, um diferencial destas áreas.

Cumprе esclarecer, dessa maneira, que estamos de acordo que seria mais interessante pensar o conceito de *mobilidade* ao invés de *migração*, já que há uma diferença entre os fenômenos. Para Cunha (2011), a mobilidade é um fenômeno que trata da habilidade de se mover, uma diferenciação importante em comparação à migração interna, sendo esta uma terminologia mais ampla e complexa, que leva em conta a movimentação populacional no espaço. Não significa, entretanto, descartar a migração, “(...) esta variável é parte constitutiva do pensar demográfico, já que representa um dos três pilares¹ a partir dos quais se pode estudar a modificação do tamanho, estrutura e distribuição espacial da população” (CUNHA, 2011, p. 8).

Nesse debate, um conceito mal empregado, segundo José de Souza Martins (2002), é o de migrante. Há uma grande dificuldade em definir quem é migrante e quem não é, sendo preciso um esforço em entender as migrações além da sua dimensão territorial e demográfica, como “deslocamentos sociais” (MARTINS, 2002, p. 133). Sendo assim, a consolidação das Regiões Metropolitanas, impulsionada pelas transformações ocasionadas principalmente pela globalização, identifica a migração intrametropolitana como um processo social.

Nesse sentido, podemos determinar, por um lado, que a mobilidade espacial configura-se não apenas como uma “(...) estratégia a partir da qual seja possível enfrentar o problema habitacional, um dos principais dilemas a serem enfrentado pela população ao permanecer na metrópole” (CUNHA, 2011, p. 177/178) e, por outro, como uma estratégia para a inserção do indivíduo no mercado de trabalho, assim como ocorre com os movimentos de mais longa distância.

É nesse contexto que a dinâmica das relações de trabalho, assim como a migração e outros tipos de mobilidade espacial dos indivíduos no espaço das Regiões Metropolitanas são fundamentais para a determinação das condições de vida da população. Sendo assim, “A mobilidade espacial, de maneira geral, e a migração em particular, estão atreladas à estruturação

¹ A saber: migração, fecundidade e mortalidade.

das grandes metrópoles brasileiras, sendo não apenas, mas, às vezes, até causas desse processo” (CUNHA, 2011, p. 133).

Outro tema importante deste debate é o da segregação espacial, que está presente quando se leva em conta que o migrante muitas vezes migra em situação econômica precária e por isso procura lugares periféricos para viver, ou seja, mais baratos; lugares muitas vezes discriminados pelo centro, por se tratar de bairros de elevada concentração de pobreza. Segundo Andrade & Serra (2001) “Nas regiões metropolitanas, há maior discriminação do imigrante ante os nativos, traduzida pelos diferenciais de rendimento” (ANDRADE & SERRA, 2001, p. 195). É claro que o estudo de Andrade & Serra (2001) analisa um movimento migratório de mais longo alcance, interestadual. Em um sentido intrametropolitano, Cunha (2011) nos diz:

De fato, no caso da migração para as periferias no Brasil poderia ocorrer uma deterioração das condições de vida dos migrantes, na medida em que tal mudança de residência implicaria na dificuldade de acesso e/ou piora da qualidade de serviços públicos já que, como mostram vários estudos em metrópoles brasileiras (...) estas periferias, são, de maneira geral, locais onde tais serviços são de pior qualidade (CUNHA, 2011, p. 118).

Essa observação é importante para entender como se dá a adaptação do indivíduo ao se mover, principalmente no caso da associação entre a inserção do migrante no novo ambiente e as possibilidades de melhorar de vida naquele lugar como no caso da migração feminina².

Os movimentos migratórios dentro das Regiões Metropolitanas são intensos e as novas questões migratórias dos anos 1980 – levando em conta, por exemplo, a diminuição do crescimento populacional das cidades-sede e as migrações de retorno – já não eram tão bem explicadas pela economia e pela teoria do *push and pull* (um lugar atrairia migrantes com ofertas de trabalho e o outro expulsaria, por escassez de trabalho). Percebe-se que no passado, nos países em desenvolvimento, a migração de mais longa distância era um fenômeno mais recorrente, o que levava a aplicação mais certa de categorias herméticas de análise, como origem/destino, urbano/rural, industrial/não industrial. Diferentemente de hoje, quando a complexidade do fenômeno demanda outras explicações (CUNHA, 2011), pedindo análises através das novas dinâmicas urbanas, da questão metropolitana e através, principalmente, de novos conceitos no

² Como veremos mais adiante.

fenômeno, como a construção de redes de socialização e, saindo do âmbito estrutural, do ciclo vital, a importância das escolhas, estratégias e alternativas individuais. Nesse sentido, cria-se também a necessidade da utilização de análises a respeito da mobilidade que levem em conta questões não tão exploradas nos estudos migratórios, como por exemplo, as decisões familiares e o empoderamento dentro dos domicílios. No tocante a essas decisões, nos chama a atenção os estudos sobre gênero.

A importância do mercado de trabalho nos processos migratórios fez com que os estudos sobre a decisão de migrar se dessem essencialmente através do ponto de vista do homem, sendo que as mulheres, em geral, eram vistas como acompanhantes, desempenhando um papel secundário no processo e, portanto, não consideradas objeto de estudo. A crescente participação das mulheres no mercado de trabalho, ainda que recebendo salários mais baixos que o dos homens e sua manutenção nos empregos domésticos têm aumentado a importância das decisões femininas no domicílio bem como no aumento da chefia feminina. Ampliam-se, assim, o interesse por estudos sobre os processos de decisões familiares através dos novos arranjos e rearranjos domésticos.

Chamamos a atenção então para a crítica feminista aos estudos de enfoque neoliberal, que determinam que homens e mulheres migram pelas mesmas razões; além disso, levariam em conta questões somente econômicas e não considerariam também forças estruturais que podem interferir na tomada de decisão. De outro lado, cabe também uma crítica aos estudos de enfoque estruturalista, que entendem a migração feminina como consequência das necessidades de capital barato, não deixando espaço para pensar o agente humano.

Sendo assim, é necessária uma diferenciação à atenção às estratégias familiares e não só do indivíduo que toma a decisão, uma visão, portanto, sob o processo decisório que vá além de questões já tão tratadas nos estudos migratórios, como os custos e ganhos da migração³, considerando que outros elementos são capazes de influenciar esse processo e que os indivíduos respondem diferentemente às adversidades e tomam decisões heterogêneas. Um estudo que “(...) presta atención a la naturaleza de los roles y relaciones de género en diferentes contextos económicos y culturales; tiene en cuenta la producción así como la reproducción, y enfatiza la

³ Como os textos de Massey nos anos 1990.

existencia de relaciones de poder dentro de los hogares” (ZONTINI, 2005, p. 104)⁴ faz-se mister neste contexto.

Entretanto, a crítica à ideia de que é na residência que se tomam todas as decisões ignora conexões e redes sociais mais amplas. Assim, “(...) las decisiones sobre migración no se toman exclusivamente en el seno de los hogares y las familias, y (...) la participación de los inmigrantes en redes más amplias parece crucial” (ZONTINI, 2005, p. 107)⁵.

Tentamos nessa dissertação analisar as diferenças nos processos de decisão migratória nos domicílios chefiados por homens e por mulheres, assim como a importância que as relações de gênero têm dentro dessas decisões na família, levando em conta que “(...) gender cannot be considered in isolation of these structural arrangements and (...) gender alone is insufficient to specify the conditions of migrant women (...)” (SASSEN, 1998, p. 131)⁶.

Para responder a essas questões, foram utilizados os dados do Censo Demográfico IBGE 2010 e o Banco Vulnerabilidade⁷, oriundo de uma pesquisa realizada em 1824 domicílios na Região Metropolitana de Campinas (RMC), em 2007. Além disso, foram realizadas 33 entrevistas de campo nas cidades de Campinas e Hortolândia entre os anos de 2009 e 2012.

O Capítulo 1 desta dissertação trata-se de uma discussão bibliográfica acerca das decisões migratórias no âmbito da família e nas discussões de gênero, bem como uma análise deste nos estudos demográficos, além de uma contextualização da Região Metropolitana de Campinas (RMC). O Capítulo 2 discute a metodologia e as fontes utilizadas deste trabalho. O Capítulo 3 caracteriza as famílias migrantes e não migrantes da região, sempre utilizando uma divisão entre os domicílios de responsáveis homens e mulheres, além de uma análise da migração, educação e renda desses responsáveis, utilizando as entrevistas qualitativas como exemplos dos dados quantitativos coletados. Por fim, o Capítulo 4 traz dados do Banco Vulnerabilidade a respeito do momento da migração, que juntamente com as entrevistas nos ajudaram a entender o processo de decisão migratório.

⁴ “(...) volta atenção à natureza dos papéis e relações de gênero em diferentes contextos econômicos e culturais; tendo em conta a produção assim como a reprodução, e enfatiza a existência de relações de poder dentro dos domicílios” (Tradução Livre).

⁵ “(...) as decisões sobre migração não se tomam exclusivamente dentro dos domicílios e das famílias, e a participação dos imigrantes em redes mais amplas parece crucial” (Tradução livre).

⁶ “(...) o gênero não pode ser considerado isoladamente da estrutura desses arranjos e (...) o gênero sozinho é insuficiente para especificar condições de migrações femininas” (Tradução Livre).

⁷ Vide “Capítulo 2: Metodologia e materiais”.

CAPÍTULO 1: Da estrutura ao indivíduo, os processos de decisão migratória

Antes de qualquer coisa, é necessário entendermos a importância familiar no processo migratório; segundo Bilac (1997), “Há que se investigar melhor as relações entre as estratégias familiares e o significado ou natureza do processo migratório” (BILAC, 1997, p. 255). Para entender os processos migratórios intrametropolitanos é preciso investigar como as famílias enfrentam os riscos comuns a todos, por mover-se. Como enfatiza Massey (1990), “(...) families involve economic strategies not only to maximize household earning (...) but also to minimize risk” (MASSEY, 1990, p. 9)⁸.

Para Cunha et. Al. (2009) novas abordagens sobre as decisões migratórias devem levar em conta a importância da família, que ganha destaque comparando-se à importância das decisões baseadas na racionalidade econômica, sendo assim,

(...) a unidade doméstica configura-se como uma relevante unidade de sustentação (...) condicionando, em certa medida, tanto o ato de migrar ou não, como o processo de integração dos recém-migrantes ao destino (CUNHA, CUNHA & JAKOB, 2009, p. 10).

Segundo Boyd (1989) os processos de decisão em migrações de curta distância são determinados através do sexo, família e amigos, que aprovam, desaprovam e provém informações. Para Durhan (1973), “(...) as relações pessoais constituem o único ponto de apoio com o qual o migrante conta ao iniciar o processo de ajustamento às novas condições de vida” (DURHAN, 1973, p. 184), ou seja, o migrante se apoia nos parentes e amigos. Ainda segundo a autora, mesmo os novos contatos não livram esse migrante das obrigações recíprocas com as relações primárias de parentesco, “O parentesco cria uma rede de relações potenciais que são mobilizadas de acordo com as circunstâncias e as preferências individuais” (DURHAN, 1973, p. 191). Também é interessante uma observação que a autora faz sobre a persistência de laços de parentesco nas cidades, em contradição à ideia de individualismo, associado à vida urbana.

Entendemos também que a família tem importância fundamental na decisão do processo migratório, bem como na sua adaptação ao novo local de residência. Segundo Bilac (1997), o modo de vida urbano gerou uma ideia de que este traria uma padronização da família, por isso

⁸ “(...) as famílias se utilizam de estratégias econômicas não só para maximizar ganhos no domicílio (...), mas também para minimizar riscos” (Tradução livre).

fez-se necessário realizar estudos sobre a importância da condição migratória na definição dos padrões familiares (BILAC, 1997).

Neste ponto cabe ressaltar que entendemos a família como aquela que conduz o indivíduo à sociedade, que o prepara no sentido de que inculca seus valores, e o protege socialmente, conectando os espaços públicos e privados, sendo que a relação principal da família com o mundo social acontece através do trabalho. Assim, a família torna-se a base de valores que serão inculcados nos indivíduos e refletidos na sociedade e, portanto, “(...) a interação privado-público pode ser rebatida unicamente no espaço da relação de consumo e na associação de interesses específicos dos modos de vida particulares” (CABANES, 2006, p. 398).

A mobilidade das famílias, segundo Macisco Jr (1975), deve ser entendida também como uma necessidade de adaptação frente aos novos riscos, levando em conta a variação de composição que acompanha as mudanças do ciclo vital. Este por sua vez, determinado e acompanhado em muitos casos, por exemplo, pelo crescimento familiar ou por separações.

Para Chaves (2009), a família aparece mais como um veículo para a migração do que um condicionante essencial (CHAVES, 2004). As características econômicas e demográficas dos indivíduos e da família podem atuar como instância de mediação entre os processos estruturais e a participação dos indivíduos da família na atividade econômica⁹ (GARCÍA, MUÑOZ e OLIVEIRA, 1983). Porém, há que se levar em consideração que “(...) economic variables are not the only factors that determine migration and cannot be considered in isolation from social and cultural factors” (LIM, 1993, p. 207)¹⁰, ou seja, não é só a necessidade econômica que estimula as mulheres a migrar, mas também o trabalho doméstico, o ciclo vital e o tamanho da família:

el papel mediador de la unidad familiar consiste en reelaborar el impacto de los procesos estructurales sobre la participación económica de los individuos; esta reelaboración ocurre porque la unidad familiar, a través de sus características, tiene efectos propios sobre la configuración de la oferta de mano de obra así como en la definición y satisfacción de las necesidades básicas de sus miembros (GARCÍA, MUÑOZ e OLIVEIRA, 1983, p. 19).¹¹

⁹ Nesse sentido vale ressaltar que, segundo Oliveira et. Al. (2012), “O processo de individuação dos membros da família ganha dinâmica frente ao grupo familiar” (OLIVEIRA, MIRANDA RIBEIRO & LONGO, 2012, p. 2).

¹⁰ “(...) variáveis econômicas não são os únicos fatores que determinam a migração e não podem ser consideradas isoladamente de fatores sociais e culturais” (Tradução livre).

¹¹ “(...) o papel mediador da unidade familiar consiste em reformular o impacto dos processos estruturais sobre a participação econômica dos indivíduos; esta reformulação ocorre porque a unidade da família, através de suas

Nesse sentido, estudos acadêmicos passaram a se interessar pela importância da mulher no mercado de trabalho e nos processos migratórios.

A partir dos anos 1980 há, segundo Montali (1997), o aumento da inserção dos componentes da família no mercado de trabalho no Brasil, principalmente devido ao reflexo das mudanças do papel da mulher na sociedade, que concentrou suas atividades no terceiro setor e no trabalho doméstico, enquanto os homens concentraram-se na indústria. Entretanto, ainda segundo a autora,

As taxas de inatividade para as mulheres são, em geral, maiores em decorrência das atribuições de gênero e das dificuldades que estas lhe impõem para a inserção no mercado de trabalho, superando em mais que o dobro as taxas masculinas (MONTALI, 1997, p. 270).

Na mesma década, outros estudos sobre mulheres no mercado de trabalho foram realizados em todo o mundo, refletindo não só a necessidade econômica do trabalho feminino, mas também uma mudança nos padrões culturais, oriunda, segundo Bruschini (1998), principalmente no aumento da escolarização feminina e do desejo desta de entrar no mercado, influenciando padrões demográficos como a queda da fecundidade.

Ainda assim, essas mulheres enfrentam dificuldade de inserção no mercado quando se tem um filho pequeno devido à falta de creches, por exemplo. Além disso, nos momentos de crise econômica as mulheres são as primeiras a serem demitidas e não se pode deixar de reconhecer outro aspecto importante para a desvalorização do trabalho feminino, a sobrecarga de atividades com o trabalho doméstico.

Segundo estudo de Lavinias, Veiga & Guerreiro (2011) “(...) a escolaridade crescente das mulheres foi fator de grande peso da sua vinculação ao mercado de trabalho na segunda metade do século XX” (LAVINAS, VEIGA & GUERREIRO, 2011, p. 77), contribuindo para a feminização do assalariamento. Entretanto, o efeito da queda da fecundidade foi o que mais impactou no aumento da participação feminina no mercado de trabalho desde os anos 1970 (LAVINAS, VEIGA & GUERREIRO, 2011). Outra constatação importante é que a maior escolarização feminina (em relação aos homens) incentivou e possibilitou sua entrada no setor

características, tem efeitos específicos sobre a configuração da oferta de mão-de-obra, assim como na definição e satisfação das necessidades básicas de seus membros” (Tradução livre).

público no Brasil, entre 1950 e 2008¹², setor reconhecido por valorizar a formação escolar, através da admissão por concurso público. Vemos aqui, portanto, a importância da transformação das relações de gênero, que permitiram o aumento da participação da mulher em atribuições e mesmo questões básicas, como a educação, antes privilégio masculino.

1.1. Migração feminina

Mesmo com o aumento da participação feminina no mercado de trabalho, os estudos migratórios demoraram a perceber a importância das mulheres para o fenômeno. Somente nos anos 1980 ocorre uma desconstrução do estereótipo do migrante, como sendo sempre homem, nos estudos acadêmicos; estudos mais recentes sobre a migração feminina mostram, por exemplo, que muitas mulheres migram para tornarem-se independentes. Nesse contexto identificamos a importância da migração feminina.

Os primeiros estudos sobre a participação feminina na migração datam de 1885, com a publicação do clássico texto de Ravenstein: “The laws of migration”¹³. Para o autor, enquanto migrantes as mulheres teriam importância maior do que os homens, por migrarem mais, ainda que em menor distância – considerando-se o contexto migratório rural-urbano no Reino Unido. A migração feminina buscava não só o trabalho doméstico – função até hoje importante nesse fenômeno – mas também fábricas e o serviço terciário. Sendo assim, os determinantes estruturais parecem fundamentais para migração feminina; entretanto, as variáveis econômicas não são os únicos fatores condicionantes na migração e devem ser consideradas levando em conta fatores socioculturais.

Segundo Lim (1993), “Sociocultural norms and prescriptions with regard to the role of women as daughters also influence their migration motivations and behavior” (LIM, 1993, p. 218)¹⁴ e, portanto, deve-se considerar também que as mulheres têm de alguma forma poder de decisão, mesmo quando são consideradas como acompanhantes do pai ou marido. Logo, segundo Hugo (1993), “Migration may (...) have significant effects on the changing structure of the

¹² Segundo dados do artigo captados a partir da Organização Internacional do Trabalho – OIT.

¹³ “As leis de migração”.

¹⁴ “Normas socioculturais e prescrições que dizem respeito ao papel das mulheres como filhas também influenciam suas motivações migratórias e seu comportamento” (Tradução livre).

family and the roles of women” (HUGO, 1993, p. 63)¹⁵. Nesse sentido, cabe enfatizar o papel da mulher na família, principalmente no que diz respeito ao processo de decisão migratório.

Com o tempo, os estudos sobre migração passaram a se interessar por e identificar cada vez mais a importância da mulher migrante nas transformações socioeconômicas nos países em desenvolvimento, bem como no aumento da complexidade dos movimentos femininos:

A comprehensive examination of the causes of female migration needs to take into account not only the decision-making processes of individual women and their families but the wider contextual forces which impinge upon and shape those decisions (HUGO, 1993, p. 60).¹⁶

Nesse sentido, torna-se necessário diferenciar as forças macro e micro no processo de tomada de decisão da migração, já que a mobilidade passa principalmente pelas estratégias de sobrevivência do domicílio. Cabe aqui destacar que não se trata de uma abordagem teórica neoclássica ou histórico estruturalista¹⁷, no sentido de que uma negligencia a estrutura e a outra o indivíduo, mas sim apenas pontuar a importância das decisões e reconhecer que elas são influenciadas tanto pelas ações individuais como pela força da estrutura, até mesmo porque, segundo Massey (1990), “Individual decisions are inevitably structured by social and economic contexts which in turn reflect trends and conditions in the national political economy and the volume of migration itself” (MASSEY, 1990, p. 9)¹⁸, ou seja, tanto as decisões individuais quanto a estrutura influenciam o comportamento uma da outra¹⁹.

Os interesses de homens e mulheres na família nem sempre coincidem e podem afetar as decisões migratórias. Assim, a decisão de migrar, bem como os condicionantes de gênero relacionados ao papel da mulher tanto no domicílio quanto na sociedade pesam sobre os ombros da mulher. O que nos leva, mais uma vez, às questões ligadas aos diferenciais por gênero.

Segundo Hugo (1993), frequentemente considera-se que se uma mulher migra com o marido, o pai ou outro adulto do sexo masculino, que ela apenas os acompanharia; mesmo

¹⁵ “A migração pode (...) ter efeitos significativos sobre a mudança na estrutura da família e nos papéis da mulher” (Tradução livre).

¹⁶ “Um exame abrangente sobre as causas da migração feminina precisa levar em consideração não apenas os processos de tomada de decisão das mulheres e as suas famílias, mas forças contextuais mais amplas que incidem sobre e que moldam as decisões” (Tradução livre).

¹⁷ Como já abordado criticamente na “Introdução”.

¹⁸ “As decisões individuais são inevitavelmente estruturadas por contextos sociais e econômicos, que por sua vez, refletem as tendências e as condições da economia política nacional e o volume da migração em si” (Tradução livre).

¹⁹ Como já chamamos atenção anteriormente para a importância da conexão do público e do privado.

quando migra sozinha sua mudança é associada ao casamento ou às redes no local de destino. Entretanto, evidências questionam cada vez mais o fato de que só os homens tomam decisões, mostrando que o envolvimento das mulheres neste processo tem aumentado. (HUGO, 1993). Isso vem mudando com o aumento da migração de mulheres sozinhas, mas, mesmo assim, há uma pressão normativa que impede as mulheres de revelarem sua real intenção ao migrar. Nesse sentido, as forças que as mobilizam devem ser analisadas e interpretadas, levando em conta os constrangimentos que os limites dos ambientes sociais e culturais podem impor a elas, condicionando as escolhas que podem fazer. Para Chaves (2009):

(...) os constrangimentos que envolvem a decisão de migração a longa distância tendem a ser distintos daqueles que envolvem a migração de curta distância. Estes últimos são supostamente mais fáceis de serem superados pelas mulheres, particularmente aquelas que migram de forma autônoma ou independente em estágios iniciais de seu ciclo vital (CHAVES, 2004, p. 60),

buscando oportunidades no mercado de trabalho, qualificação e escolaridade.

Nesse debate, um conceito interessante é o de *ciclo vital*, que para Giele & Elder (1998) conecta mudanças sociais, estruturais e ação individual na medida em que articula o sistema social aos objetivos individuais. A dificuldade está em integrar as abordagens estruturais de maneira a compreender os diferentes níveis da estrutura social e suas mudanças dinâmicas (GIELE & ELDER, 1998). Cabe ressaltar também que “Most researchers espousing either approaches have ignored gender considerations, and yet gender is a crucial dimension whatever the theoretical perspective” (HUGO, 1993, p. 61)²⁰, crucial também neste trabalho.

1.2. Gênero e migração

A importância do fenômeno migratório feminino é expressa no trabalho de Chaves (2009) através das redes sociais, que funcionariam como facilitadores dessa, “(...) relaxando impeditivos e possibilitando a permissão das famílias para a migração de suas mulheres” (CHAVES, 2009, p. 12). Ainda segundo a autora, mulheres migrantes estão em maior proporção em áreas mais

²⁰ “A maioria dos pesquisadores que defendem ambas as abordagens ignoram as questões de gênero, e gênero é uma dimensão crucial seja qual for a perspectiva teórica” (Tradução livre).

urbanizadas devido à sua maior participação no setor terciário. Através deste trabalho observa-se ainda que a chefia feminina – situação que, em geral, denota maior autonomia da mulher nas decisões – acontece principalmente quando a mulher é separada ou viúva. Ou seja, as mulheres migrantes são senhoras de seu destino quando não há a presença de outro cônjuge no domicílio, chamando atenção para a importância da discussão de gênero na migração.

Segundo Jolly & Reeves (2005), as relações de gênero e as hierarquias do domicílio influenciam a tomada de decisão em migrar. Para as autoras, o gênero é uma parte integrante do processo de migração e os impactos desta parte para homens e mulheres dependem de diversos fatores, todos com implicações no poder do domicílio. Assim, o espaço privado aparece como experiência para as normas futuras da sociedade.

Ainda levando em conta a importância dos eventos intrafamiliares, Cabanes (2006) afirma que “a mescla mais significativa dos percursos masculinos e femininos pode não ter efeito imediato do ponto de vista das relações sociais de trabalho, repercutem, porém, em primeiro lugar, no interior da família” (CABANES, 2006, p. 404). Além disso, a entrada da mulher no mercado laboral não significa equidade de poder no domicílio; pode, ao invés disso, aumentar as atividades realizadas, a não ser que se encontrem soluções para antigos papéis, como o trabalho doméstico e o cuidado das crianças, visto que “(...) gender differences in social and economic roles influence migration decision making processes, modify the conceptualization of household strategies (...)” (BOYD, 1989, p. 657) ²¹.

Segundo artigo de Riley & Gordner (1993), em uma publicação da ONU sobre migração interna feminina nos países em desenvolvimento, em todas as sociedades o gênero é um fator básico que determina as opções possíveis aos indivíduos em relação a muitos fenômenos, como a migração (RILEY & GORDNER, 1993). As discussões sobre gênero, portanto, tem um papel fundamental na migração, uma vez que este pode determinar se a pessoa tem condições de migrar e se participará do processo de decisão, “If women and men have specific roles in the family and community, their decision-making power is likely to be tied to those roles” (RILEY & GORDNER, 1993, p. 201) ²².

²¹ “As diferenças dos papéis sociais e econômicos de gênero influenciam o processo de decisão migratória e modificam a concepção das estratégias do domicílio” (Tradução Livre)

²² “Se homens e mulheres tem papéis específicos na família e na comunidade, o seu poder de decisão é susceptível a esses papéis” (Tradução livre).

Segundo Peres & Baeninger (2012), o gênero está enraizado na maneira como os movimentos acontecem e quais impactos familiares promovem. As relações hierárquicas dentro dos domicílios determinam as estratégias de mobilidade e, sendo assim, a participação das mulheres na composição da renda familiar aumentaria o poder de barganha e de decisão no domicílio. É preciso levar em conta também que a influência da mulher no domicílio e nas decisões será maior se ela tiver mais acesso a ativos como, por exemplo, a educação e às redes diferenciadas que, talvez, os homens não tenham. Nesse sentido, ressaltamos aqui o que vimos falando sobre a importância da inserção da mulher no mercado de trabalho, como um ativo no combate às desigualdades de gênero. Desigualdades essas que diferem a seletividade da migração feminina da masculina, em partes também pelos diferentes papéis exercidos por homens e mulheres na sociedade. Segundo Peres (2009):

A partir desses avanços – a retirada das mulheres da ‘invisibilidade’ em fenômenos migratórios e a incorporação de domicílios e famílias como unidades de análise nas pesquisas – as relações de gênero que permeiam essas instâncias passaram a item de primeira importância na agenda de pesquisas sobre fluxos migratórios (PERES, 2009, p. 126).

Essa invisibilidade também foi analisada por Jolly & Reeves (2005). Para as autoras, o surgimento da migração como necessária para a análise e aplicação de política pública propicia alguma atenção à questão de gênero na agenda internacional. Assim, para elas, a questão de gênero refere-se não só às diferenças e semelhanças entre homens e mulheres, mas também às semelhanças e diferenças dos sexos a partir de definições sociais, econômicas, políticas e culturais.

Os papéis de gênero, estabelecidos culturalmente e construídos socialmente nas famílias, são a principal mudança na decisão do projeto migratório pois, ainda de acordo com Peres (2009), a família é quem produz e, em grande parte, reproduz os valores de gênero. As mulheres tornaram-se, assim, mais suscetíveis às transformações na família e no mercado de trabalho:

Constrangimentos como ganho ou perda de autonomia, o debate entre a permanência e o retorno, renegociações entre os sexos, são fatores importantes para o estudo da migração feminina, uma vez que é através dessas transformações que as mulheres afirmam-se como agentes de equidade no fenômeno (PERES, 2009, p. 152).

Para Payne (2002), o aumento do envolvimento das mulheres em setores da vida pública e privada tem facilitado a mudança nas expectativas dos seus parceiros; o provedor masculino passa a desempenhar – e as mulheres esperam que ele o faça – papéis domésticos. Nesse sentido, o aumento da participação do homem em casa e da mulher no trabalho é fundamental para a igualdade de tratamento entre os sexos, já que até então trabalho doméstico da mulher tinha sua natureza laboral negada e era visto tão somente como atributo feminino.

Para Favaro (2013), nas camadas mais populares, o trabalho remunerado é mais do que necessário, é importante “(...) na construção de suas identidades ao lhe garantir meios para a aquisição de autonomia e independência” (FAVARO, 2013, p. 34), considerando pelo menos o orçamento doméstico. Entretanto, a participação da mulher no mercado e, conseqüentemente, o aumento de sua participação no provimento doméstico, não faz com que os homens participem mais das atividades domésticas, aumentando a carga dessas mulheres e da dependência não só financeira, mas também em relação ao poder de decisão na família.

Por tudo o que argumentamos, avaliamos que cabe o estudo da importância do papel da mulher na família e como ela, na maioria dos casos, com menos autoridade que o homem, utiliza-se do poder que tem para as decisões de migração. Importante, nesse sentido, é reconhecer também que as mulheres têm outras formas de influenciar as decisões da família.

1.3. A Demografia e os estudos de gênero

Os estudos demográficos têm, segundo Riley (2003), negligenciado os estudos sobre gênero, resumindo-se a pensar a mulher no que diz respeito à fecundidade e a variáveis individuais básicas, como educação e trabalho. Entretanto, “gender is more than an individual attribute, more than whether a person is a male or female” (RILEY, 2003, p. 100)²³. A definição de gênero é diferente em cada sociedade, por ele ser considerado elemento simbólico e estrutural e por isso, existe a dificuldade da universalização do termo. De acordo com Riley (2003), os significados e as interpretações de gênero variam de sociedade para sociedade, pois a ideia está enraizada em parte de um contexto social muito maior; portanto, entende-se que o gênero é uma construção social e cultural.

²³ “Gênero é mais do que um atributo individual, mais do que se uma pessoa é homem ou mulher” (Tradução livre)

Uma alternativa nos estudos demográficos sobre gênero tem sido a diferenciação educacional entre homens e mulheres, reflexo da dominação e do poder daqueles sobre estas, já que “(...) power is at the heart of how gender organizes societies” (RILEY, 2003, p. 112)²⁴. Além dos estudos sobre educação de homens e mulheres, encontramos aqueles dirigidos à inserção no mercado de trabalho, que vem ganhando maior visibilidade. Entretanto, o que importa não é a análise do trabalho em si, mas a dominação, o poder que ele pode exercer.

Neste sentido, segundo Bilac (1997), o aumento dos níveis de chefia feminina dos domicílios seria, ao mesmo tempo, efeito e origem dos processos e tendências anteriores associados às mudanças nas relações de gênero, levando em conta que a chefia feminina tende a se dar de forma tardia, considerando os divórcios, separações e viuvez, de forma que a maioria das chefias de mulheres representaria domicílios monoparentais.

Apesar dos esforços inovadores, os estudos demográficos sobre gênero levam em conta, em sua maioria, variáveis individuais, escondendo a real fonte do conceito. O problema central para a Demografia é, portanto, como analisar gênero e poder, não através dessas variáveis individuais, mas de uma forma estrutural, já que é aí que se encontra o cerne do conceito; torna-se necessária, portanto, a utilização de metodologias que vão além das metodologias quantitativas. A “(...) diversidade e complexidade de movimentos exigem novos esforços teóricos e metodológicos, a ampliação de fontes de dados coletados, bem como a utilização cada vez mais criativas de informações existentes” (CUNHA, 2011, p. 8). Ganham importância, assim, as pesquisas qualitativas que interpretam, por exemplo, através do discurso dos entrevistados, a marca do poder e do gênero nas decisões familiares.

1.4. Contextualizando a região de estudo: A RMC

Faremos agora uma breve contextualização da área de estudo, atendendo à recomendação de Castells (1983), que afirma ser “(...) útil fixar os contornos históricos de um fenômeno, antes de efetuar sua investigação” (CASTELLS, 1983, p. 14). Por isso, realizaremos a reconstrução histórica do processo de industrialização e urbanização da Região Metropolitana de Campinas (RMC).

²⁴ “(...) o poder está no coração de como o gênero organiza as sociedades” (Tradução livre).

A importância econômica e política da RMC remonta o período de hegemonia da cultura do café como atividade líder na região; Campinas constitui-se como capital agrícola do estado de São Paulo em 1870, a partir da cafeicultura e progressivamente pelo entroncamento ferroviário e pela instalação de indústrias e empresas de serviços públicos. Sendo assim, há que se observar o transbordamento do café sobre os investimentos urbanos²⁵; para compreender o processo recente de crescimento urbano, no entanto, podemos nos deter em anos bem posteriores. Nos anos de 1940, o asfaltamento da Via Anhanguera, pode ser tomado como marco histórico, já que facilitou a ligação com a capital do estado, São Paulo, tendo crucial importância para a região. Mais adiante, nos anos 1960, há que se registrar a expansão do setor secundário e terciário de Campinas.

Por sua vez, a formação da periferia da cidade de Campinas teve início nos anos 1970, época na qual a cidade contava com cerca de 300 mil habitantes e foi impulsionada principalmente, pelo preço do solo e de moradias em sua região central. O desenvolvimento industrial do centro urbano da cidade, possibilitado principalmente por grandes investimentos estatais nas décadas de 1960 e 70, atraiu mão-de-obra e a instalação de bens e serviços na área, aumentando mais ainda o espaço urbano da cidade.

A região de Campinas passou a se caracterizar pela alta mobilidade espacial de sua população, criando uma forte integração metropolitana.

Embora quase metade da população da região estivesse concentrada no município-sede, as características que vinham assumindo os municípios vizinhos, como a formação de municípios-dormitório, reforçavam a tendência ao processo de metropolização (BAENINGER, 1996, p. 90).

A escolha da região de Campinas para a instalação de empresas industriais representou a intensificação da ocupação de solo rural e a conseqüente diminuição do setor agropecuário. Apesar disso, não se pode ignorar que a agricultura regional existente,

(...) apresenta grande articulação com a indústria formando complexos agroindustriais, por meio de processamento ou industrialização da cana-

²⁵ Sobre a importância da expansão cafeeira e a industrialização paulista pode-se consultar: CANO, W. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. São Paulo: T A Queiroz, 1981 (2a Ed.); SILVA, S. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. São Paulo: Editora Alfa Omega, 1981 (5 a. Ed.); MELLO, J. M. C. **O capitalismo tardio**. Campinas: Edições Facamp e Editora Unesp, 2009. (11a Ed.).

de-açúcar, laranja e café, dentre outros (CANO e BRANDÃO, 2002, p. 416).

Sua industrialização, por sua vez, representou uma maior atração populacional e acabou por estimular as migrações e a reorganização da população no espaço, sendo que este é um processo tridimensional – demográfico, político-institucional e econômico (SIQUEIRA, 2008). Iniciou-se, então, uma expansão horizontal, que acabou agrupando cidades vizinhas à periferia da cidade de Campinas, que modificaram sua estrutura econômica e social e possibilitaram a criação da Região Metropolitana, tendo a cidade de Campinas como sede.

A desconcentração da população da cidade-sede para os municípios que compõem a RMC, nos anos 1980, acabou por criar cidades-dormitórios, ampliando seus movimentos pendulares. Esses municípios absorveram os grupos expulsos do centro, mas mantiveram os vínculos empregatícios na cidade de Campinas, gerando um aumento maior ainda no crescimento demográfico da RMC nas áreas periféricas da região. Ocorreram na RMC, portanto, “(...) alterações na estrutura econômica e funcional, que correspondem novas formas de ocupação e apropriação do espaço” (CAIADO e PIRES, 2006, p. 276), que proporcionaram o aumento do crescimento demográfico nas áreas periféricas. Alguns municípios da RMC, entretanto, são exceção nesse contexto e acabaram por desenvolver seus próprios meios de sobrevivência, independentes da cidade-sede. Esse é o caso do município de Paulínia, que devido ao seu polo petroquímico não registra movimentos migratórios intensos. Outro caso é o do município de Americana, que acabou por agrupar e criar sua própria zona periférica, como são os casos de Santa Bárbara d’Oeste e Nova Odessa.

Com o tempo, a sede da RMC teve a sua proporção populacional diminuída em comparação ao crescimento de cidades como Hortolândia, sendo que o desmembramento deste do município de Sumaré, em 1991, é um “(...) ponto crítico no processo de transformação da organização da população (...)” (SIQUEIRA, 2008, p. 293). Para Siqueira (2008), a fragmentação do espaço, levada pelas diferenciações político-territoriais e populacionais, resulta em uma diferenciação de identidade político e social da população, possibilitando a criação de espaços com dinâmicas próprias, o que gera a necessidade de emancipação, como o caso supracitado. Além disso, a metropolização de uma área não seria, portanto, fruto do aumento de relações socioeconômicas do espaço, por exemplo, mas da tentativa de unir essas diferentes dinâmicas.

A RMC conta com logística aeroportuária, setor industrial sofisticado, centros de pesquisa tecnológica e mão-de-obra qualificada. Para seu dinamismo, entretanto, é importante que se trate das questões de infraestrutura de modo integrado, inclusive levando-se em consideração as questões de moradia e mobilidade de seus trabalhadores. Mais recentemente, entre os anos 1995 a 2000, mais de um terço das migrações da RMC foram intrarregionais, ou seja, são migrações que tiveram como ponto de partida e de destino as cidades dentro da própria Região Metropolitana.

No ano 2000, de acordo com o Censo Demográfico do IBGE, a cidade de Campinas chegou a quase um milhão de habitantes. A região possuía mais de cem ocupações irregulares de solo, responsáveis por criar zonas de maior vulnerabilidade social. Os dados nos mostram que o processo de ocupação periférica está diretamente relacionado às condições de infraestrutura dos domicílios (CUNHA, 2006).

Hoje a Região Metropolitana de Campinas conta com 19 municípios e a maior parte dos seus eixos de expansão se dá na direção das principais vias de acesso à região, como as Rodovias Dom Pedro I, Bandeirantes e Anhanguera. Dos 2.797.137 habitantes contabilizados em 2010 na Região Metropolitana de Campinas, mais de 38% vive no município sede, como se pode observar por meio dos dados da Tabela 1:

Tabela 1 - População residente e IDH médio por município, Região Metropolitana de Campinas (2010)

Município	População		IDH médio
	Total	Porcentagem	
Campinas	1.080.113	38,61	0,805
Sumaré	241.311	8,63	0,762
Americana	210.638	7,53	0,811
Indaiatuba	201.619	7,21	0,788
Hortolândia	192.692	6,89	0,756
Santa Bárbara d'Oeste	180.009	6,44	0,781
Valinhos	106.793	3,82	0,819
Itatiba	101.471	3,63	0,778
Paulínia	82.146	2,94	0,795
Vinhedo	63.611	2,27	0,817
Cosmópolis	58.827	2,10	0,769
Nova Odessa	51.242	1,83	0,791
Monte Mor	48.949	1,75	0,733
Jaguariúna	44.311	1,58	0,784
Artur Nogueira	44.177	1,58	0,749
Pedreira	41.558	1,49	0,769
Santo Antônio de Posse	20.650	0,74	0,702
Engenheiro Coelho	15.721	0,56	0,732
Holambra	11.299	0,40	0,793
Total	2.797.137	100,00	0,790 ²⁶

Fonte: Censo Demográfico IBGE, 2010

Quanto ao IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), temos que a cidade que apresenta o maior índice é Americana, seguida da sede da região, Campinas; por outro lado vemos que a cidade com menor IDH é Santo Antônio de Posse. O IDH médio da região é 0,790, que em comparação com o IDH médio do estado de São Paulo que é de 0,783 (IBGE, 2010) mostra o quanto a região é desenvolvida. As características claramente metropolitanas da região – levando em conta a conurbação de suas cidades, sua economia e seu desenvolvimento industrial – fazem da Região Metropolitana de Campinas um exemplo e um objeto ideal de estudos para entendermos como se dão as migrações internas, levando em conta a cada vez maior autonomia feminina e dos novos arranjos familiares, que criam novas formas de movimentos migratórios.

²⁶ Média do IDH da Região Metropolitana de Campinas, calculada através de uma média ponderada de cada cidade através de seus respectivos IDHs e população total.

Estes vão muito além da migração familiar tradicional impulsionada por questões econômicas e que costuma ter como protagonista o chefe homem da família.

CAPÍTULO 2: Metodologia e materiais

2.1. Metodologia Quantitativa e materiais

Inicialmente, os dados dessa dissertação seriam extraídos apenas de um banco originado da pesquisa “Dinâmica Intrametropolitana e Vulnerabilidade nas Metrôpoles do Interior Paulista: Campinas e Santos”, desenvolvido pelo Núcleo de Estudos de População da UNICAMP (NEPO) em 2007 financiado pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Nessa pesquisa foram aplicados na Região Metropolitana de Campinas (RMC) questionários em 1824 domicílios. A ideia de utilização deste banco se deu pela grande quantidade de informações coletadas, que abrangem aspectos não alcançados por outras fontes, principalmente no que diz respeito às características migratórias dos indivíduos, tema desta dissertação. Entretanto, uma característica do “Banco Vulnerabilidade” impossibilitou a utilização deste em toda a pesquisa.

Por se tratar de uma mostra relativamente pequena, em comparação a fontes como o Censo Demográfico, por exemplo, em certos momentos a desagregação dos dados os tornava não representativos. Diante disto, optou-se por fazer a caracterização dos chefes migrantes da RMC bem como suas características migratórias, presentes no Capítulo 3, através dos dados do Censo Demográfico IBGE 2010, considerando como migrante todo aquele que, cinco anos antes da data de referência do Censo, morava em um município distinto daquele onde foi recenseado (o que se chama de Data Fixa). Escolheu-se esse tipo de caracterização migratória pelo fato de que a mobilidade em uma Região Metropolitana é muito dinâmica, sendo cinco anos de residência suficiente para a adaptação do migrante à cidade. Já para o Capítulo 4, foram mantidos os dados do “Banco Vulnerabilidade”²⁷. Os migrantes deste banco foram definidos por Última Etapa da migração, já que houve problemas na captação da informação sobre onde se encontrava o entrevistado cinco anos antes da pesquisa.

Por fim, vale ressaltar que há uma diferenciação entre a nomenclatura utilizada pelo IBGE no Censo Demográfico de 2010 e a utilizada pelo “Banco Vulnerabilidade”: este se utiliza do termo “chefe do domicílio” para tratar aquele indicado pelo entrevistado, que respondeu ao questionário, como o responsável pelo domicílio. Entretanto, o Censo de 2010 pergunta ao

²⁷ Para mais informações sobre o “Banco Vulnerabilidade”, consultar “Anexo”.

recenseado quem é o “responsável pelo domicílio”, possibilitando inclusive que o domicílio tenha responsabilidade compartilhada, embora

Mesmo que os moradores reconheçam que haja mais de um responsável, é solicitado que eles elejam um deles para formar o conjunto de pessoas no domicílio e a relação de parentesco com o responsável indicado. O conceito de responsável pelo domicílio ainda é o mesmo do Censo 2000: *pessoa responsável é aquela que é reconhecida como tal pelos demais moradores*. Acredita-se que esta informação possa ser utilizada como uma *proxy* do fenômeno da responsabilidade compartilhada, porém ainda com reservas, uma vez que, não são estabelecidos critérios pré-definidos para designação da pessoa de referência ou responsável ou em quais esferas se dá esse compartilhamento (SABÓIA, COBO E MATOS, 2012, p. 15).

Neste trabalho não utilizaremos os dados de responsabilidade compartilhada, justamente porque pretendemos uma diferenciação entre os domicílios cujos responsáveis sejam o homem e a mulher. Além disso, haveria um conflito entre os bancos de dados utilizados, já que a chefia compartilhada não pode ser captada no “Banco Vulnerabilidade”.

Ainda segundo Sabóia et. al. (2012), há uma implicação importante na utilização do termo “responsável pelo domicílio”: esta possibilitou, através da diferenciação da utilização dos termos “chefe” e “responsável”, um aumento de declaração de domicílios onde o responsável é a mulher. Entende-se, portanto, os possíveis riscos da utilização destes dois distintos bancos.

Por fim, cabe esclarecer que as categorias censitárias: “Desquitado(a) ou Separado(a) judicialmente” e “Separado(a)”, criaram uma só categoria: “Separado(a)”, considerando que a situação de ambos é muito parecida e visando melhor representatividade deste grupo na amostra, já que correspondem à minoria nos números.

2.2. Metodologia Qualitativa

2.2.1. Porque entrevistas qualitativas?

As entrevistas qualitativas podem não ser estatisticamente representativas, mas serem significativas no campo da Sociologia e não impedem uma análise sob a ótica demográfica do fenômeno. Para Margarida & Barreto (1998), a história de vida e as biografias apresentam a mesma dinâmica que um estudo de caso para a Sociologia, quando se recolhe diversas histórias.

Nesse sentido, não interessa a vida toda do entrevistado, mas alguns momentos e abordagens, sendo necessário, portanto, tomar cuidado para não abordar assuntos desagradáveis aos indivíduos e entender que ele conta sua trajetória do ponto de vista que o convém.

Apesar das diferenças entre as metodologias qualitativas e quantitativas, elas devem ser vistas como complementares, na medida em que as entrevistas abertas possibilitam captar elementos do fenômeno que não são percebidos em números. Segundo Small (2009), a chave para o método qualitativo “(...) is its ability to undercover process (...)” (SMALL, 2009 p. 23)²⁸. Acredita-se, portanto, que uma combinação qualitativo-quantitativa seria o mais indicado para este estudo, até porque é preciso levar em conta, além de uma análise em nível normativo da migração, também o nível psicossocial, analisando as atitudes e expectativas dos indivíduos (GERMANI, 1975).

Para Bourdieu et. al. (2005) “Quizá la maldición de las ciencias del hombre sea la de ocuparse de *un objeto que habla*” (BOURDIEU, CHAMBOREDON & PASSERON, 2005 p. 57)²⁹. Sem deixar de considerar o contexto em que o autor utiliza a frase e a importância do cuidado epistemológico necessário, por parte do pesquisador, ao tratar com um objeto pensante – considerando a espontaneidade do entrevistado e um viés não neutro que ele traz em seu discurso –, acredita-se que ter como objeto um ser que fala, capaz de nos orientar, alertar para caminhos e respostas não captados pelos números, só pode ser uma vantagem das ciências do homem, apesar das dificuldades que apresenta.

Como afirma Levi (1996), analisando os usos e abusos da história oral, “para Rousseau, assim como Diderot ou Sterne (...) o diálogo não era apenas o meio de criar comunicação menos equívoca, era também uma forma de restituir ao sujeito sua individualidade complexa” (LEVI, 1996, p. 172). O autor nos chama atenção, assim, para a necessidade de dar voz ao objeto, pois, como afirma Rosenthal (1996) “nossa tarefa não consiste simplesmente em contar histórias, mas em obter, em longo prazo, categorias e conhecimento científico – oposto ao conhecimento cotidiano” (ROSENTHAL, 1996, p. 194).

Considerando a discussão desta dissertação, entende-se que as entrevistas qualitativas são uma ferramenta fundamental na discussão de gênero – tão difícil de ser entendido pelos dados quantitativos – no sentido de que chama a atenção para como esse conceito é observado nos

²⁸ “(...) é a sua capacidade de encobrir processos (...)” (Tradução livre).

²⁹ “Talvez a maldição das ciências humanas seja a de lidar com um objeto que fala” (Tradução livre).

discursos e no dia a dia das famílias e, conseqüentemente, como ele é construído e determinado estruturalmente pela sociedade.

2.2.2. A escolha dos entrevistados

Foram realizadas 31 entrevistas na Região Metropolitana de Campinas, mais especificamente nas cidades de Campinas e Hortolândia entre os anos de 2009 e 2012, visando captar elementos e respostas dificilmente captadas através dos dados quantitativos, principalmente levando em conta o tema tratado: decisões migratórias e os diferenciais de chefia por gênero.

Escolheram-se os entrevistados através de um sorteio dentre os questionários aplicados utilizados para a construção do “Banco Vulnerabilidade”. Este banco caracterizou a região em quatro Zonas de Vulnerabilidade diferentes, sendo a ZV1 a mais vulnerável e a ZV4 a menos vulnerável. A vulnerabilidade das regiões foi determinada levando em conta não só características individuais, como renda, mas também o entorno dos locais onde esses indivíduos habitam, como a estrutura física da residência e da própria rua em que está localizada, considerando asfalto, iluminação e também variáveis ligadas ao acesso a seguridade social, como carteira assinada ou se o indivíduo recebe algum tipo de auxílio governamental, entre outros. Para as entrevistas qualitativas realizadas, sorteamos entrevistados nas Zonas de Vulnerabilidade 1 e 2, pensando em captar as decisões migratórias de famílias mais socialmente vulneráveis.

2.2.3. Metodologia das entrevistas

Durante todo o processo de entrevistas pode-se ter um contato direto com os problemas familiares e estruturais de diversas regiões da RMC, bem como com a atuação do poder público nessas áreas. Houve dificuldade em encontrar certos endereços, já que alguns bairros, regularizados pela prefeitura no período posterior à pesquisa domiciliar, tiveram os nomes das ruas alterados. Em alguns casos, a organização dos moradores³⁰ facilitou a busca, já que a maioria dos estabelecimentos comerciais desses bairros possui mapas com os nomes das ruas antigos e novos, mas em muitos casos isso não foi suficiente. Em outras situações, pode-se contar com a ajuda de moradores do próprio bairro que conheciam o entrevistado ou a rua que

³⁰ Referimo-nos aqui à organização desses indivíduos em associações de moradores ou outro tipo de organização independente da presença do poder público.

buscávamos. O acesso a algumas ruas também foi prejudicado devido à falta de asfalto: nesses casos, a maneira mais fácil de chegar aos domicílios sorteados foi a pé.

As entrevistas foram realizadas com o responsável pelo domicílio ou seu cônjuge, presente no domicílio no momento, de forma isolada dos outros moradores do domicílio, visando evitar a influência destes nas respostas do entrevistado³¹. No caso de nenhum sorteado estar no domicílio, entrevistávamos seu vizinho, ou alguém que morasse próximo e pudesse ter as mesmas condições de vulnerabilidade.

As entrevistas foram pensadas com a finalidade de entender as trajetórias dos entrevistados na RMC e foram baseadas em um questionário semiestruturado, que tinha como objetivo a análise em três partes, dos seguintes tópicos:

I- Identificação do entrevistado: dados gerais do entrevistado; confirmação da composição do domicílio: posição do entrevistado na família e todos os que moram com ele especificando as relações de parentesco; status migratório: migrante interestadual, migrante intrametropolitano ou não migrante.

II- Trajetória migratória prévia à chegada à RMC (no caso de migrantes interestaduais): municípios/estados de residência do entrevistado desde o seu nascimento até a residência atual e tempo que residiu em cada um destes lugares; situação financeira, condições de vida, trabalho, situação familiar e a situação geral do município onde residia; motivos da migração em cada uma das etapas; motivo de escolher a RMC.

III- Mobilidade dentro da RMC: trajetória espacial (entre município ou entre bairros dentro dos municípios) desde a chegada à RMC (para interestaduais) ou do nascimento dentro da RMC.

Com o desenvolvimento desta dissertação incorporam-se ao roteiro prévio perguntas mais específicas sobre a decisão migratória, ainda assim é preciso levar em conta que as respostas são dadas pelos próprios entrevistados, sendo, portanto, passíveis de manipulação e de reinterpretação *a posteriori* por parte dos próprios indivíduos. Leva-se em conta não somente as respostas para perguntas específicas, mas também uma pequena análise do discurso desses

³¹ Salvo a presença de crianças.

entrevistados, assim como de sua situação de vida, para entender a sua importância no processo de decisão.

Por fim, a pergunta “Quantas entrevistas são suficientes em uma pesquisa qualitativa?”, sempre surge em estudos como este. Acredita-se que a representatividade de uma pesquisa qualitativa está na saturação dos discursos (SMALL, 2003), até porque “(...) as biografias individuais só servem para ilustrar formas típicas de comportamento ou status” (LEVI, 1996, p. 175), ou seja, o indivíduo concentra as características e o comportamento de um grupo. Sendo assim:

As is well known, the notion of theoretical saturation derives from Glaser and Strauss's (1967) influential account of grounded theory. There, theoretical saturation is described as a process in which the researcher continues to sample relevant cases until no new theoretical insights are being gleaned from the data. Once saturation is achieved, the researcher would move on to a research question arising from the data collected and then sampling theoretically in relation to that question. As such, the answer to the question ‘How large should my sample be?’ would be a glib and unhelpful ‘Whatever it takes [to saturate your theoretical categories]’. Such an approach to sampling is very demanding because it forces the researcher to combine sampling, data collection, and data analysis, rather than treating them as separate stages in a linear process (BRYMAN, 2013, página 19)³².

A repetição de alguns temas durante as entrevistas fez não só entender que já eram questões resolvidas dentro do trabalho, como de certa forma formularam novas questões que surgiam quando as pesquisas caminhavam.

Como exemplo real das entrevistas, temos o discurso de várias mulheres sobre a chegada, num primeiro momento, do marido ao destino migratório, com vistas a obter uma avaliação e criação de um ambiente um pouco mais confortável e seguro para que ele pudesse trazer a família posteriormente. Esse fenômeno não pôde ser detectado pelos dados da pesquisa domiciliar e,

³² “Como se sabe, a noção de saturação teórica deriva da influente e fundamentada teoria de Glaser e Strauss (1967). Nela, a saturação teórica é descrita como um processo no qual o pesquisador continua a provar casos relevantes, até que novas ideias teóricas surgem a partir desses novos dados. Uma vez que a saturação é alcançada, o pesquisador segue em frente para uma pergunta de pesquisa que surgiu dos dados coletados e realiza uma nova amostragem relacionada a esta questão. Portanto a resposta para a pergunta ‘Qual o tamanho da minha amostra?’ será simples e inutilmente ‘O que tiver que ser feito para saturar suas categorias teóricas’. Essa demanda por amostra é muito trabalhosa já que força o pesquisador a combinar amostra, dados coletados e analisados, ao invés de tratá-los em estágios separados em um processo linear” (Tradução livre).

salvo engano ou desconhecimento mais amplo da bibliografia, não pode-se identificar esse tipo de comportamento na migração com destino urbano, particularmente no caso das regiões metropolitanas. Contudo, esse fenômeno foi relatado ao menos em um estudo sobre a ocupação da fronteira, por Sydesntricker Neto (1992) que, obviamente tem características bem distintas das do processo migratório aqui analisado. Essas situações deram-se principalmente em regiões de ocupação. Nesse sentido:

(...) the number of interviews you need will change from day to day as you learn more and revise your ideas. Since there is no universal “right place” to stop your research, where you decide to stop will be somewhat arbitrary, probably more the result of running out of time or money or some similar mundane consideration than of some logical analytic procedure (BECKER, 2013, página 15)³³.

Ainda segundo Becker (2013), o que mais importa é que as suas entrevistas apoiem as suas conclusões, e que estas não ultrapassem o que as entrevistas podem apoiar.

Independentemente das dificuldades, as entrevistas serviram de grande apoio para esta pesquisa, contribuindo com algumas informações dificilmente captadas pelos dados, além de terem servido de grande experiência pessoal, já que se pode presenciar o funcionamento e a ocorrência de situações distantes da teoria da academia.

2.2.4. Os entrevistados

Como já dito anteriormente, foram realizadas 31 entrevistas; entretanto no caso dos entrevistados 8 /9 e 19 /20 os indivíduos faziam parte das mesmas entrevistas, realizadas com a participação em um caso do pai e da filha, e no outro da mãe e da filha, que, apesar de viverem no mesmo domicílio, tem suas características migratórias separadas. Desta forma, estas entrevistas foram desmembradas, somando, ao final, 33 entrevistas. As entrevistas 31 e 32, por sua vez, foram realizadas com casais, e não foram desmembradas por suas características migratórias estarem imbricadas.

As características de todas as entrevistas podem ser observadas no Quadro 1:

³³ “(...) o número de entrevistas que você precisa irá mudar todos os dias enquanto você aprende mais e revisa suas ideias. Já que não há um ‘momento certo’ universal para parar a pesquisa, quando você decidir parar será de alguma maneira arbitrário, provavelmente resultado da falta de tempo ou dinheiro ou alguma consideração mundana, do que algum procedimento de análise lógica” (Tradução livre).

Quadro 1: Características dos entrevistados

	Cidade	Idade	Estado civil	Ocupação	Filhos
Entrevistada 1	Campinas	56	Casada	Mãe crecheira	2
Entrevistada 2	Campinas	58	Casada	Dona de casa	7
Entrevistada 3	Hortolândia	60	Viúva	Catadora de lixo	4
Entrevistado 4	Campinas	24	Solteiro	Desempregado	0
Entrevistada 5	Campinas	21	Casada	Auxiliar de limpeza	3
Entrevistado 6	Hortolândia	64	Separado	Desempregado	6
Entrevistada 7	Campinas	25	Casada	Dona de casa	1
Entrevistada 8	Campinas	30	Casada	Monitora de creche	1
Entrevistado 9	Campinas	75	Separado	Aposentado	2
Entrevistado 10	Campinas	43	Casado	Autônomo	1
Entrevistada 11	Campinas	35	Separada	Diarista	2
Entrevistada 12	Hortolândia	63	Casada	Dona de casa	3
Entrevistada 13	Campinas	62	Casada	Autônoma	1
Entrevistada 14	Campinas	51	Casada	Mãe crecheira	5
Entrevistado 15	Hortolândia	52	Casado	Autônomo	2
Entrevistada 16	Campinas	30	Casada	Dona de casa	2
Entrevistada 17	Campinas	46	Casada	Dona de casa	2
Entrevistada 18	Campinas	62	Viúva	Aposentada	6
Entrevistada 19	Campinas	50	Separada	Desempregada	3
Entrevistada 20	Campinas	25	Casada	Desempregada	2
Entrevistada 21	Campinas	36	Casada	Auxiliar de limpeza	6
Entrevistada 22	Campinas	26	Casada	Dona de casa	2
Entrevistada 23	Campinas	49	Casada	Gerente de motel	4
Entrevistada 24	Campinas	57	Separada	Doméstica	4
Entrevistada 25	Hortolândia	38	Casada	Autônoma	3 / grávida
Entrevistada 26	Campinas	31	Casada	Autônoma	Grávida
Entrevistado 27	Campinas	70	Separado	Aposentado	3
Entrevistada 28	Campinas	31	Casada	Dona de casa	4
Entrevistado 29	Hortolândia	45	Casado	Porteiro	1
Entrevistada 30	Campinas	45	Casada	Desempregada	4
Entrevistados 31	Campinas	46 / 53	Casados	Dona de casa / Operador de máquina	2
Entrevistados 32	Campinas	29 / 31	Casados	Dona de casa / Metalúrgico	1
Entrevistada 33	Hortolândia	46	Separada	Dona de casa	5

CAPÍTULO 3: Características dos migrantes responsáveis pelo domicílio da RMC

Neste capítulo, traçou-se um perfil dos migrantes e não migrantes responsáveis pelo domicílio, bem como uma diferenciação entre responsáveis homens e mulheres. Na primeira parte, um perfil do tipo de migração desses responsáveis migrantes segundo origem, ou seja, se intraestadual ou interestadual. Na segunda parte, a condição familiar, a partir do estado civil dos responsáveis sejam homens ou mulheres, migrantes ou não migrantes; na terceira parte, uma análise da escolaridade desses mesmos indivíduos e, finalmente, na quarta parte, as características de renda e emprego.

Primeiramente, realizou-se uma análise das características dos responsáveis pelo domicílio através dos dados do Censo Demográfico IBGE 2010.

Quanto aos migrantes, temos que a maioria dos domicílios encontra-se sobre a responsabilidade masculina, 67,79% (Tabela 2) - lembrando que a responsabilidade do domicílio é declarada pelo entrevistado. O número de não migrantes varia muito pouco dos migrantes, considerando que as mulheres são pouco mais de 35%. O número de mulheres responsáveis, apesar de ainda menor, aumentou desde a última aferição do Censo Demográfico IBGE em 2000, como já pudemos discutir no Capítulo 1, a respeito da metodologia.

Tabela 2: População residente migrante (Data Fixa) responsável pelo domicílio por sexo, Região Metropolitana de Campinas (2010)

Responsável	Migrantes	Não Migrantes
Masculino	67,79	64,49
Feminino	32,21	35,51
Total	100,00	100,00

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010 (Tabulação própria, NEPO/UNICAMP)

Segundo Sabóia et. al. (2012), a utilização do termo “responsável pelo domicílio” possibilitou um aumento na declaração de domicílios onde o responsável é a mulher. Considerando que antes o termo utilizado era “chefe”,

Dois fatos recentes merecem a atenção em relação à questão de gênero no Brasil: o incremento do número de domicílios com chefia feminina e o aumento consistente da presença da mulher no mercado de trabalho. Estes movimentos não se concentram em uma determinada região do país e se referem a uma dinâmica específica das áreas urbanas (Boletim DIEESE, p. 1, 2004)³⁴.

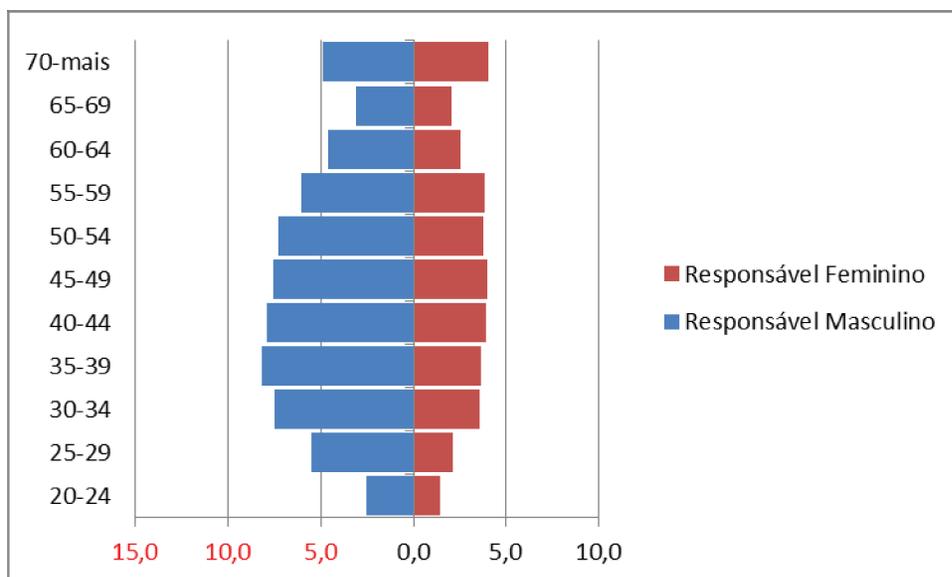
Assim, como também observa Bilac (1997), o aumento dos níveis de chefia feminina ocorreria de uma forma ou de outra nos domicílios monoparentais, considerando os divórcios, separações, viuvez e também a maior expectativa de vida da mulher em relação ao homem.

Seguindo com a análise temos, observando o Gráfico 1, a pirâmide etária dos responsáveis do domicílio na RMC. Chamamos a atenção para a maior proporção de responsáveis mulheres nas idades mais avançadas em comparação às idades mais novas, enquanto que os homens responsáveis concentram-se em idades mais jovens com 35 a 39 anos. Isso se deve pelo fato de as mulheres responsáveis serem, em sua maioria, separadas ou viúvas e, portanto, mais avançadas no ciclo vital.

Analisando separadamente, a pirâmide etária dos responsáveis migrantes e não migrantes (Gráfico 2 e Gráfico 3), temos que os não migrantes possuem uma estrutura etária muito parecida com a dos responsáveis total (Gráfico 1). Claro que há de se levar em consideração que a proporção de não migrantes é muito superior, mas se nos ativermos à pirâmide dos migrantes (Gráfico 3), temos que estes tem uma estrutura etária bem mais jovem. Esse tipo de comportamento não é estranho à literatura; entende-se que a migração é muito mais característica de pessoas no início de seu ciclo vital do que de indivíduos com famílias mais bem consolidadas, que envolvem mais indivíduos no processo de mudança. Em outras palavras: é mais fácil arriscar-se sozinho do que quando outros indivíduos dependem de você.

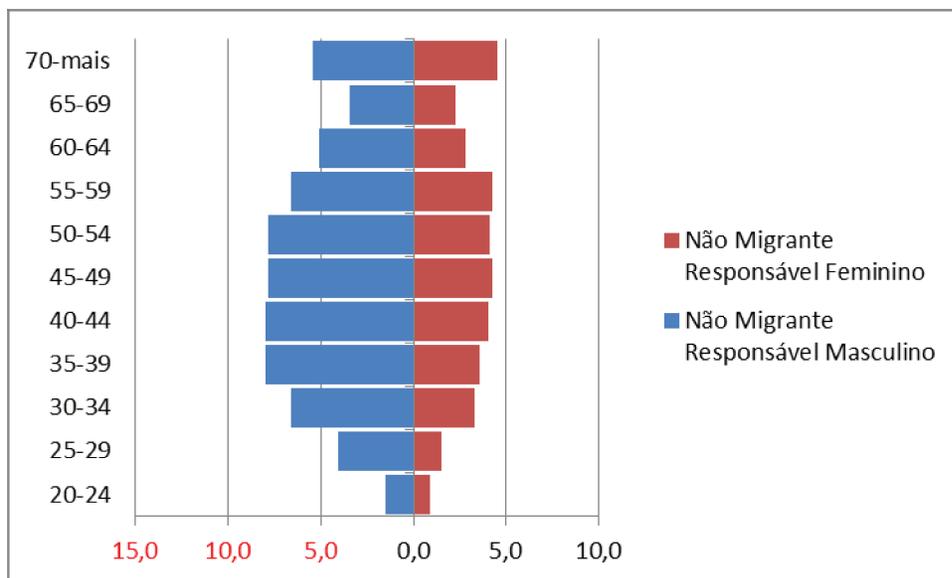
³⁴ Abordaremos a questão da renda no tópico “3.3. Trabalho e renda” deste capítulo.

Gráfico 1: População residente responsável pelo domicílio por sexo e idade, Região Metropolitana de Campinas (2010)



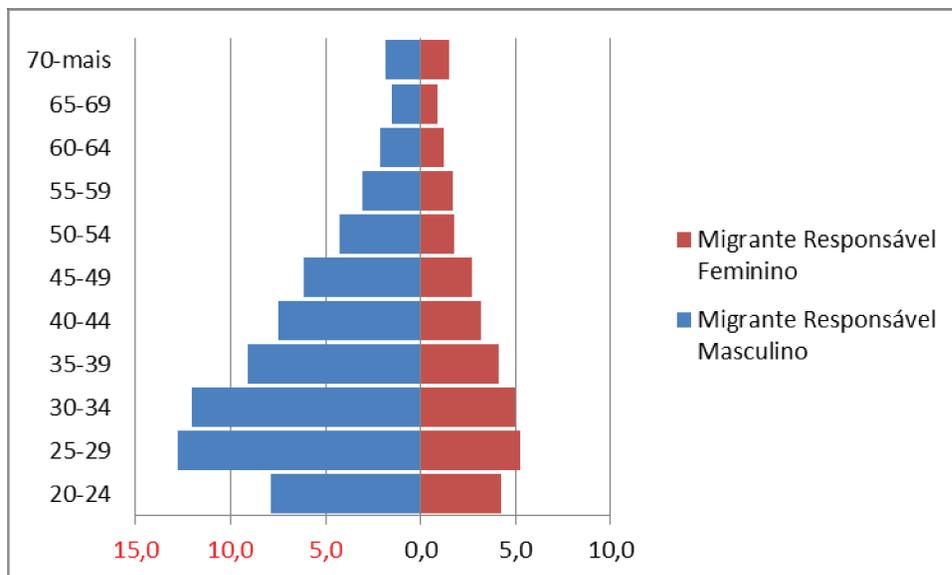
Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010 (Tabulação própria, NEPO/UNICAMP)

Gráfico 2: População residente não migrante responsável pelo domicílio por sexo e idade, Região Metropolitana de Campinas (2010)



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010 (Tabulação própria, NEPO/UNICAMP)

Gráfico 3: População residente migrante (Data Fixa) responsável pelo domicílio por sexo e idade, Região Metropolitana de Campinas (2010)



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010 (Tabulação própria, NEPO/UNICAMP)

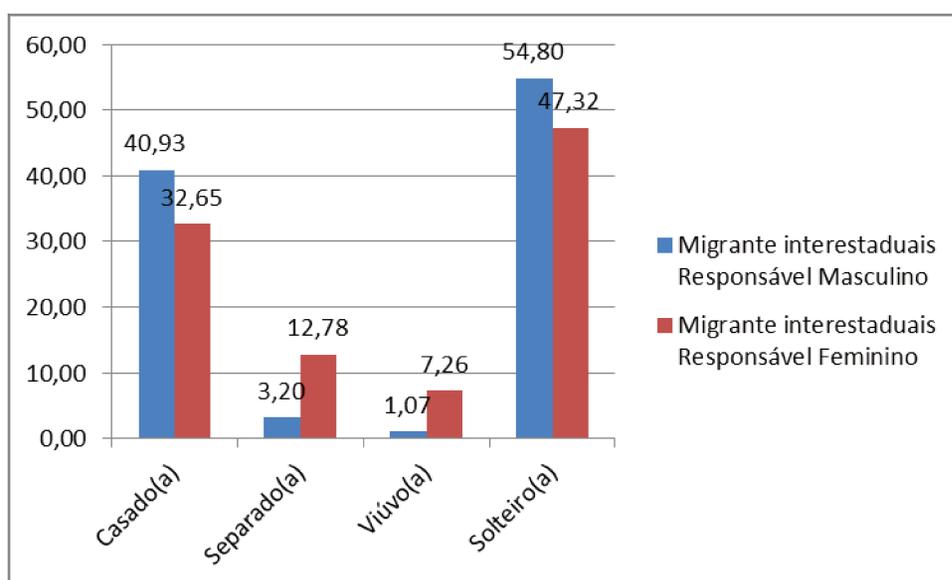
3.1. Modalidade de migração

Neste item, identificou-se a migração mais frequente dos responsáveis pelos domicílios, segundo o sexo, da Região Metropolitana de Campinas, a começar pelo Gráfico 5, que nos mostra o estado civil dos responsáveis migrantes intraestaduais. Por esse dado, percebemos que a maioria dos casados, 61,34%, são homens, enquanto as mulheres são maioria entre os separados, viúvos e solteiros.

De fato, temos como exemplo a Entrevistada 24, que tem 57 anos. Ela nasceu em Três Pontas (MG) e mudou-se para a RMC com 14 anos de idade; um tio morava na região e ela veio com a avó, ou seja, representa este pouco mais de 47% (Gráfico 4) de migrantes mulheres que migraram solteiras. Ela casou-se, teve filhos e decidiram mudar de cidade porque o marido havia sido transferido. Durante dois anos morou em um bairro em Campinas, não trabalhava, saiu de lá com o segundo filho e foi para outra cidade da região para sair do aluguel, onde ficou por seis anos. Saiu de lá com o terceiro filho, quando construíram uma casa melhor em outro bairro. Já com a terceira filha, precisavam de uma casa maior, diz ela sobre todas essas mudanças: “*É difícil depois de grande você se habituar com coisas novas, um mundo diferente*”. Os filhos se

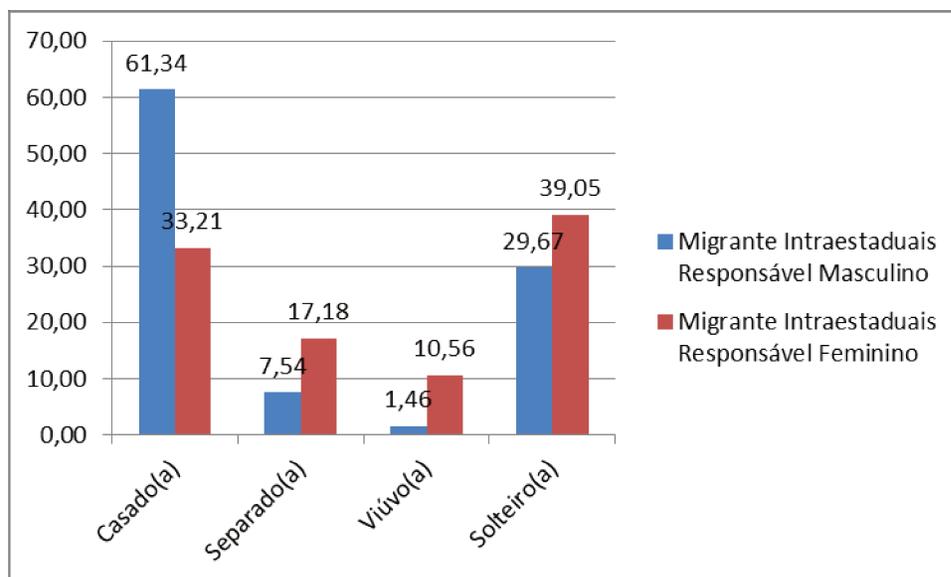
casaram, o marido foi vendendo o que tinha e comprou um terreno no bairro atual, em Campinas. Ela foi viajar e quando voltou o marido tinha passado o terreno para o nome dele e ela foi morar com a filha, depois vendeu e comprou outro terreno e construiu duas casas. Essa migração interna colocou essa mulher em uma nova modalidade migratória entre as 17,18% (Gráfico 5) de mulheres que migraram separadas.

Gráfico 4: População residente migrante interestadual (Data Fixa) responsável pelo domicílio por sexo e estado civil, Região Metropolitana de Campinas (2010)



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010 (Tabulação própria, NEPO/UNICAMP)

Gráfico 5: População residente migrante intraestadual (Data Fixa) responsável pelo domicílio por sexo e estado civil, Região Metropolitana de Campinas (2010)



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010 (Tabulação própria, NEPO/UNICAMP)

Quanto à comparação entre migrantes intraestaduais e interestaduais, temos que dos responsáveis homens a maioria intraestadual é casado e a maioria interestadual é solteiro. Já as mulheres mostram um pouco mais de semelhanças nos dados, sendo a maioria interestadual e intraestadual formada por solteiras.

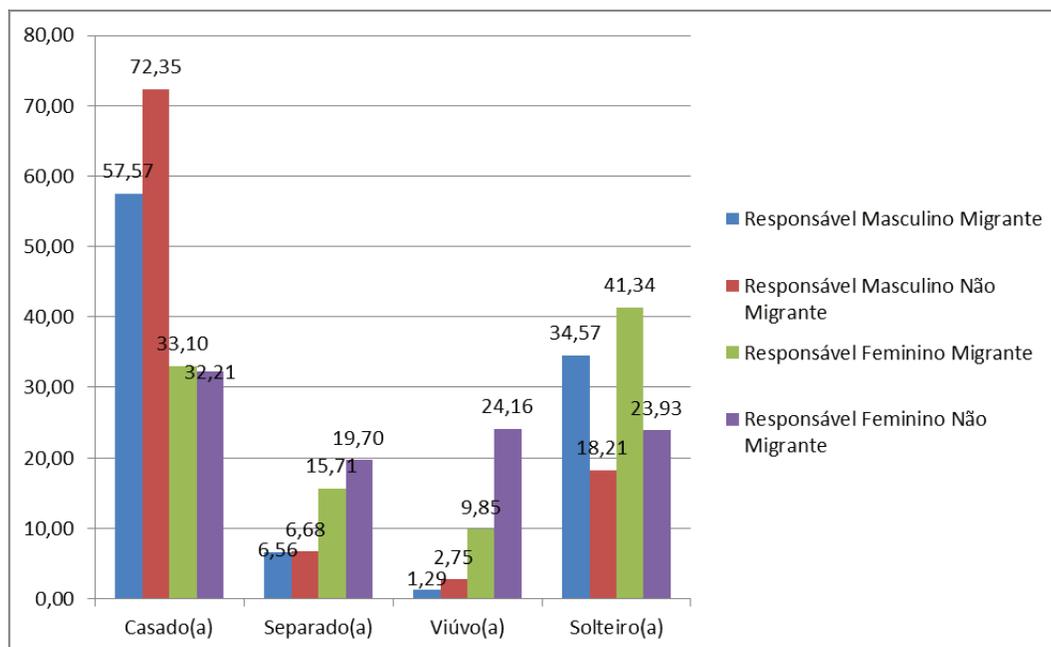
3.2. Família

Observa-se agora o estado civil dos responsáveis pelo domicílio, mais uma vez comparando homens e mulheres e migrantes e não migrantes.

A Entrevistada 25, com 38 anos de idade, é um exemplo de migração interestadual. No domicílio vivem ela, o marido, um cunhado e um filho. Ela nasceu em Minas Gerais e mudou-se para Hortolândia com o ex-marido e outros três filhos. Mudaram-se para a casa do irmão dele, depois para a casa de um amigo dele em Campinas, depois definitivamente para Hortolândia quando houve a ocupação inicial do bairro em que vive. Na época ela não trabalhava, depois começou a fazer faxina em casa de família. Ela se separou, ficou sozinha por três anos e agora está casada. Por causa de uma trombose no joelho está desempregada e o marido trabalha como pintor. Considera que o responsável pelo domicílio quando migrou era seu marido e, assim como

57,57% (Gráfico 6) dos homens responsáveis migrantes, eles estavam casados. Quando se separou do marido, tornou-se responsável pelo seu domicílio, como 19,7% dos domicílios de não migrantes chefiados por mulheres.

Gráfico 6: População residente responsável pelo domicílio por sexo e condição migratória (Data Fixa) segundo estado civil, Região Metropolitana de Campinas (2010)



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010 (Tabulação própria, NEPO/UNICAMP)

O Gráfico 6 é muito interessante para observarmos que a maioria da migração feminina acontece desacompanhada da família e no começo do ciclo vital, como sugere o fato de serem 41,34% dessas migrantes solteiras. As mulheres separadas representam 15,71% das migrantes, como a Entrevistada 11, que se casou e se mudou para a região com o marido e duas filhas, para morar com a cunhada durante um ano. Conseguiu um terreno no bairro, que compraram da associação de moradores que organizava a recente ocupação. O marido construiu a casa. Separou-se depois de treze anos em Campinas, o marido até hoje não a ajuda, não paga pensão. Ela decidiu separar-se porque ele tinha uma amante. Através da própria associação de moradores a entrevistada soube de outra ocupação e mudou-se com as filhas, que ajudam com os serviços da casa. Hoje, aos 35 anos, ela trabalha em casa de família.

Pudemos observar em algumas entrevistas que algumas mulheres encontravam-se absolutamente desamparadas por seus ex-maridos, como a Entrevistada 33, de 47 anos de idade. Ela nasceu em Pindai (BA), veio com 31 anos para Hortolândia. Separou-se do marido em Pindai, entrou em depressão por causa da morte da mãe e veio tratar-se na RMC junto com os filhos, onde um irmão morava. Descobriu, ao chegar aqui, que o segundo filho mais novo tinha meningite e resolveu permanecer na região por causa do tratamento do filho, que requer cuidados até hoje e levou-a a receber auxílio governamental. Hoje vive com os dois filhos mais novos e conta com a ajuda da igreja para tratar o filho especial. Os outros filhos não a ajudam porque ganham pouco, só o mais novo que mora com ela que ajuda. Os amigos também contribuem, levando o filho especial (que requer atenção dela 24 horas) ao médico: *“Eu não vou a lugar nenhum, tirando a farmácia e o mercado (...) que é tudo aqui no bairro”*. O pai das crianças ainda mora na Bahia, não ajuda em nada segundo ela, porque ele não tem emprego e ela mesmo não mantém contato.

Para os homens, o processo de separação significa mobilidade quase que em todos os casos captados nas entrevistas, apesar de representarem apenas 6,56% (Gráfico 6) dos dados quantitativos, visto que em muitas vezes a mulher acaba ficando com a guarda dos filhos e com o domicílio. Como exemplo, o Entrevistado 6 nasceu em Osvaldo Cruz (SP) e veio aos 19 anos para Campinas porque, segundo ele, lá não tinha muito emprego, só trabalho na roça. Ele veio sozinho se aventurar e aproveitou o apoio de amigos que moravam aqui e que o ajudaram a arrumar emprego. Acabou morando com uma irmã que veio depois, mas achava a cidade de Campinas muito cara. Casou-se aos 25 anos com a primeira mulher, com quem teve três filhos, separou-se e casou-se novamente para ter mais três filhos com a segunda esposa. As suas mudanças foram ocasionadas basicamente pelos casamentos e separações e durante esse período morou nas cidades de Monte Mor e Vinhedo, sempre trabalhando informalmente em Campinas como porteiro e em uma transportadora, o que dificulta, hoje, a sua aposentadoria. Suas mudanças se deram quase sempre para bairros em formação, mais baratos, assim comprava um terreno, construía e vendia mais caro, fazendo dinheiro para comprar mais um terreno. O entrevistado teve certa relutância ao tratar das ex-mulheres e filhos e pareceu um pouco arrependido de qualquer situação que lhe tenha causado as separações. Hoje é evangélico e mora em um bairro periférico em Hortolândia com um filho que sustenta a casa e não tem muito contato com os outros filhos.

Entretanto nem sempre o marido se afasta da família ao se separar. O entrevistado 9 chegou a Campinas trabalhando em uma empresa que instalava fios de alta tensão, gostou da cidade e resolveu ficar. Conheceu sua ex-mulher aqui, comprou um terreno, construiu uma casa e começou a trabalhar como marceneiro em empresas, através da indicação de amigos. Separou-se, vendeu a casa em que vivia, dividiu o bem com a ex-mulher e foi morar com a filha, que vive em um bairro próximo.

Segundo os dados apresentados por Chaves (2004), a maior diferença entre os sexos se dá na condição de separados, já que as mulheres que migram separadas são em maior número e o deslocamento é de curta distância, se apresentando obviamente como mais independentes que as mulheres casadas. Segundo Chaves (2004), essas mulheres tem grande importância no emprego doméstico. Ainda de acordo com a autora, a razão de sexo dos migrantes não tem diferença da dos residentes, o que nos mostra que não há seletividade por sexo nos movimentos.

Apesar de apenas 9,85% (Gráfico 6) das migrantes serem viúvas, encontramos alguns exemplos de mudanças ocasionados por esse *turning point*³⁵ no ciclo de vida de algumas mulheres, como o caso da Entrevistada 3: ela nasceu em Votuporanga, onde viveu até os 28 anos de idade trabalhando na roça, casou e teve quatro filhos. Foi para Hortolândia quando o esposo faleceu porque, segundo ela, alguns parentes que viviam na cidade a convenceram a mudar. A mãe foi buscá-la e elas moraram juntas por um mês com a irmã; após um desentendimento, ela e a mãe se mudaram para um barraco em um terreno da prefeitura. Trabalhou um tempo em casa de família e oito anos como servente de pedreiro, diz ela: “*Você tem quatro filhos pra criar, e não tem quem te ajuda, você é obrigado a fazer qualquer coisa*”. A mãe faleceu e ela mudou-se para o bairro atual, que conheceu através de informações na mídia e com a ajuda da prefeitura resolveu construir sua casa ali mesmo, onde conseguiu pagar: “*Eu não gosto de morar aqui, mas como eu tenho meu teto pra ‘mim’ morar então é onde que eu vou morrer*”. Hoje uma filha, que trabalha como babá, mora sozinha com os filhos nos fundos de sua casa. Os outros filhos não a ajudam em nada. Analfabeta, a Entrevistada 3 hoje trabalha como catadora de lixo, para complementar a aposentadoria que o falecido lhe deixou.

³⁵Tratam-se de situações que determinam uma mudança no ciclo vital do indivíduo como, por exemplo, o nascimento dos filhos, ou separação.

3.3. Educação

Podemos perceber através dos dados que há uma diferença brutal entre a escolaridade dos responsáveis migrantes e não migrantes. A situação das mulheres não migrantes é aterradora: 51,61% não tem instrução alguma ou possuem somente o ensino fundamental incompleto (Tabela 3). Podemos considerar que essas mulheres que não migram não o fazem por não possuírem redes suficientes que propiciassem essa mudança³⁶. A Entrevistada 28 nos relatou uma trajetória dramática: ela é analfabeta e vive com o marido e os filhos em um bairro que não gosta; segundo ela, seu desejo é separar-se do marido, mas não o faz porque depende dele para tudo, já que é analfabeta e não consegue ao menos utilizar o transporte público. Ainda sobre os estudos, a Entrevistada 3, também analfabeta, nos diz: *“No meu tempo o pai da gente não deixava a gente estudar (...) eu tinha vontade de ir na escola mas minha mãe e meu pai não deixaram”*. Um exemplo de como a imposição do gênero pode influenciar o futuro de muitas mulheres.

Tabela 3: População residente responsável não migrante por escolaridade, Região Metropolitana de Campinas (2010)

	Responsável	
	Masculino	Feminino
Sem instrução e fundamental incompleto	44,68	51,61
Fundamental completo e médio incompleto	16,92	15,27
Médio completo e superior incompleto	26,38	21,82
Superior completo	12,02	11,30
Total	100,00	100,00

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010 (Tabulação própria, NEPO/UNICAMP)

A Entrevistada 5, por exemplo, nasceu no mesmo bairro em que vive atualmente: ela se casou aos 17 anos de idade porque engravidou e não conseguiu completar os estudos; hoje, com 21 anos, mora com o marido e três filhos em uma casa de propriedade de sua mãe. Em compensação, o marido fez faculdade de Letras. Ele chegou a conseguir emprego na área, mas achou melhor ficar no antigo emprego porque ganhava mais. Hoje, ela trabalha como auxiliar de

³⁶ A questão das redes será mais bem tratada no “Capítulo 4”.

higienização por meio período e a mãe cuida dos filhos enquanto isso. A família recebe auxílio do Programa Bolsa Família do Governo Federal. Sobre os aspectos positivos, segundo Bruschini (1998), a conjuntura de políticas recentes de transferência de renda ajuda as mulheres, em especial as mais pobres, diminuindo as diferenças de gênero no mercado de trabalho, já que o benefício sai em nome da mulher.

Tabela 4: População residente responsável migrante (Data Fixa) por escolaridade, Região Metropolitana de Campinas (2010)

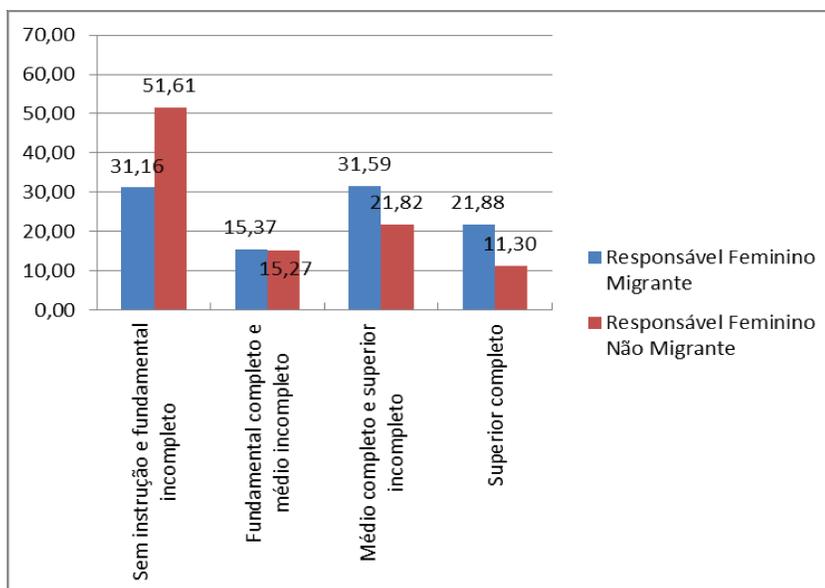
	Responsável	
	Masculino	Feminino
Sem instrução e fundamental incompleto	32,01	31,16
Fundamental completo e médio incompleto	15,97	15,37
Médio completo e superior incompleto	31,89	31,59
Superior completo	20,13	21,88
Total	100,00	100,00

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010 (Tabulação própria, NEPO/UNICAMP)

Quanto aos migrantes, podemos observar certa desmistificação quanto à sua condição e quanto a afirmações como “(...) female migrants are characterized by a double disadvantage, one of sex and one of class” (SASSEN, 1998, p. 115)³⁷, sem deixar, é claro, de levar em consideração as implicâncias da migração. Temos que pouco mais de 31% (Tabela 4), tanto para os responsáveis homens e mulheres, possuem o ensino médio completo ou superior incompleto, bem acima dos não migrantes, pouco mais de 26% para os homens e 21% para as mulheres (Tabela 3). Essa comparação fica evidente no Gráfico 7:

³⁷ “Migrantes mulheres são caracterizadas por dupla desvantagem, uma de sexo e outra de classe” (Tradução Livre)

Gráfico 7: População residente responsável migrante (Data Fixa) por escolaridade e sexo, Região Metropolitana de Campinas (2010)



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010 (Tabulação própria, NEPO/UNICAMP)

Entretanto, cabe ressaltar que encontramos muitas histórias de abandono dos estudos por parte das mulheres em nossas entrevistas. A Entrevistada 7, por exemplo, mora com o marido e a filha, mas antes disso vivia com a mãe e os irmãos. A entrevistada não terminou o Terceiro colegial porque engravidou e não voltou a trabalhar, para poder cuidar da mãe doente. O marido, que trabalhava em um emprego formal, começou a fazer bicos para dar apoio à mulher que sofreu muito com o falecimento da mãe. Hoje, eles vivem ainda na mesma casa e segundo a entrevistada, só mudariam se obrigados por seus irmãos: *“Essa casa é a lembrança que eu tenho do meu passado inteiro, da minha mãe, cuidei muito da minha mãe aqui porque ela era doente, ela tinha um tumor na cabeça e não podia ficar sozinha (...) cada planta aqui foi ela que plantou”*.

Vale, portanto, terminar este tópico com uma citação muito pertinente de Silva & Ribeiro (2009), extraída da conclusão de um trabalho realizado a partir de entrevistas qualitativas com mulheres sobre seus estudos:

(...) os motivos pelos quais algumas mulheres não tiveram acesso à escola ou os motivos que impossibilitaram a continuação dos seus estudos foram atravessados pelas representações naturalizadas de gênero, que partem do

pressuposto de que a função “natural” da mulher é cuidar da casa, filhos e marido, e que, para tanto, estudar se torna inviável e/ou não é necessário. Também evidenciou que essas mulheres estão sendo interpeladas pelos discursos que enfatizam a educação escolarizada como capaz de transformar a vida das pessoas através do conhecimento adquirido e da inserção social (SILVA & RIBEIRO, p. 201, 2009).

Podemos entender, através desses dados, que a migração na RMC tornou-se de certa forma seletiva. Os migrantes, definidos a partir de Data Fixa (menos de 5 anos de residência) correspondem a um grupo que chegou recentemente na região, ou seja, em termos de coortes, um grupo mais jovem e, portanto, uma coorte que se beneficiou da melhoria educacional brasileira dos anos 1990. O grupo dos não migrantes, por incorporar migrantes mais antigos e também pessoas de idade mais avançada, ou seja, uma coorte ainda com menor nível de instrução, poderia ter uma composição mais desvantajosa em termos educacionais. Em suma, podemos estar lidando com um claro "efeito de coorte"³⁸.

3.4. Trabalho e renda

A Entrevistada 7, recém-mencionada, é dona de casa e o marido trabalha fazendo bicos, oferecendo serviços empurrando uma carriola pelo bairro o dia todo. Ela já trabalhou como caixa de supermercado, mas há seis anos largou o emprego para cuidar da filha e da mãe doente. Gosta do bairro em que vive, já que criou raízes ali; os irmãos estão cada um em uma cidade da RMC. É interessante nos aprofundarmos um pouco na história da mãe da entrevistada, que determinou os rumos da vida desta. A mãe veio sozinha com três filhos de uma cidade no estado do Mato Grosso, o mais velho faleceu, depois conheceu o pai da entrevistada com quem teve mais outra filha. A mãe dizia que era viúva, mas não tinha certidão de óbito do falecido. Ficou claro na entrevista que a mãe dizia que era viúva tentando acobertar o desaparecimento do marido, que pareceu ter fugido. Assim, morando de aluguel em um bairro próximo, mudaram-se para o atual quando ela conseguiu comprar a casa própria. A mãe sempre trabalhou para sustentar os filhos e quando os quatro mais velhos se casaram e mudaram de casa, a mãe da entrevistada se viu

³⁸ Nesse sentido, cabe ressaltar que a análise do nível de instrução dos responsáveis pelo domicílio migrantes e, principalmente, os não migrantes, requer estudos mais aprofundados.

morando na casa que ela própria havia construído, com a filha mais nova, a entrevistada em questão, e sustentando a ela, ao genro e a neta com sua aposentadoria.

O exemplo desta entrevista pode servir para ilustrar os dados da Tabela 5, que nos mostram que 46,63% nas mulheres migrantes responsáveis pelo domicílio não trabalharam na semana de referência do Censo Demográfico 2010. Dessas mulheres que não trabalharam é curioso observarmos na Tabela 6 que quase 37% eram casadas, o que mostra que realmente, como nos alertou Sabóia et. al. (2012), a mudança de “chefe” para “pessoa de referência” influenciou a resposta do entrevistado no Censo. Levando em conta também que geralmente o responsável é entendido como aquele que sustenta financeiramente a família e que o aumento da presença da mulher no mercado de trabalho não justificaria, por si só, o aumento da reponsabilidade de domicílios atribuída às mulheres. Chamamos atenção também para o alto número de mulheres solteiras nessa mesma situação, 33,06% (Tabela 6), o que pode ser compreendido, de certo modo, através de exemplos como o da Entrevistada 7 que largou o emprego para ajudar a mãe doente que sustentava a família.

Tabela 5: População residente responsável migrante (Data Fixa) por trabalhou ou não na semana de referência, Região Metropolitana de Campinas (2010)

Responsável	Trabalhou		Total
	Sim	Não	
Masculino	83,82	16,18	100,00
Feminino	56,37	43,63	100,00

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010 (Tabulação própria, NEPO/UNICAMP)

Tabela 6: População residente feminina responsável migrante (Data Fixa) por não trabalhou na semana de referência e estado civil, Região Metropolitana de Campinas (2010)

	Responsável Feminina
Casada	36,99
Separada	12,52
Viúva	17,43
Solteira	33,06
Total	100,00

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010 (Tabulação própria, NEPO/UNICAMP)

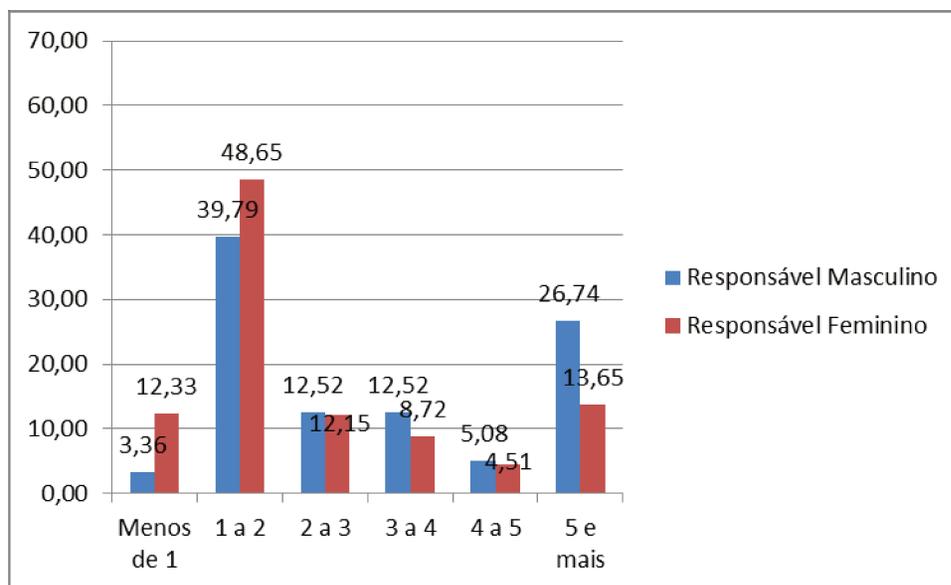
Para Bruschini (1998), entre os anos de 1985 e 1995, no Brasil, as mulheres ampliaram em 63% sua participação no mercado laboral, aumento bem maior que dos homens – levando-se em conta o estoque de mulheres que não trabalhavam. Em quase todas as entrevistas de mulheres casadas, seus maridos ganhavam mais. Como podemos perceber no Gráfico 8, 12,36% das mulheres responsáveis pelo domicílio recebiam menos de 1 salário mínimo, frente a pouco mais de 3% dos homens.

Como contra exemplo, entretanto, temos o Entrevistado 29: com 45 anos de idade há quatorze anos vivendo em Hortolândia. Conheceu a esposa em Campinas, onde morava, e foi viver em Hortolândia porque a esposa, que ganhava mais, conseguiu comprar um terreno em um bairro de ocupação.

Contudo, não podemos atribuir uma causalidade direta entre entrada da mulher no mercado de trabalho e aumento de mulheres responsáveis pelo domicílio,

(...) principalmente porque ambos os movimentos decorrem de inúmeras razões que se ligam entre si: emancipação feminina, maior urbanização, aumento de importância do setor de serviços, importância da renda feminina para complementação da renda familiar, maior desagregação familiar e, até mesmo, opção pessoal, entre outros motivos. Porém, é possível observar as relações entre os dois movimentos e a mais clara delas reside no fato de os domicílios com chefia feminina apresentarem constantemente renda inferior àqueles chefiados por homens. A origem desta menor renda estaria associada ao próprio perfil da chefe de domicílio, geralmente sem cônjuge, com baixa escolaridade e com maior idade, bem como às dificuldades de inserção feminina no mercado de trabalho, que usualmente se expressam pela maior taxa de desemprego, inserções vulneráveis e menores rendimentos (Boletim DIEESE, p. 1, 2004).

Gráfico 8: População residente responsável migrante (Data Fixa) por renda do domicílio em salários mínimos e sexo, Região Metropolitana de Campinas (2010)



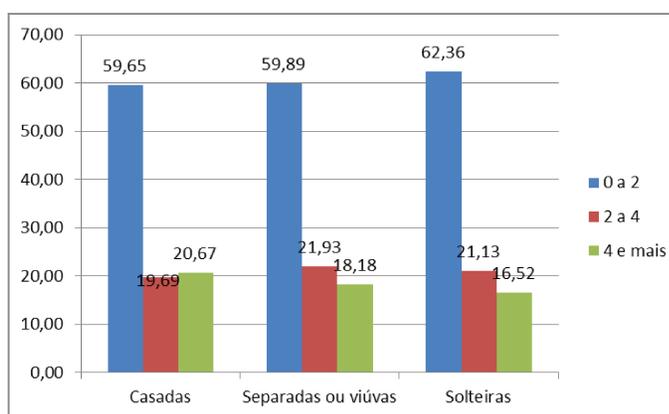
Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010 (Tabulação própria, NEPO/UNICAMP)

Como exemplo do empoderamento feminino através do trabalho, temos a Entrevistada 21, que tem 36 anos de idade e seis filhos, sendo três dela e três adotados. Ela mora no bairro há dezesseis anos. Nasceu em Campo Mourão (PR) e é casada há dezoito anos. Soube da ocupação pelos vizinhos, e foi a partir desta que foi capaz de comprar a casa própria. A entrevistada trabalha o dia todo em um consultório psiquiátrico e antes de conseguir esse trabalho formal, vendia cosméticos e fazia artesanato graças a um curso que fez na associação de moradores. O marido já ficou desempregado e ela ajudou com as vendas enquanto ele fazia bicos. Cerca de um ano antes da entrevista os sobrinhos por parte do marido vieram com a mãe fazer tratamento no Hospital Universitário da UNICAMP (moravam na divisa da Bahia), ela bebia muito, ficaram seis meses e foram embora. Os sobrinhos tinham problema de visão e de subnutrição. Depois de um tempo o sogro ligou, contando que o conselho tutelar havia levado os meninos por causa da situação da mãe e, por decisão de nossa entrevistada, graças à importância equitativa que ela conquistou no domicílio frente ao marido por causa de seu trabalho, resolveram adota-los: *“Eles iam separar os irmãos, ai foi feriado de carnaval (...) e meu marido foi buscar na divisa da Bahia, bem longe, ai deram a guarda provisória, agora estamos esperando a guarda definitiva”*.

Segundo Lavinias & Nicoll (2006), “Os fatores que elevam os rendimentos do trabalho das mulheres pobres estão fortemente correlacionados com graus de autonomia maiores no seu cotidiano de trabalhadora” (LAVINA & NICOLL, 2006, p. 61).

Quanto ao salário mínimo dos responsáveis mulheres, temos (se analisando sob a ótica do estado civil) uma divisão muito parecida, sendo que a maioria das mulheres, independente do estado civil, recebe na sua maioria de 0 a 2 salários mínimos, como vemos no Gráfico 9:

Gráfico 9: População residente responsável feminina migrante (Data Fixa) por renda do domicílio em salários mínimos, Região Metropolitana de Campinas (2010)



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010 (Tabulação própria, NEPO/UNICAMP)

Brusquini (1998), entretanto, nos chama a atenção para a mudança através do perfil das mulheres no mercado de trabalho. Se, nos anos de 1970, o padrão era de solteira sem filhos, no período analisado pela autora – entre 1985 e 1995 – passa a ser de mulheres mais velhas, mães e casadas. Neste período, Brusquini (1998) observa maior inserção das mulheres no Terceiro Setor, em ocupações técnicas e científicas – considerando a escolarização das mulheres, maior que a dos homens – e nas atividades artísticas. Em contrapartida, encontramos atividades que são reduto femininos ainda hoje, como o trabalho doméstico³⁹. Segundo dados, “(...) cerca de 2/3 de todas as mães, independentemente do nível social e do grau de escolaridade, trabalham ou procuram emprego” (LAVINA & NICOLL, 2006, p. 54); as mais expostas ao desemprego são mulheres sem filhos e mais pobres, o que pode indicar baixo ingresso de jovens inexperientes no mercado e pouca formação, “(...) pode-se perceber que são as mulheres pobres, jovens e sem filhos que

³⁹ “Ao lado dessas mudanças, permaneceram também alguns guetos femininos, como a enfermagem, o magistério primário, a assistência social e outros” (BRUSCHINI, 1998, p. 17).

encontram maior dificuldade de inserção no mercado de trabalho” (LAVINA & NICOLL, 2006, p. 56).

A despeito do que disse a Entrevistada 30 sobre o trabalho: *“As mães hoje que tem muita regalia, tem creche (...) hoje não trabalha a mãe que não quer”* e, mesmo que a creche e a escolinha dos netos sejam longe e ela precise pagar uma perua particular, a mudança nesse perfil de mulheres trabalhadoras cria essas necessidades novas como creches para os filhos, que nem sempre são atendidas satisfatoriamente e acabam dificultando a entrada dessas mulheres no mercado – até mesmo fazendo com que elas saiam do trabalho. Como ela mesma diz: *“Não é que eu não goste, mas é a necessidade, eu preciso trabalhar, ajudar dentro de casa, porque hoje em dia as mulheres, você sabe que ou ela é o arrimo de família ou ela tem que ajudar (...) o homem sozinho dentro de casa não vai, temos que ajudar”*. O marido dela é zelador de um condomínio residencial.

Os baixos rendimentos e as desigualdades de gênero não se modificaram muito nos últimos anos, mesmo nas atividades de reduto feminino. Ainda segundo Bruschini (1998), as mulheres continuam ganhando salários menores que os homens⁴⁰, mesmo que se criem novas ofertas como creches e escolas integrais que propiciam à mulher a possibilidade de inserção no mercado e diminuição de sua pobreza.

⁴⁰ “Quando se examina o ganho médio feminino em relação ao masculino, constata-se que as mulheres ganham cerca de 64% dos salários masculinos” (BRUSCHINI, 1998, p. 22).

CAPÍTULO 4: As decisões migratórias

Neste Capítulo, especificou-se as questões sobre a decisão de migrar, utilizando inicialmente os dados do “Banco Vulnerabilidade” de 2007. Na primeira parte, fala-se sobre os motivos que levaram os chefes a mudarem de município, bem como o que os atraiu à Região Metropolitana de Campinas; na segunda parte, considera-se a importância das redes sociais nessas decisões e na terceira parte buscou-se investigar o processo de decisão dentro do domicílio, através dos relatos das entrevistas e dividindo as análises entre decisões masculina, compartilhadas e femininas, estas divididas entre mulheres casadas, viúvas e separadas.

Como podemos observar na Tabela 7, a maioria dos chefes de domicílio⁴¹, seja ele homem ou mulher, mudou para uma casa alugada – 55,91% e 54,37% respectivamente.

Tabela 7: População residente chefe migrante, por lugar onde foi morar ao chegar ao município de residência no momento da entrevista, Região Metropolitana de Campinas (2007)⁴²

	Chefe	
	Masculino	Feminino
Casa própria em bairro ou loteamento	28,52	32,52
Casa alugada	55,91	54,37
Outros	15,57	13,11
Total	100,00 (533)*	100,00 (206)*

*número sem peso referente ao total de chefes de família que responderam à essa questão

Fonte: NEPO, Banco Vulnerabilidade de 2007 (Tabulação própria, NEPO/UNICAMP)

Como exemplo desse processo temos o Entrevistado 10, já mencionado anteriormente, que tinha 43 anos, casado e uma filha de 18 anos de idade. Ele nasceu em Campinas e sua mulher é de Osvaldo Cruz (SP). Ele se casou aos 23 anos de idade e foi morar na casa de um conhecido do sogro de aluguel, e mudou para o bairro atual em Campinas porque conseguiu comprar a casa própria. A decisão deu-se conjuntamente com a mulher, que trabalha como bancária. Podemos perceber então que a mudança dá-se inicialmente a um domicílio alugado, pelo fato de não

⁴¹ Deste capítulo utilizaremos a mesma metodologia da pesquisa dos dados em questão, que chamou o responsável pelo domicílio de “chefe”.

⁴² Outros inclui: casa de parentes, amigos, cedida, pensão e moradia em área de ocupação, não foi considerado os que responderam que não sabiam.

possuírem capital para comprar uma casa, já que estavam no começo de seu ciclo vital (inclusive contando com a ajuda da família). Vale lembrar que, como vimos no capítulo anterior, os migrantes são em maioria mais jovens. Com o passar do tempo, a melhoria na renda proporcionou a essa família a chance de comprar sua casa própria.

Nesse sentido, a Tabela 8 nos fornece evidências sobre a migração ser um fenômeno que envolve a família. De fato, os dados mostram que 36,65% dos chefes homens e 35,41% das chefes mulheres migraram com cônjuges e filhos. Sobre esses dados, a Entrevistada 26, de 31 anos de idade é um bom exemplo: ela nasceu em Águas de Lindóia (SP) e segundo ela, cada um dos seus dez irmãos nasceu em uma cidade diferente. O pai é mestre de obras e sempre levou a família para onde quer que ele fosse. Sobre nossa entrevistada em questão, ela casou-se e foi morar com o marido em Paulínia, separou-se, casou-se novamente lá e voltou para Campinas para trabalhar no comércio da família. Junto com 25,73% das chefes responsáveis pelo domicílio, ela migrou ambas às vezes só com o cônjuge. Entretanto, por se tratar de mulheres chefes migrantes, é mais provável que esse grupo tenha migrado só com os filhos.

Tabela 8: População residente chefe migrante por condição familiar quando chegou ao município de residência no momento da entrevista, Região Metropolitana de Campinas (2007)

	Chefe	
	Masculino	Feminino
Cônjuge e filhos	36,65	36,41
Só com cônjuge ou Só com filhos	15,60	25,73
Com os pais e/ou irmãos	31,58	27,18
Sozinho ou Com amigos e/ou outros parentes	16,17	10,68
Total	100,00 (532)*	100,00 (206)*

*número sem peso referente ao total de chefes de família que responderam à essa questão

Fonte: NEPO, Banco Vulnerabilidade de 2007 (Tabulação própria, NEPO/UNICAMP)

4.1. Motivos para a migração

A Entrevistada 12 tem 63 anos, dois filhos casados e uma filha solteira. Ela nasceu em Garça (SP) e casou-se com o marido de Bauru (SP), que foi passear na cidade dela quando se conheceram. Ela mudou-se com ele para Bauru, onde morou por 15 anos. Mudou-se depois para

Campinas com o marido, voltou para Bauru por causa do trabalho dele em uma companhia telefônica, enquanto ela trabalhava em casa de família e ficou treze anos lá, quando se mudou novamente para Campinas. Morava de aluguel na casa onde vive e depois a comprou. Hoje cuida de três netos porque as filhas trabalham em um hospital e está há 10 anos no bairro. O marido trabalha em uma fábrica de doces, também há 10 anos, mas já é aposentado. As mudanças dessa entrevistada se deram essencialmente pelas mudanças de emprego do marido, que ela reconhece como chefe do domicílio.

Essa entrevista documenta um aspecto muito recorrente no processo migratório: o motivo de trabalho. De fato, nossos dados mostram que 31,07% dos chefes homens declararam ter se mudado para o município atual por causa de trabalho, cifra essa que só não é maior em função do peso relativo do motivo “acompanhar família” que, como se sabe, (CUNHA, 2012) reflete o fato de boa parte dos chefes entrevistados terem migrado ainda crianças ou adolescentes (Tabela 9).

Tabela 9: População residente chefe migrante por motivo pelo qual se mudou ao município de residência no momento da entrevista, Região Metropolitana de Campinas (2007) ⁴³

	Chefe	
	Masculino	Feminino
Tinha oferta de terrenos ou casas baratos ou conseguiu financiamento do governo para casa própria	8,66	7,58
Trabalhar ou procurar trabalho no município ou região ou for transferido do emprego	31,07	19,19
Acompanhar a família	37,10	41,92
Outros	23,16	31,31
Total	100,00 (531)*	100,00 (198)*

*número sem peso referente ao total de chefes de família que responderam à essa questão

Fonte: NEPO, Banco Vulnerabilidade de 2007 (Tabulação própria, NEPO/UNICAMP)

A migração acontece por vários motivos, mas a renda assume um papel central no condicionamento das direções dos fluxos, na seletividade e na retenção dos migrantes

⁴³ Outros inclui: buscou tratamento médico no município ou região, estudar no município ou região, tinha parente no município, casou-se com um residente no município, lugar mais tranquilo, aproveitar os benefícios oferecidos pela região e outros.

(CANETTIERI, 2013, p. 6). Como nos disse o Entrevistado 6, perguntado sobre a escolha do local em que vivia: *“Não é bem escolher, é a situação”*.

A respeito do mercado de trabalho, analisando os dados das PRAD de 1993, Montali (1997) afirma que as famílias migrantes recentes no Brasil tem maior participação no mercado de trabalho que a população em geral, o que pode comprovar a teoria de que muitas famílias migram já com emprego garantido, levando em conta que essa mudança familiar acarreta maiores perdas que a migração individual, sendo mais arriscado migrar sem uma garantia de emprego.

Sob outra perspectiva, segundo Antico (1997), analisando os chefes migrantes também através das PRADs entre 1980 e 1993, *“Mais da metade das razões para migrar (...) refere-se a motivos não relacionados a emprego”* (ANTICO, 1997, p. 99), complexificando assim as análises sobre os motivos da migração. Ao mesmo tempo temos, segundo ela, o aumento dos motivos relacionados à moradia no caso dos migrantes intrametropolitanos e a queda dos motivos relacionados à família. Ainda, segundo Silva (2011), estaríamos atualmente passando de um contexto de migração em massa para migração individual, o que explicaria a pluralidade dos fluxos migratórios recentes e significaria dizer que *“(...) movimentos populacionais intrametropolitanos são de grande importância para determinar os processos de (re) distribuição populacional nas metrópoles”* (SILVA, 2011, p. 652).

Sendo assim, a falta de trabalho não é um motivo mais determinante para a migração, como podemos observar na Tabela 10, que nos mostra que a maioria de homens e mulheres chefes declarou ter saído do município em que vivia anteriormente para acompanhar a família. Como o caso da Entrevistada 2, que nasceu em Minas Gerais e seu esposo veio trabalhar em Campinas. Como não conhecia a cidade, ele veio primeiro⁴⁴, através do irmão da entrevistada, que já vivia aqui; os dois trabalhavam na construção civil. Na época, o casal já tinha duas filhas pequenas. Nesse sentido, observamos que *“(...) patriarchal relations may facilitate male rather than female migration by enhancing male access to resources necessary to initiate migration”* (BOYD, p. 15)⁴⁵. O marido construiu uma casa e mandou trazê-la para viver com ele. Ela veio e não se adaptou, porque não tinha nenhum parente ou conhecido no bairro e acabou voltando para a cidade natal. Depois disso, o irmão foi quem mandou buscar a esposa, e a Entrevistada 2 resolveu vir junto. Hoje, ainda casados, eles tem sete filhos.

⁴⁴ Esse fenômeno da migração em que o homem migra antes da esposa será mais bem analisado posteriormente.

⁴⁵ *“As relações patriarcais podem facilitar mais a migração masculina do que a feminina, melhorando o acesso masculino a recursos necessários para iniciar a migração”* (Tradução livre).

Tabela 10: População residente chefe migrante por motivo pelo qual se mudou do município de residência anterior ao momento da entrevista, Região Metropolitana de Campinas (2007)⁴⁶

	Chefe	
	Masculino	Feminino
Falta de trabalho	28,68	23,30
Acompanhar a família	39,25	47,09
Outros	32,08	29,61
Total	100,00 (530)*	100,00 (206)*

*número sem peso referente ao total de chefes de família que responderam à essa questão

Fonte: NEPO, Banco Vulnerabilidade de 2007 (Tabulação própria, NEPO/UNICAMP)

4.2. A importância das redes de apoio no processo decisório

Para Durhan (1973), “(...) as relações pessoais constituem o único ponto de apoio com o qual o migrante conta ao iniciar o processo de ajustamento às novas condições de vida” (DURHAN, 1973, p. 184). Ainda segundo a autora, “(...) a ocorrência da migração realizada em companhia da família atual é bem mais acentuada quando os chefes se originam da própria Região Metropolitana (...) ou áreas mais próximas (...)” (CHAVES, 2009, p.36 *apud* DURHAN). De fato, mais de 64% dos chefes homens e mais de 61% das chefes mulheres (Tabela 11), declararam que souberam do município em que vivem atualmente através de informações de parentes e amigos.

⁴⁶ Outros inclui: falta de moradia, não podia pagar o aluguel, condições insatisfatórias de trabalho, condições insatisfatórias de trabalho ou moradia, remoção da ocupação, para estudar e buscar atendimento médico na região.

Tabela 11: População residente (chefe migrante), por sexo e como soube do município de residência no momento da entrevista, Região Metropolitana de Campinas (2007)

	Chefe	
	Masculino	Feminino
Informações de parentes ou amigos	64,71	61,84
Ouviu falar no município onde residia ou Já conhecia o município	27,89	32,85
Outros	7,40	5,31
Total	100,00 (527)*	100,00 (207)*

*número sem peso referente ao total de chefes de família que responderam à essa questão

Fonte: NEPO, Banco Vulnerabilidade de 2007 (Tabulação própria, NEPO/UNICAMP)

Como exemplo temos o caso da Entrevistada 17, ela tem 46 anos de idade, nasceu no Paraná, onde se casou e teve filhos. A cidade em que viviam era muito pequena, outros parentes já moravam em Campinas e convenceram-na e ao marido a migrarem. Eles deixaram os filhos com os pais no Paraná para viver com a irmã na RMC. Conseguiram trabalho e ela foi buscar os filhos. Hoje os filhos e a nora trabalham no mesmo supermercado e o marido trabalha em um posto de gasolina, depois de ser garçom. Foram morar em uma casa por dois anos, no mesmo terreno da irmã e compraram a atual casa tempos depois.

Assim como essa entrevistada, os dados nos mostram que 77,27% dos homens chefes de domicílio e 64,56% (Tabela 12) das mulheres já conheciam alguém no município para o qual migraram. Sendo que, destes, mais de 65% dos homens e 60% (Tabela 13) das mulheres mudaram por que conheciam outros parentes que não pai, mãe ou irmãos.

Tabela 12: População residente (chefe migrante), por sexo e se este conhecia um residente do município antes de migrar, Região Metropolitana de Campinas (2007)

	Chefe	
	Masculino	Feminino
Sim	77,27	64,56
Não	22,73	35,44
Total	100,00 (528)*	100,00 (206)*

*número sem peso referente ao total de chefes de família que responderam à essa questão

Fonte: NEPO, Banco Vulnerabilidade de 2007 (Tabulação própria, NEPO/UNICAMP)

Tabela 13: População residente (chefe migrante), por sexo e quem este conhecia no município previamente à mudança, Região Metropolitana de Campinas (2007)⁴⁷

	Chefe	
	Masculino	Feminino
Pai, mãe, irmãos ou amigos	34,75	40,00
Outros parentes	65,25	60,00
Total	100,00 (400)*	100,00 (130)*

*número sem peso referente ao total de chefes de família que responderam à essa questão

Fonte: NEPO, Banco Vulnerabilidade de 2007 (Tabulação própria, NEPO/UNICAMP)

Esses parentes e amigos tornam-se, portanto, verdadeiros ativos no que diz respeito aos enfrentamentos dos possíveis riscos na migração. Dentre esses ativos, aquele que melhor pode permitir esse enfrentamento é o *capital social* que cada indivíduo ou família possui. O conceito de *capital social* é bem traduzido no seguinte trecho de Portes (1998, p. 8): “social capital stands for the ability of actors to secure benefits by virtue of membership in social networks or other social structures.” (PORTES, 1998, p. 8)⁴⁸. Entende-se, portanto, por *capital social* algo que pertence ao indivíduo e é utilizado por ele de modo a produzir benefícios, até mesmo econômicos, na medida em que é capaz de influenciar a empregabilidade e mobilidade ocupacional (HELAL, NEVES, FERNANDES, 2007). Ou seja, *capital social* se refere uma forma de ativo de um indivíduo, adquirido através de atores ou de redes sociais, que influenciam

⁴⁷ Responderam a esta questão apenas os que já conheciam alguém no município.

⁴⁸ “(...) capital social representa a capacidade dos atores de garantir benefícios através da participação em redes sociais ou outras estruturas sociais” (Tradução livre).

nas causas e motivos que fazem as pessoas migrarem e que não se restringe necessariamente às razões econômicas.

Cria-se, nesse sentido, a necessidade de se pensar outros fatores para a qualidade dos ativos, como educação – entre outros propiciados pelo próprio Estado – e das redes sociais, como capazes de fornecer ativos para enfrentar esses riscos (MOURA, 2006).

Um dos aspectos do capital social é a que ele pode ser obtido através das redes sociais e estas influenciam diretamente as decisões de migrar, as redes (essas compostas principalmente pelo parentesco, pela origem em comum dos migrantes, mas também pela afetividade). O sistema econômico de bem-estar em que vivemos faz desenvolver nos indivíduos formas de solidariedade social associada às essas redes de socialização, que ajudam os indivíduos a enfrentar os riscos. Esses riscos nos processos migratórios estão, portanto, ligados ao sucesso individual, às redes sociais que o migrante constrói durante a vida, além da oferta de trabalho.

Através da mobilidade “(...) se pode adquirir, perder ou reduzir ativos importantes para a reprodução social, como por exemplo, relações sociais, familiares, ou de maneira mais geral, capital social” (CUNHA, 2011, p. 118). O enfrentamento das dificuldades e dos riscos nos leva a destacar a importância das redes sociais nos estudos de migração. Os estudos migratórios voltados a essa perspectiva trazem a imagem de decisões mais racionais nesse processo, orientadas, como já dissemos, pelas redes de parentesco, amizade ou até mesmo de origem comum. A força das redes sociais pode determinar os locais de destino e possibilitam ativos para enfrentar os riscos responsáveis pela reprodução social como, por exemplo, o desemprego, ou seja: o deslocamento em uma região metropolitana teria implicações importantes sobre o acesso aos ativos (CUNHA, 2011).

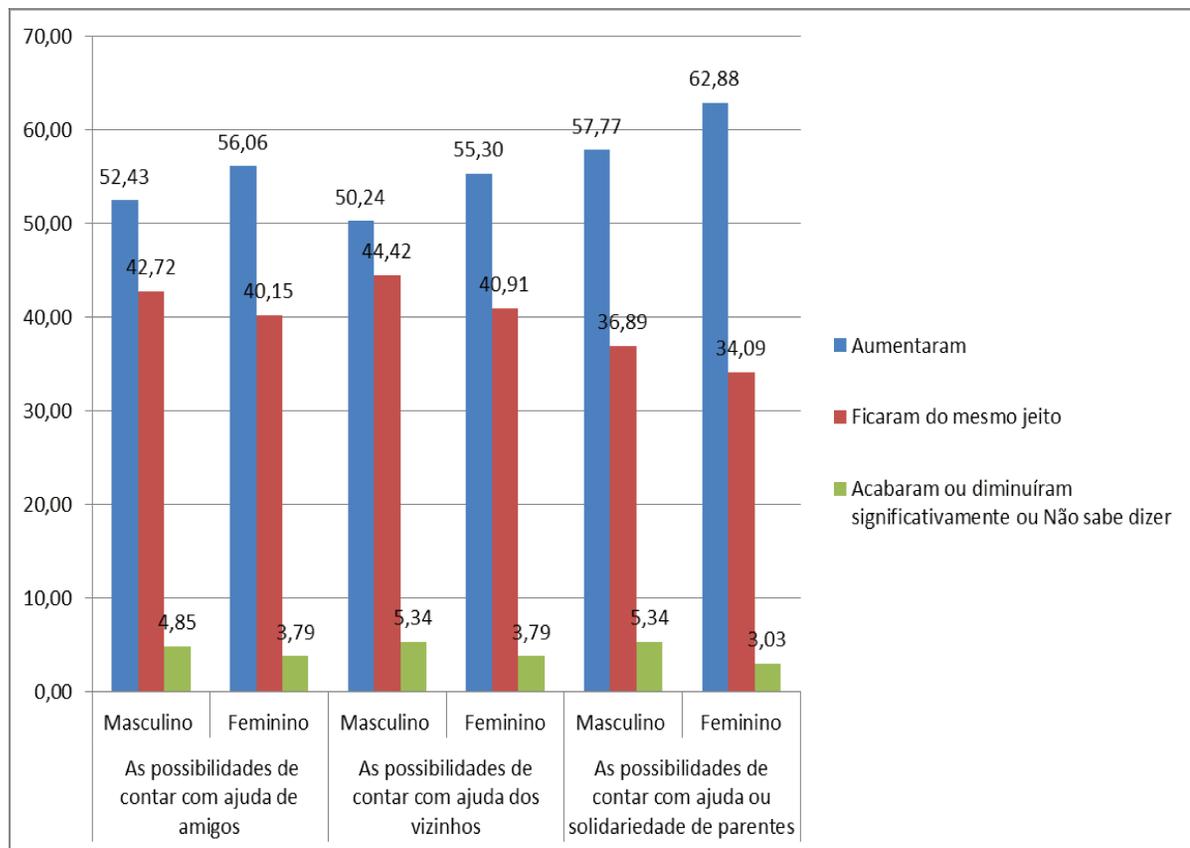
Creemos também que o processo de mobilidade faz parte de uma estratégia familiar, que, por sua vez, vincula-se a ideia de redes, não só de um indivíduo, no caso o chefe do domicílio, já que “(...) a unidade doméstica é um importante componente da rede social (...)” (ASSIS, 2004, p. 61), consolidando-se como unidades de sustentação e de socialização. A família tornou-se uma unidade de produção e de consumo, observada do ponto de vista capitalista, sendo ao mesmo tempo provedora e consumidora e, nesse sentido, transmitindo a seus membros e herdeiros os padrões de consumo e de comportamento variáveis de acordo com as classes, através do capital (BOURDIEU, 1989). É o caso da Entrevistada 8, que se mudou para Campinas após o casamento. Seus pais, que viviam em um bairro vizinho, se separaram: o pai veio morar com ela

e a mãe mudou de cidade. O marido trabalha como fiscal de loja e ela na creche onde deixa a filha por meio período. Além dela, do marido, da filha e do pai, vive na casa também um irmão.

Levando em conta a mudança de município, podemos inferir a partir do Gráfico 10 que a migração dificilmente acontece de forma desassistida ou aleatória, sendo que o processo decisório leva em consideração elementos como as redes sociais, o capital social e os ativos provenientes de amigos e parentes que já vivem na região, por exemplo. O Gráfico 10 nos mostra que a opinião dos chefes sobre a possibilidade de contar com amigos, vizinhos e parentes aumentou significativamente após a mudança para o domicílio atual ou, no mínimo, se mantiveram, chamando a atenção para o fato de que as mulheres tiveram resultados ligeiramente mais altos para o aumento da possibilidade de ajuda do que os homens.

A entrevistada 16, por exemplo, tem 30 anos de idade, mora há nove anos no bairro, nasceu na Bahia e veio para a RMC com 22 anos sozinha, depois de terminar os estudos. A mãe de sua madrastra já morava aqui, ela veio passear e acabou conhecendo alguém. Em oito meses, noivou, casou e foram viver em Campinas. Já trabalhou de babá e de auxiliar de vendas, o que ia aparecendo ela ia fazendo, e ela acredita que isso só foi possível graças à ajuda dos parentes e vizinhos. O marido trabalha de porteiro e quando os dois estavam desempregados ela procurou a ajuda do Programa Bolsa Família.

Gráfico 10: População residente (chefe migrante), por sexo e considerações sobre sua rede de apoio no município de residência atual, Região Metropolitana de Campinas (2007)



Fonte: NEPO, Banco Vulnerabilidade de 2007 (Tabulação própria, NEPO/UNICAMP)

Mais um exemplo: a entrevistada 14, com 51 anos, nasceu em Adamantina (SP). O pai morreu quando era pequena e a família mudou-se para Jundiaí (SP). Todo mês eles iam para Adamantina receber a aposentadoria rural da mãe. Ela conheceu o marido lá e mudou-se para a cidade, casou-se, engravidou e foi para Hortolândia ter o filho, porque ela tinha problemas no coração e considerava que Hortolândia tinha mais hospitais e melhores serviços médico-hospitalares. Separou-se e foi para Jundiaí mais uma vez viver com a mãe. Neste momento a entrevistada encontrava-se grávida novamente e já com quatro filhos; com a separação ela ficou cuidando dos dois mais novos, diz ela: “(...) eu não tinha para onde ir porque o meu marido trouxe a amante para morar dentro de casa (...) ele queria que eu ficasse com amante e ele ali (...) minha mãe não aceitou, eu também não aceitei, mesmo grávida. Ai ele falou: ‘os meninos que você puder levar, você leva, os que não puder eu cuido’ (...) os pequenos a minha mãe falou que a gente dava um jeito, os maiores o meu padrasto não aceitaria nunca (...) o maior tinha 8

anos (...) tudo homem (...) depois de um tempo eu trouxe todos comigo”. Em Jundiaí ela casou-se de novo e foi morar em Várzea Paulista (SP), o marido ficou desempregado e ela insistiu para que eles mudassem novamente para Hortolândia, onde o irmão dela morava: *“quem mais falou fui eu (...) eu pensava assim: a gente indo pra lá a gente ia começar uma nova vida, meu filho tinha uma doença (...) e lá não tinha recurso (...) era uma doença muito rara (...) então eu precisava tratar ele aqui na UNICAMP (...) eu trazia ele uma vez por mês”*, ela convenceu o marido e eles mudaram-se, quando um acidente de ônibus destruiu a casa do irmão dela e eles resolverem mudar para Campinas, onde puderam comprar a casa própria em um bairro de ocupação recente. O marido é caminhoneiro, sempre trabalhou em Campinas. Hoje ela trabalha como babá em casa mesmo e cuida de oito crianças do bairro. Vivem na casa dela, a mãe e o esposo. *“Eu gosto daqui (...) porque aqui eu tenho minha casa (...) todas as mães dessas crianças precisam muito de mim (...) todas elas trabalham na parte da tarde e chega aqui uma hora da manhã (...) eu penso muito neles (nas crianças) (...) Por menos que eu ganhe, eu ajudo muito aqui”*.

Esse último depoimento deixa claro alguns aspectos da relação de gênero. O primeiro, da imposição do marido em querer que a esposa e a amante residissem no mesmo domicílio, considerado absurdo pela entrevistada, o que nos leva a outro aspecto, que é a decisão da mulher em não aceitar a situação e decidir se separar. O apoio da família foi fundamental para que a entrevistada tomasse essa decisão. Entendemos aqui que o fato de ela ter se separado uma vez e ter, de certa forma, entendido a importância que tem nas decisões da família, determinou um comportamento mais decisivo no novo casamento, junto ao novo marido.

4.3 A decisão sob o ponto de vista qualitativo: relatos

4.3.1. A decisão masculina

De início, neste tópico, temos um exemplo claro de migração acompanhada, ou seja, de mulheres que acompanham o marido em suas decisões. Foi pensando no futuro dos filhos que Entrevistada 18 migrou com o marido. Ela nasceu e viveu boa parte da vida com ele e os filhos em uma fazenda nos anos 1960 e, embora motivada também pelas dificuldades estruturais do campo, ela mudou-se para a cidade principalmente visando à melhoria na qualidade da educação dos filhos. A mudança de um bairro um pouco mais consolidado, seu primeiro destino na região,

para outro, que na época era uma ocupação, onde atualmente mora, também foi pensando no conforto dos filhos e da família, já que foi acarretada pelo aumento da família e a necessidade de mais cômodos, nas palavras da própria entrevistada: “*Morávamos em uma casinha pequena de dois cômodos (...) as crianças foram crescendo* (nessa época a entrevistada tinha cinco filhos) *(...) os cômodos eram pequenos (...), eu não queria, mas vendemos lá e compramos aqui (...) um vizinho fez a casa, era bom, até eu conhecer bem o bairro que era péssimo*” (referindo-se à violência do bairro). Ao dizer que não pretendia mudar de residência, a entrevistada relata a insistência do marido, que pretendia que a família tivesse mais conforto.

Aqui observamos um exemplo típico da migração da mulher acompanhada, que não possuía voz na família para decisões de grande importância. Ainda hoje essa senhora vive com o neto – filho de um filho falecido. A relação com esse neto parece ser muito interessante, no sentido em que reproduz o que pudemos ver em outros domicílios, onde o filho ou mesmo neto trabalham e já ganham seu próprio dinheiro. Esse dinheiro é destinado a gastos pessoais do jovem, como festas, roupas ou até mesmo o pagamento da conta de internet, sendo que os gastos principais da casa ficam a cargo dos chefes do domicílio, sejam eles homens ou mulheres, indicando talvez uma mudança na percepção dos papéis de gênero.

Outro exemplo de migração acompanhada que encontramos nas entrevistas refere-se à mobilidade entre bairros como forma de reduzir a distância ao local de trabalho. Esse é o caso da Entrevistada 22, que vive em um bairro localizado às margens da Rodovia Santos Dumont; ela nasceu em Minas Gerais e mudou-se aos 12 anos de idade para Campinas, acompanhando a família, casou-se e mudou-se para o bairro em que vive hoje pela proximidade do emprego do marido, que trabalha muito próximo à sua casa como operador de máquinas em uma fábrica de ração para animais. As redes sociais dessa moradora restringiam-se às relações com familiares que, às vezes, cuidavam de seus filhos. Ela não mantém contato com os vizinhos e demonstrou certo desagrado com o bairro. Constatamos durante a entrevista que isso ocorre, muito provavelmente, pela distância em que mora da família, que vive em outro bairro. Nesse caso, “a voz” da mulher em casa deu lugar à necessidade do marido de morar próximo ao trabalho, diminuindo inevitavelmente a qualidade de vida da mulher e limitando, de certa forma, o acesso desta às redes de apoio que teria no bairro onde os amigos e a família vivem.

Encontramos esse desagrado em relação ao bairro também na fala da Entrevistada 18, analisada no início desse tópico. Ela acredita que a mudança de bairros, apesar de lhe ter

proporcionado ganhos como a aquisição da casa própria (maior que a anterior), lhe trouxe perdas emocionais. Ela culpa o bairro atual em que vive por ter encaminhado seu filho para as drogas, que fizeram com que ele viesse a falecer: “(...) *eu me arrependi tanto (...). Meus outros filhos estavam maiores (...) e o que faleceu tinha quase 17 anos, ele pegou o mau caminho e no fim foi aquele desastre*”. Neste caso e no caso anterior, ao menos outro elemento de interesse analítico emerge: aquilo que a literatura vem chamando de “efeito de vizinhança” ou “efeito de bairro” (FLORES, 2007), que atribui certos comportamentos não apenas às características sócio-demográficas das pessoas, mas também ao lugar onde estas vivem. Nesse caso ela culpou também o marido por ter decidido mudar de bairro. Hoje, como já dissemos, a Entrevistada 18 vive com o neto. Seus outros filhos trabalham no próprio bairro, mas diz ela que eles não mantêm muito contato com ela; assim, ela conta com a ajuda principalmente da igreja, outra formadora de redes sociais que frequentemente apareceram em nossas entrevistas, principalmente no caso de idosos, com atenção às viúvas.

Na verdade, em termos da frequência a algum tipo de instituição, percebe-se que a grande maioria dos entrevistados na pesquisa qualitativa frequenta algum templo, igreja ou centro espírita. Apesar de em alguns casos a ajuda desses lugares ter sido passada como apenas uma ajuda espiritual, em muitos outros casos esses lugares tornaram-se centros não só de ajuda material, mas também cumprindo o papel de fornecedor de informações bem como construtor de redes sociais⁴⁹.

A Entrevistada 5, como já relatada anteriormente, que vive em um bairro às margens na Rodovia Dom Pedro I – muito próximo também a Rodovia Anhanguera, a grandes centros atacadistas, indústrias e regiões consolidadas, como é o caso de Barão Geraldo – nasceu no bairro, casou-se com um morador do bairro aos 17 anos pois estava grávida e mora hoje no mesmo local, em um terreno oferecido pela mãe, com o marido e três filhos, há quatro anos. Ela cuida da casa e trabalha meio período como auxiliar de administração. O marido, que tem curso superior, trabalha em uma fábrica e recebe auxílio do programa Bolsa Família ao qual teve acesso através de informações da escola onde os filhos estudam, localizada muito próxima a sua casa. Ou seja, a partir desse exemplo podemos perceber como uma situação empregatícia, residencial e familiar bem estruturada através de redes desestimula a migração, e como as mulheres, donas de

⁴⁹ O apoio dessas instituições, como veremos posteriormente, é primordial no caso das viúvas e separadas. .

casa, acabam por ter acesso a redes de apoio que os homens têm com mais dificuldade, como nas escolas, quando vão levar seus filhos.

Entretanto, esse exemplo não explica o porquê de indivíduos, como essa moradora, não buscarem uma melhor colocação no mercado de trabalho em outro município ou mesmo em outro bairro, além de não explicitar como indivíduos desempregados mantêm-se no mesmo bairro há muito tempo, não buscando oportunidades em outras regiões, como o caso de alguns entrevistados. Nesse caso, chamamos a atenção para as questões de gênero. O marido prefere que a mulher fique em casa e cuide dos filhos, mesmo que isso signifique o não incremento dos rendimentos ou até mesmo perda desses no caso das mulheres que param de trabalhar⁵⁰.

Outro aspecto interessante captado nas entrevistas foi a migração acompanhada de parentes ou amigos, que apareceu algumas vezes e pudemos perceber que, geralmente, é acarretada pela busca de emprego. Esse é o caso do marido da Entrevistada 23, que veio acompanhando um irmão, e logo proporcionou a vinda do resto da família. Esse parece ser um fenômeno comum a domicílios em que o chefe homem é o principal provedor financeiro da família; nestes casos, ele toma as decisões de maior impacto, como a migração.

Um caso interessante que encontramos nas entrevistas qualitativas é o de uma moradora do Bairro São Marcos em Campinas, que veio acompanhando o marido: eles moravam em Valparaíso (SP) e estavam desempregados quando decidiram migrar. O marido conseguiu um emprego como pedreiro em Campinas, graças a conhecidos que ele tinha na RMC, que o indicaram para esse e para empregos posteriores: *“ele veio primeiro e construiu uma casinha (...) tinha bastante gente de Valparaíso aqui (...) amigos que diziam que aqui era muito bom para arrumar emprego, ai ele veio trabalhar aqui de pedreiro (...) os amigos ajudaram a arrumar o emprego”*⁵¹.

De fato, essa questão fica muito explícita nos depoimentos de outra moradora, a Entrevistada 23. Ela veio de Garanhuns (PE) aos 24 anos de idade com três filhos, após o marido e um cunhado virem primeiro e se estabelecerem em Campinas, sendo que permaneceu por um período na casa do cunhado até que soube da ocupação do bairro em que mora atualmente. Neste momento o marido decidiu, num primeiro instante, mudar-se sozinho ao bairro, já que por se

⁵⁰ Considerando também, é claro, os gastos que a família teria com uma creche em período integral, levando em conta a dificuldade de uma vaga no sistema público.

⁵¹ Aqui observamos também o papel das redes sociais gerando capital social, no que diz respeito ao emprego bem como no suporte na hora da chegada à região.

tratar de uma ocupação, ele considerava perigoso para ela e para os filhos. Durante esse tempo a entrevistada ficou na casa de uma irmã na cidade de São Paulo, e voltou após considerar que o marido já estava bem instalado: *“Quando eu cheguei aqui eu estranhei aqui porque eu nunca tinha morado em barraco, sempre morei em casa (...) quando você chega na cidade (...) toma um susto (...) na época mesmo quando eu cheguei (...) comecei a chorar, eu nunca me achei morando em um lugar desses, em um barraco (...) não tinha água, tinha que pegar emprestado de vizinho, até regularizar”*.

Encontramos nas entrevistas mais exemplos do marido que decide migrar antes da família, como a Entrevistada 2. Ela nasceu em Minas Gerais e seu marido resolveu trabalhar em Campinas. Como nenhum dos dois conhecia muito bem a cidade, ele veio primeiro, através do irmão da entrevistada que já vivia aqui; ambos foram trabalhar como pedreiro. Na época o casal já tinha duas filhas pequenas. O marido construiu uma casa e mandou trazer a entrevistada para viver com ele. Ela veio e não se adaptou, porque não tinha nenhum parente ou conhecido no bairro, e voltou para a cidade natal.

Notamos aqui o que já dissemos no Capítulo 1, citando Zontini (2005), que nos diz que as decisões migratórias não são tomadas exclusivamente no seio dos domicílios e das famílias, a participação de outros migrantes é crucial em redes mais amplas (ZONTINI, 2005, p. 107). Levando em conta também que os processos de decisão em migrações de curta distância são determinados, além do sexo e da família, também por amigos e parentes mais distantes, que aprovam, desaprovam e provêm informações (BOYD, 1989)

Um último exemplo para essa situação é o da Entrevistada 19. Ela tinha três filhos, a mais nova tinha 6 anos e o mais velho 11, quando moravam em Pernambuco. Segundo o relato, ela brigava muito com o marido antes dele mudar para Campinas em busca de um trabalho melhor. Passaram-se dois anos sem que ele não mandasse dinheiro para a família que tinha ficado em sua cidade natal, depois desse tempo ele ligou pedindo que ela fosse encontra-lo em Campinas, e mandou o dinheiro para a viagem. O casamento durou mais três meses e a separação ocorreu porque ele tinha outra mulher. O primo da entrevistada então, que vivia na região, cedeu um terreno a ela, onde o tio ajudou a construir a casa em que vivem.

4.3.2. A decisão conjunta

Um fenômeno interessante que pudemos captar nas entrevistas foi a decisão migratória conjunta entre os dois chefes. Como exemplo, a irmã da Entrevistada 1 morou muito tempo com a irmã e quando chegou à região ainda nova, aos 18 anos de idade, conheceu melhor a cidade de Campinas e começou a trabalhar em casa de família como babá. A irmã voltou para a cidade natal e ela continuou em Campinas trabalhando, morando na casa dos patrões. Conheceu o marido, que trabalha de pedreiro e casou-se aos 30 anos de idade, foi morar de aluguel, depois disso ocupou um terreno, teve que sair, ocupou outro lugar e, esse sim, segundo a entrevistada, compraram juntos, onde a CDHU construiu um prédio. A Entrevistada 1 hoje tem 2 filhas. Ela saiu do trabalho em casa de família para olhar crianças em casa e se tornou a chamada “mãe crecheira”, cobrando R\$10,00 reais por dia dos pais das crianças. Teve de diminuir o trabalho por causa de sua perna, já que ela tem um problema no joelho desde criança e por isso recebe um benefício de amparo social. As filhas, hoje crescidas e casadas, não a ajudam em nada. Ela criou-as sozinha, porque o marido trabalhava e por isso se considera uma lutadora. Gosta da vizinhança porque se acha muito querida. Por isso, se precisar de ajuda, conta mais com os amigos e uma sobrinha que mora ao lado de sua casa, já que a família mora longe. Sobre a casa atual no bairro, que vive há vinte e seis anos, ela diz que se eles tivessem um emprego mais estável “(...) *nós não estávamos pagando aqui, nós tínhamos uma casa, um terreno (...) mesmo aqui eu fico feliz, porque eu consegui aqui, porque eu pagava aluguel, hoje em dia eu não pago aluguel, eu pago o que é meu*”. Sobre a decisão, todos os movimentos realizados por ela e pelo marido ocorreram de comum acordo.

O entrevistado 10, como já mencionado anteriormente, decidiu mudar juntamente com a mulher para um bairro em que puderam comprar a casa própria. Interessante observar nesse caso que ele, apesar de ter o negócio próprio, ganha muito menos que a mulher, que é bancária e que tem curso superior, que ele não tem. Parece, através da entrevista, que há um tratamento equitativo entre eles, as decisões são tomadas conjuntamente.

Para finalizar esse tópico, outro exemplo de decisão conjunta é a dos Entrevistados 32, um casal que quando se casaram foram morar no fundo da casa do pai dela. Conseguiram, posteriormente, comprar um apartamento no bairro atual, que era do irmão dela. Ele trabalha em uma empresa metalúrgica em que os irmãos são sócios. Durante a entrevista, o marido repetiu algumas vezes que gostaria que a mulher pensasse na carreira dela, que depois de ter dado uma

estrutura para o filho ela deveria dedicar-se a ela própria. Interessante que mesmo esse compartilhamento de decisões e o estímulo do marido escondem por trás a ideia de que era papel da mulher ficar em casa para criar o filho, para que ele tivesse uma estrutura familiar adequada, nesse sentido:

Mulheres e homens aprendem, desde muito cedo, a ocupar e/ou a reconhecer seus lugares na sociedade e, para tanto, um investimento significativo é posto em ação, uma vez que a família, a escola, a mídia, a Igreja, o hospital, entre outras instâncias sociais, atuam nesse processo, desempenhando papel importante nessa complexa rede que (com)forma e governa nossos corpos e nossas vidas (SILVA & RIBEIRO, p. 186, 2009).

4.3.3. A decisão Feminina

Cabe ressaltar aqui, mais uma vez, que nos estudos migratórios até o início dos anos 1970:

(...) as mulheres não se encontravam presentes nas análises empíricas e nos escritos produzidos porque muitos teóricos estavam influenciados pelas teorias neoclássicas de migração. Havia um pressuposto de que os homens eram mais aptos a correr riscos, enquanto as mulheres eram as guardiãs da comunidade e da estabilidade. Essa imagem, favorecida pela teoria push-pull, colocava a migração como resultado de um cálculo racional e individual e relegava as mulheres a um lugar secundário (...) (ASSIS, p. 749/750, 2007)

Um exemplo claro do que se quer demonstrar, da importância do empoderamento da mulher no domicílio, é o depoimento de uma moradora, já tratado anteriormente de um bairro de Campinas, próximo à região do Aeroporto de Viracopos. A moradora tem 36 anos e seis filhos (sendo três legítimos e outros três adotados da cunhada, que teve problemas com bebida e teve a guarda dos filhos tirada pela justiça). Essa moradora veio da cidade de Campo Mourão (PR) aos dois anos de idade, acompanhando a família. Casou-se e ficou durante um tempo morando com a mãe em outro bairro de Campinas. Ela soube da ocupação do bairro em que vive atualmente através dos vizinhos e decidiu, junto com o marido, mudar-se para o bairro na esperança de adquirir a casa própria: “*Os vizinhos que tinham parentes que moravam no Dic VI* ⁵² (...) foram avisando da invasão”. Cabe observar que na época em que eles mudaram, ambos trabalhavam e

⁵² Bairro próximo à ocupação em que vivia com a família.

contribuíam para a renda da família. Assim, chama a atenção para a maior possibilidade de barganha dessa mulher no domicílio junto ao marido, já que também contribuía para as despesas da casa, de modo que a decisão em migrar com o marido foi conjunta.

Nos anos 1980, a importância das mulheres na migração internacional abriu os olhos para pesquisas que tivessem a mulher como centro, principalmente nas tomadas de decisão migratória tanto de mulheres casadas quanto de mulheres viúvas ou separadas, como veremos nos itens a seguir.

Mulheres casadas

A Entrevistada 23 é um exemplo interessante de como as relações de poder podem mudar dentro do domicílio quando, por exemplo, o marido perde o emprego. Neste caso, a entrevistada passou a trabalhar como faxineira em um motel perto de onde mora, chegando ao cargo de gerente com o tempo. Essa promoção propiciou ao marido a chance de abrir uma pequena loja de concertos de máquinas de lavar em frente a sua casa. A condição dessa mulher, que antes era uma migrante acompanhante, passou de dona de casa para chefe, determinando ela mesma os gastos que a família teria, principalmente com a ampliação da casa em que mora.

Outro exemplo interessante de apoio que encontrados em algumas entrevistas realizadas em Campinas é a atuação, principalmente no início da ocupação, da associação de moradores, no que diz respeito ao ganho de contatos para essas mulheres. Uma moradora entrevistada acredita que a associação de moradores do bairro foi fundamental para a sua consolidação: *“Hoje já é regularizado, a escritura ainda não saiu, mas está quitado, a maioria aqui já está tudo quitado (...). Foi através da invasão, que nós negociamos e fomos pagando por mês e que graças a Deus está quitado, é que estamos aqui (referindo-se a casa própria). Nós chegamos bem no começo, e a associação chegou a pegar muito dinheiro de nós (...) eles roubavam, mas trabalhavam bem (...)”*.

Esse relato é muito parecido com o de outra moradora, que disse ter sido a associação de moradores do bairro fundamental para a sua consolidação e também pagou o valor do terreno parcelado para esta mesma associação. Esta, inclusive, foi responsável pelo oferecimento de cursos de artesanato frequentados por ela e que hoje ajudam à renda e auxiliam nas despesas na casa. A venda desse artesanato se dá fundamentalmente no consultório psiquiátrico onde trabalha como faxineira. Aliás, essa atividade profissional propiciou ganhos em relações aos ativos

provenientes dessa rede social como, por exemplo, atendimento médico a um filho portador de uma doença crônica de visão. Mesmo considerando o fato de que sua rua não possui asfalto, situar-se em um bairro com pouca infraestrutura e equipamentos públicos – mais vulnerável do que aquela onde vivia com a mãe – levando à necessidade dos filhos frequentarem a escola em outro bairro, nossa entrevistada ainda acredita que a sua vida melhorou, e acredita sua relação com a associação, que se deu impossível para o marido já que ele trabalhava o dia todo, fundamental na sua consolidação no bairro.

Encontramos diversas vezes, nos discursos das mulheres, esse papel importante das associações de moradores no estabelecimento da família no local, muito menos frequente no discurso dos homens. Cabe chamar a atenção aqui para o relato de uma moradora que diz ter frequentado as reuniões da associação porque o marido trabalhava o dia todo e, quando chegava em casa, estava muito cansado para participar, determinando assim a construção de uma rede de socialização para ela, rede que possivelmente não será facilmente acessada pelo marido.

É interessante observarmos que, após a consolidação e regularização do bairro, uma moradora de Campinas considerou que a associação não lhe era mais útil e, depois disso, nas palavras dela, *“agora eu dependo de mim mesma, é cada um por si”*. Os contatos ali estabelecidos, entretanto, lhe rendem frutos até hoje. A boa localização do bairro lhe propiciou muitos ganhos, como emprego, escola para os filhos e fácil locomoção para o centro, bem como acesso a serviços de saúde e educação melhores.

Entretanto, a casa própria é o principal motivo de migração dos entrevistados migrantes intrametropolitanos, homens e mulheres. Os gastos com aluguel, por exemplo, podem significar, inclusive, a mudança para um bairro em uma zona mais vulnerável, às vezes em situação estrutural muito pior do que o local de moradia anterior. É o caso de uma entrevistada, ela mudou-se pelo menos três vezes dentro da RMC, sendo que essas mudanças deram-se em decorrência de não conseguir mais arcar com o pagamento de aluguel, o que implicou na necessidade de comprar um imóvel em um lugar mais vulnerável, porém mais barato. Essas mudanças acarretaram não só uma piora das condições estruturais em que vivia essa moradora, mas também na perda de capital afetivo, já que deixou amizades para trás para mudar-se para um bairro que era, de certa forma, desagradável a ela. Sendo assim, considera que o bairro ideal seria um bairro próximo ao centro, porém não tem condições de pagar aluguel em um bairro central e

consequentemente mais caro, e prefere manter-se em sua casa própria. Este exemplo é mais um caso das redes que não funcionam de forma favorável ao migrante.

Outra entrevistada, tratada na sessão anterior, mudou-se da casa vazia do irmão em Hortolândia para o bairro em que vive hoje em Campinas porque uma sobrinha sua havia participado da ocupação da área e a alertou da venda de um terreno ao lado de sua casa. Neste caso, a mudança se deu pela possibilidade da aquisição da casa própria e foi ela quem decidiu mudar, já que o marido trabalhava como caminhoneiro, vivia pouco em casa e a localização do bairro era indiferente para ele. Segundo ela, a decisão se deu *“Porque a gente sabia que ia mudar pra o que era da gente”*. Esse é um típico exemplo de como as redes sociais funcionam estimulando ou amortecendo o impacto da mobilidade. Redes essas que são fundamentais no caso de mulheres viúvas e/ou separadas. Trataremos a seguir especificamente dessas mulheres, em sua maioria mulheres mais velhas.

Mulheres viúvas e/ou separadas

No caso de uma moradora de Hortolândia, a sua mudança para a RMC foi ocasionada pela morte do marido. Ela mudou-se para Campinas com quatro filhos e foi viver com a mãe e a irmã, que já moravam há um tempo na região. Esse apoio na chegada foi fundamental para que essa arrumasse um emprego como doméstica e se constituísse na cidade. Com o tempo, ela construiu um barraco em um terreno da prefeitura de Hortolândia - posteriormente foi removida para outro bairro onde, com a ajuda do município, pode comprar material de construção mais barato e, com a ajuda dos vizinhos, pode construir a sua casa.

Sendo assim, o impacto da mobilidade pode ser maior para as mulheres quando migram sozinhas, levando em conta as pressões sociais vividas por estas, como podemos observar no discurso de uma moradora de Campinas, que se mudou logo após a separação: *“Eu fui porque fiquei meio desorientada, então a gente procura um lugar novo pra poder abrir mais a vida”*. Nesse caso a irmã, que já vivia na cidade, foi quem proporcionou a sua vinda para a RMC, onde se casou novamente. Ela ainda diz sobre as redes: *“tem a família da gente que temos que ajudar na piora, pra arrumar um emprego (...) pedir pra um, pedir pra outro”*.

Há que se levar em consideração, portanto, que a seletividade da migração feminina se difere da masculina em partes pela diferenciação de gênero e pela definição dos papéis de cada um na sociedade, de modo que as redes sociais e os ativos adquiridos por elas podem, de certa

forma, amortizar o impacto na chegada a um novo lugar. A mesma entrevistada ainda comenta sobre a dificuldade que é arrumar um emprego na sua idade: “*Quando a gente é novo tudo é mais fácil*”.

Como mais um exemplo nas entrevistas, temos o caso de uma moradora de um bairro da cidade de Campinas, de 56 anos, já tratado anteriormente. Ela casou-se com 16 anos de idade, teve três filhos, durante uma série de mudanças em bairros de diferentes áreas de Campinas. O marido separou-se dela e, segundo a entrevistada, enquanto ela viajava o marido vendeu tudo o que tinha por causa de uma amante, a qual ela atribui a aparição devido à saída dos filhos de casa. Diz ela: “*A casa ficou maior, meus filhos foram casando e meu marido foi cansando, foi saindo (...)*”. As mudanças dessa entrevistada deram-se devido ao crescimento da família e a necessidade de uma casa cada vez maior – o que acabou por piorar a situação residencial da família, já que uma casa maior implicava na mudança para um bairro mais precário – e nos desmembramentos familiares, uma relação direta com o ciclo vital familiar. Depois da separação ela foi morar com a filha e, apesar de já ter trabalhado em outras ocasiões, enquanto ainda estava casada, se viu obrigada a procurar um emprego e o encontrou em casas de família. Hoje ela trabalha como diarista em residências do próprio bairro em que vive.

Outro exemplo é de uma moradora de Hortolândia que mudou de Campinas viúva e teve que trabalhar muito tempo como servente de pedreiro, diz ela: “*Você tem quatro filhos pra criar (...) você não tem quem ajude, a gente se obriga a fazer qualquer coisa*”. Hoje, mesmo com a pensão deixada pelo marido, a sua idade avançada não permite que encontre mais um emprego formal, por isso ela trabalha como catadora de papel no bairro em que vive.

A maioria das entrevistadas que migraram na situação de viúvas ou separadas, em nossa pesquisa qualitativa, são pessoas com mais idade, que nos leva ao entendimento de que o ciclo vital dessas migrantes proporciona experiências e oportunidades maiores do que àquelas mulheres que estão no começo de seu ciclo, que acabaram de se casar. Um grande número de mulheres em idade mais avançada migra em países em desenvolvimento, principalmente no caso das viúvas (HUGO, 1993). A separação ou a viuvez são *turning points* fundamentais na vida dessas mulheres e desencadeiam os processos de mobilidade.

Por fim, cabe ressaltar que a decisão feminina é importante não só em casos de migração, por exemplo, como em outras questões demográficas. A Entrevistada 20, tem 25 anos, mora com marido, dois filhos e a mãe. Ela já teve um aborto e resolveu, a contragosto do marido, fazer uma

cirurgia para não ter mais filhos: *“Não é só os filhos, nós temos que pensar em nós também (...) eu estou me dedicando a ele agora (ao filho) (...) mas vou colocar ele na creche (...) se dedicar só para o filho a gente para no tempo, e não pode parar no tempo”*.

CONCLUSÕES

Os objetivos deste estudo visaram diferenciar os domicílios de responsabilidade masculina e feminina, para tentar entender como estes realizavam as suas decisões migratórias, sob o aspecto do gênero. Por se tratar de um tema dificilmente captado por dados quantitativos, a questão do gênero ficou a cargo dos discursos e análises destes a partir das entrevistas qualitativas, que por si só são muito esclarecedoras.

Uma limitação deste estudo é a dificuldade de trabalhar com dois bancos de dados diferentes, não só por terem sido realizados em momentos diferentes (2007 e 2010), mas também por se tratarem de amostras diferentes e, principalmente, por utilizarem terminologias distintas (chefe e responsável), o que pode de certa forma influenciar no resultado dos dados.

Pode-se observar que os homens responsáveis pelo domicílio ainda são a maioria, mas as mulheres já representam mais de 32% desses domicílios. Elas são mais envelhecidas que os homens, considerando que a grande parte delas é de viúvas ou separadas, ou seja, se encontram mais adiantadas no seu ciclo vital do que os homens.

Quanto à modalidade de migração, entre os migrantes interestaduais, os homens casados ou solteiros superam o número de mulheres com este estado civil. Já as mulheres, ainda que a sua maioria também sejam casadas ou solteiras, tem uma grande representatividade entre as viúvas e separadas, reforçando o que foi dito no parágrafo anterior sobre o ciclo vital destas.

Entre os migrantes intraestaduais, o resultado foi muito parecido, chamando atenção para o número muito grande de homens casados e muito mais de mulheres viúvas e separadas. Dados estes muito parecidos com a constituição familiar geral da RMC. Nos chama a atenção os mais de 72% dos homens não migrantes casados, o que nos faz concluir que estes homens se encontram bem constituídos na região; e as mulheres não migrantes, que apesar da maioria casada, possui número alto de viúvas e solteiras (ao redor de 24%, cada) e separadas (19,7%).

Conclui-se, portanto, através de análise do estado civil dos responsáveis pelo domicílio, que as mulheres responsáveis pelo domicílio solteiras, migram mais. Através das entrevistas, pode-se perceber que muitas mulheres responsáveis viúvas ou separadas contam muito pouco com a ajuda dos filhos.

Um dado que chama muita atenção foi o nível de instrução dos não migrantes responsáveis, já que 44,68% dos homens e 51,61% das mulheres são de instrução ou possuem o

Ensino Fundamental incompleto. Dados muito distintos dos migrantes, que giram em torno dos 32% para ambas. O efeito de corte mencionado no Capítulo 3, a migração mais seletiva juntamente com os motivos que fazem da RMC uma área de interesse migratório (alta tecnologia, indústrias modernas, universidades, etc.) poderiam ajudar a entender os dados encontrados. Desmistificou-se, de alguma forma, a ideia de que migrantes são menos escolarizados, já que os dados nos mostram que os migrantes são mais escolarizados do que os não migrantes, principalmente no caso das responsáveis pelo domicílio serem mulheres.

A respeito do mercado laboral temos que mais de 83% dos homens e 56,37% das mulheres trabalharam na data de referência do Censo 2010. O que nos mostra que é grande o número de mulheres ou desempregadas, ou vivendo de pensão do ex-marido ou mesmo as casadas, que são donas de casa ou não trabalham e foram identificadas na entrevista do Censo como responsáveis pelo domicílio. Quanto à renda, as mulheres ainda recebem menos que os homens, sendo que elas são maioria entre os que recebem menos salários mínimos e eles maioria entre os que recebem mais. Entretanto, a maioria dos responsáveis (independentemente do sexo), está entre os que recebem de 1 a 2 salários mínimos.

A migração das mulheres de forma a acompanhar os homens são eventos, principalmente, relacionados às mulheres mais velhas entrevistadas e às que não trabalham ou não contribuem para a renda familiar, seja por vontade própria, para cuidar dos filhos, por exemplo, seja por imposição do marido, que procura manter o poder que a sociedade o transmite, como provedor e chefe da família. Nesse sentido, essas mulheres perdem, muitas vezes, o acesso a redes de apoio, sejam elas através do trabalho ou de amigos e familiares que deixam para trás ao migrar. Essas mulheres tem menos poder decisório no domicílio. Ficou muito claro, em muitas entrevistas, a importância que tem o mercado de trabalho na emancipação feminina, no ganho de poder de decisão desta em relação ao marido. O compartilhamento das despesas da casa proporciona uma maior equidade de homens e mulheres, diminuindo as tensões originadas das imposições sociais de gênero, já que “(...) social construction of gender (...) reflects structural factor and influences migration decision and behavior” (BOYD, p. 17)⁵³.

O aumento da participação da mulher no mercado de trabalho reflete não só a necessidade econômica do trabalho feminino, mas uma mudança nos padrões culturais, oriunda, segundo

⁵³ “A construção social de gênero reflete fatores estruturais e influenciam as decisões migratórias e o comportamento” (Tradução livre).

Bruschini (1998), principalmente do aumento da escolarização feminina e do desejo desta de entrar no mercado, influenciando padrões demográficos, como a queda da fecundidade. Como nos lembra Lavinias et. al. (2011), a entrada da mulher no mercado de trabalho, no século XX, está fortemente vinculada a crescente escolaridade feminina, contribuindo assim para a feminização do assalariamento (LAVINAS, VEIGA & GUERREIRO, 2011). Em destaque o caso de uma entrevistada de 45 anos, que mora com o esposo e três filhos, sendo um adotivo e que decidiu, junto com o marido, vir para Campinas porque a sogra dela já morava aqui e o marido já tinha emprego certo na construção civil. Ele veio primeiro, depois voltou para buscá-la. Veio morar em uma ocupação e ela não se adaptou, mas foi ela quem ajudou o marido a construir a casa e a sua participação no domicílio cresceu quando começou a trabalhar, possibilitando que tivesse mais poder de decisão. Ainda assim, segundo ela: *“Aqui ele foi o pedreiro e eu fui a ajudante”*.

É claro que temos que levar em conta que as respostas das entrevistadas sofrem influência das forças que as mobilizam e devem ser analisadas e interpretadas levando em conta os constrangimentos que os limites dos ambientes sociais e culturais, influenciados pelo poder masculino, podem impor a elas, condicionando as escolhas que podem fazer.

A importância das mulheres na mobilidade residencial já não é novidade nos estudos mais recentes, contudo, o que nos chama atenção nos resultados aqui obtidos é a reviravolta, a forma como a viuvez ou a separação tornam-se *turning points* no ciclo de vida dessas mulheres, definindo o futuro de suas vidas através da mobilidade. Para isso, as redes sociais constituídas por amigos, conhecidos, mas principalmente por familiares funcionam de forma importante para proporcionar o movimento e para reduzir o impacto de uma mudança residencial oriunda de uma mudança no estado civil.

Finalmente, como último exemplo, temos a história da Entrevistada 28, de 31 anos de idade. Ela nasceu em uma cidade no sul de Minas Gerais. Quando a mãe faleceu e o pai fugiu de casa, ela foi morar com os avós em Paulínia. Conheceu o marido na cidade, casou-se e foi viver em Campinas, em um bairro onde vive a família toda do marido. É ele quem faz todas as compras de casa e toma todas as decisões. Ela não consegue nem sair de casa porque não sabe ler e se sente hostilizada pela família do marido: *“Minha família aqui é só Deus (...) eu não tenho estudo, minha cunhada ‘que’ me leva no médico (...) às vezes as crianças se machucam e ela leva também (...) eu não sei nem pegar ônibus porque eu não tenho instrução (...). Daqui mesmo eu*

não gosto não, só estou aqui por causa do meu esposo (...) a única pessoa que me ajuda aqui é a minha cunhada, a família dele me odeia (...) minha família mora toda em Paulínia (...) eu dependo do meu esposo até pra ver minha família (...) tem dia que eu choro de nervoso de vontade de ver minha família (...) há um ‘tempo atrás’ ele falou que não vai mais lá (...). Minha vontade é juntar meus filhos e ir embora pra casa da minha avó (...) mas a lei de Deus é assim, se o marido ‘ta’ vivo não pode arrumar ninguém (...) mas eu não largo dele porque eu gosto dele também (...) e por causa dos meus filhos, que não vivem sem o pai”.

Há, segundo Maciel (2012), quatro tipos de aspectos ligados à expressão ‘melhorar de vida’: acesso ao consumo de bens, a serviços sociais e/ou direitos sociais, circulação no espaço social e libertar-se de esquemas de dominação – que “(...) no caso das mulheres essa máxima significa construir autonomia frente a seus maridos” (MACIEL, 2012 p. 8). Se levarmos em conta a vida dessa mulher nesse último relato e a maneira como o marido construiu o ambiente em que ela vive hoje, não podemos considerar que ela melhorou de vida após a sua migração. Sendo assim, chama a atenção a importância que o gênero ainda hoje tem sobre as decisões familiares; estamos de acordo com Jolly & Reeves (2005), de que as relações de gênero e hierarquias do domicílio influenciam a tomada de decisão em migrar. A Entrevistada 28 é só mais um caso de outras incontáveis, e aqui inomináveis, mulheres submetidas à dominação masculina e às imposições de um sistema patriarcal ainda hoje em voga.

REFERÊNCIAS:

ANDRADE, T. A., SERRA, R. V.. **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

ANTICO, C. **Por quê migrar?** In: PATARRA, N., BAENINGER, R., BÒGUS, L. (orgs.). **Migração, condições de vida e dinâmica urbana: São Paulo, 1980 – 1993**. Campinas: IE/UNICAMP, p. 97 -113, 1997.

ASSIS, G. O. **De Criciúma para o mundo: rearranjos familiares e de gênero nas vivências dos novo migrantes brasileiros**. Campinas: Tese IFCH/UNICAMP, 2004.

_____. **Mulheres migrantes no passado no presente: gênero, redes sociais e migração internacional**. Florianópolis: Estudos Feministas, 15(3): 336, p.745-772, setembro-dezembro, 2007.

BAENINGER, R. **Espaço e tempo em Campinas: migrantes e expansão do pólo industrial paulista**. Campinas: NEPO, Coleção Campiniana, 1996.

BAENINGER, R., PERES, R. G.. **Metrópoles brasileiras no século 21: evidências do Censo Demográfico de 2010**. Curitiba: VII Encontro Nacional Sobre Migrações, 2011. ANAIS... Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/viewArticle/6305>

BECKER, H. In: BAKER, S., EDWARD, R. (Orgs). **How many qualitative interviews is enough: expert voices and early career reflections on sampling and cases in qualitative research**. National Centre of Research, Methods Review Paper, 2013.

BILAC, E. D. **Famílias de trabalhadores: estratégias de sobrevivência**. São Paulo: Editora Símbolo, 1978.

BILAC, E. D. **Família e trabalho feminino**. Campinas: Tese IFCH/UNICAMP, 1983.

BILAC, E. D. **Arranjos domésticos e condição migratória**. In: PATARRA, N., BAENINGER, R., BÒGUS, L. (orgs.). **Migração, condições de vida e dinâmica urbana: São Paulo, 1980 – 1993**. Campinas: IE/UNICAMP, p. 177-260, 1997.

BILAC, E. D. **Gênero, vulnerabilidade das famílias e capital social: algumas reflexões**. In: CUNHA, J. M. P. (org.). **Novas metrópoles paulistas: população, vulnerabilidade e segregação**. Campinas: NEPO/UNICAMP, p. 51-65, 2006.

Boletim DIEESE. **A mulher chefe de domicílio e a inserção feminina no mercado de trabalho**. Edição especial, março, 2004. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/images/releases mensais/pdf/ped/ped estudos especiais/mulher chefe.pdf>

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Lisboa: Editora Difel. 1989.

BOURDIEU, P. **A ilusão biográfica**. In: FERREIRA, M. de M., AMADO, J. (orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, p. 183-191, 1996.

BOURDIEU, P., CHAMBOREREDON, J.-C., PASSERON, J.-C. **El oficio de sociólogo**. Madrid: Siglo XXI, 2005.

BOYD, M. **Family and personal networks in international migration: recent developments and new agendas**. In: *International Migration Review*, Vol. XXIII, Number 3, Fall, p. 638-670, 1989.

BOYD, M., GRIECO, E. **Women and migration: incorporating gender into international migration theory**. Center for the Study of Population, Working Paper, 2003.

BRYMAN, A. In: BAKER, S., EDWARD, R. (Orgs). **How many qualitative interviews is enough: expert voices and early career reflections on sampling and cases in qualitative research**. National Centre of Research, Methods Review Paper, 2013.

BRUSCHINI, C. **Trabalho feminino no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação?** Illinois: Latin American Studies Association, 1998. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/lasa98/Bruschini.pdf>

CABANES, R.. **Espaço privado e espaço público: o jogo de suas relações**. In: TELLES, V. S., CABANES, R. (orgs). **Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, p. 389-428, 2006.

CADVAL, M. E. G., GOMIDE, A. **Mobilidade Urbana em Regiões Metropolitanas**. In: **Livro Verde: desafios para a gestão da Região Metropolitana de Campinas**. Campinas: IE/UNICAMP, p. 177- 194, 2002.

CAIADO, M. C., PIRES, M. C. S.. **Campinas Metropolitana: transformações na estrutura urbana atual e desafios futuros**. In: CUNHA, J. M. P. (org.). **Novas metrópoles paulistas: população, vulnerabilidade e segregação**. Campinas: NEPO/UNICAMP, p. 275-304, 2006.

CANETTIERI, T. **A renda como determinante na decisão migratória intrametropolitana: O caso da Região Metropolitana de Belo Horizonte**. Rio de Janeiro: XIII Simpósio Nacional de Geografia Urbana, 2013. ANAIS... Disponível em: http://www.simpurb2013.com.br/wp-content/uploads/2013/11/GT05_Thiago.pdf

CANO, W., BRANDÃO, C. A.. **A Região Metropolitana de Campinas: urbanização, economia, finanças e meio ambiente**. Campinas: Editora UNICAMP, Vol. 2, 2002.

CARVALHO, O., MARTINE, G. **Migrações e urbanização: concepção de políticas e instrumentos para a ordenação da migração interna no Brasil**. Brasília: Ministério do Interior, 1977.

CASTELLS, M. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Editora Paz da Terra, 1983.

CUNHA, J. M. P. **La Movilidad Intrarregional En El Contexto de Los Cambios Migratorios en Brasil en El Período 1970-1991: El Caso de La Región Metropolitana de São Paulo.** In: **Notas de Población.** Santiago de Chile: CELADE, p.149-185, 2000.

_____. **Mobilidade populacional e expansão urbana: o caso da Região Metropolitana de São Paulo.** Campinas, 1994. 283f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

_____. JIMÉNEZ, M. A. **Segregação e acúmulo de carências: localização e condições educacionais na Região Metropolitana de Campinas.** In: CUNHA, J. M. P. (org.). **Novas metrópoles paulistas: população, vulnerabilidade e segregação.** Campinas: NEPO/UNICAMP, 365-398, 2006.

_____. **Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos.** In: CUNHA, J. M. P.(org.). **Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para seu estudo.** Campinas: NEPO/UNICAMP, p. 7-15, 2011.

_____. **Mobilidade espacial, vulnerabilidade e segregação socioespacial: reflexões a partir do estudo da RM de Campinas.** In: CUNHA, J. M. P. (org.). **Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para seu estudo.** Campinas: NEPO/UNICAMP, p. 117-139, 2011.

_____. **Aglomeraciones urbanas e mobilidade populacional: o caso da RM de Campinas.** Montevideo: V Congreso Asociación Latinoamericana de Población (ALAP), 2012.

_____. (Org.). **Sumário de dados da Região Metropolitana de Campinas.** Campinas: NEPO/UNICAMP, 2008. Disponível em: http://www.nepo.unicamp.br/vulnerabilidade/sumario/sumario_final_RMC/index.html

CUNHA, T. A., CUNHA, J. M. P., JAKOB, A.. **Dinâmica intra-urbana e redes sociais na Baixada Santista.** Belo Horizonte: GT de Migração, 2009, **ANAIS...** Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/6EncNacSobreMigracoes/ST5/AlbertoJacob.pdf>

CHAVES, M. F. G.. **Migração feminina: familiar ou autônomo? Observações sobre as mulheres que migram solteiras e separadas.** Caxambu: XIV Encontro de Estudos Populacionais (ABEP), 2004. **ANAIS...** Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/PDF/ABEP2004_713.pdf

_____. **Mulheres migrantes: senhoras de seu destino? Uma análise da migração interna feminina no Brasil: 1981/1991.** Campinas: Tese IFCH/UNICAMP, 2009.

DURHAN, E. R.. **Migração, trabalho e família: aspectos do processo de integração do trabalhador de origem rural à sociedade urbano-industrial**. São Paulo: Tese FFLCH/USP, 1966.

_____. **A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1973.

FAVARO, C. S.. **Entre o prover, o trabalho e o cuidar: participação das mulheres unidas no provimento doméstico e seus reflexos na organização familiar**. Tese IFCH/UNICAMP, 2013.

GARCÍA B., MUÑOZ H., e OLIVEIRA O. D.. **Familia y mercado de trabajo: un estudio de las ciudades brasileñas**. México: El Colegio de México/UNAM, 1983.

GERMANI, G. **Asimilación de inmigrantes en el medio urbano: notas metodológicas**. In: ELIZAGA, J. C., MACISCO Jr., J. J. (orgs). **Migraciones internas: teoría, método y factores sociológicos**. Santiago: CELADE, p. 61-85, 1975.

GIELE, J. Z., ELDER JR., G. H.. **Methods of life course research qualitative and quantitative approaches**. Londres: Sage Publications, 1998.

HANSON, R. C., SIMMONS, O. G.. **La senda de los roles: concepto y procedimiento para estudiar la migración hacia las comunidades urbanas**. In: ELIZAGA, J. C., MACISCO Jr., J. J. (orgs). **Migraciones internas: teoría, método y factores sociológicos**. Santiago: CELADE, p. 129-143, 1975.

HEDAL, D., NEVES, J. A., FERNANDES, D. C.. **Empregabilidade gerencial no Brasil**. RAC-Eletrônica, v. 1, n. 2, art. 1: Maio/Ago. 2007. Disponível em: http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnANPAD/enanpad_2004/GRT/GRT1405.pdf

HOGAN, D. J, MARANDOLA Jr., E. **Para uma conceituação interdisciplinar da vulnerabilidade** In: **Novas metrópoles paulistas: população, vulnerabilidade e segregação**. Campinas: NEPO/UNICAMP, p. 12-50, 2007.

HUGO, G. J.. **Migrant women in developing countries**. In: **Internal migrations of women in developing countries**. Nova York: United Nations, p. 47-73, 1993.

JOLLY, S., REEVES, H.. **Gender and migration overview report**. Institute of Development Studies, 2005. Disponível em: <http://www.bridge.ids.ac.uk/reports/CEP-Mig-OR.pdf>

KAZTMAN, R. et al. **Vulnerabilidad, activos y exclusión social en Argentina y Uruguay**. Santiago do Chile: OIT - Documento de Trabajo 107, 1999.

KOWARICK, J. . **A Lógica da desordem**. In: **A espoliação urbana**. São Paulo: Editora Paz e Terra, p. 29-53,1980.

LAVINA, L., NICOLL, M.. **Pobreza, transferências de renda e desigualdades de gênero: conexões diversas.** Parcerias Estratégicas, nº 02, Junho, 2006. Disponível em: http://seer.cgee.org.br/index.php/parcerias_estrategicas/article/view/280

LAVINA, L., VEIGA, A, GUERREIRO, M.. **Estratégias femininas para conciliar trabalho remunerado e trabalho doméstico no século XXI.** Revista ABET, Vol. X, n. 2, Jul./Dez. 2011. Disponível em: <http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/abet/article/view/15600>

LEVI, G. **Usos da biografia.** In: FERREIRA, M. M., AMADO, J. (orgs.). **Usos e abusos da história oral.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, p. 167-182, 1996.

LIM, L. L. **The structural determinants of female migration.** In: **Internal migrations of women in developing countries.** Nova York: United Nations, p. 207-222, 1993

MACIEL, L.. **O sentido de ‘melhorar de vida’ entre trabalhadores rurais migrantes em São Carlos – SP.** Campinas: Dissertação IFCH/UNICAMP, 2012.

MACISCO Jr., J. J.. **Algunas consideraciones sobre un marco analítico para las migraciones rurales-urbanas.** In: ELIZAGA, J. C., MACISCO Jr., J. J. (orgs). **Migraciones internas: teoría, método y factores sociológicos.** Santiago: CELADE, p. 87 a 105, 1975.

MARTINS, J. S. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais.** Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

MARGARIDA, N., BARRETO, A.. **A emigração como resultado de um processo socialmente apreendido: um estudo de caso com uruguaios em Campinas.** Campinas: Tese IFCH/UNICAMP, 1998.

MASSEY, D. S.. **Social structure, household strategies and the cumulative causation of migration.** Population Index, 1990. Disponível em: <http://www.jstor.org/discover/10.2307/3644186?uid=3737664&uid=2&uid=4&sid=21102139703443>

MONTALI, L.. **Família, trabalho e migração.** In: PATARRA, N., BAENINGER, R., BÒGUS, L. (orgs.). **Migração, condições de vida e dinâmica urbana: São Paulo, 1980 – 1993.** Campinas: IE/UNICAMP, p. 261-318, 1997.

MOURA, S. F. Q. de. **Vulnerabilidade sociodemografica e instrução.** Campinas: Tese IFCH/UNICAMP, 2006.

OLIVEIRA, Z., MIRANDA RIBEIRO, P., LONGO, L.. **Uma exploração inicial das informações sobre família no Censo Demográfico de 2010.** Águas de Lindóia: XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais (ABEP), 2012. **ANAIS...** Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/xviii/anais/site/anais.php?id=75#.UdG1qju1GSo>

PAYNE, L. **‘Gendered Jobs’ and ‘Gendered Workers’: barriers to gender equality in gendered organizations.** University of Guelph, 2002.

PERES, R. **Diferenciais por sexo no retorno migratório: o fluxo Criciúma-Estados Unidos-Criciúma.** Campinas: Dissertação IFCH/UNICAMP, 2006.

_____. **Mulheres na fronteira: a migração de bolivianos para Corumbá – MS.** Campinas: Tese IFCH/UNICAMP, 2009.

PERES, R., BERNINGER, R.. **Migração feminina: um debate teórico metodológico no âmbito dos estudos de gênero.** Águas de Lindóia: XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais (ABEP), 2012. ANAIS... Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/xviii/anais/site/anais.php?id=45#.UdG13ju1GSo>

PETERSEN, W. **Tipologia general de la migración.** In: ELIZAGA, J. C., MACISCO Jr., J. J. (orgs.). **Migraciones internas: teoría: método y factores sociológicos.** Santiago: CELADE, p. 39-59, 1975.

PORTES, A. **Social Capital: its origins and applications in modern Sociology.** In: **Annual Review of Sociology.** Vol. 24, 1998. Disponível em: <http://www.annualreviews.org/doi/abs/10.1146/annurev.soc.24.1.1>

RAVENSTEIN, E. G.. **The laws of migration.** In: **The journal of the statistics society.** June, 1885. Disponível em: <http://www.jstor.org/discover/10.2307/2979181?uid=3737664&uid=2&uid=4&sid=21102139703443>

REYS, J. **Uma epistemologia do território.** Lisboa: Instituto Superior de Economia e Gestão, 2002. Disponível em: <http://r1.ufrj.br/esa/art/200504-051-074.pdf>

RIBEIRO, L. C. Q.. **Proximidade territorial e distância social: reflexões sobre o efeito de lugar a partir de um enclave urbano.** In: CARNEIRO, S. S., SANT’ANNA, M. J. G. (org.). **Cidade: olhares e trajetórias.** Rio de Janeiro: Garamod, 2009.

RILYE, N. E.. **Feminist Demography.** In: RILYE, N. E., MCCARTHY, J. **Demography in the age of the postmodern.** Cambridge: Cambridge University Press, p. 99-119, 2003.

RILYE, N. E., GORDNER, R. W.. **Migration decisions: the role of gender.** In: **Internal migration of women in developing countries.** New York: United Nations, p. 195-206, 1993.

ROSENTHAL, G. **A estrutura e o Gestalt das autobiografias e suas consequências metodológicas.** In: FERREIRA, M. M., AMADO, J. (orgs.). **Usos e abusos da história oral.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, p. 193-200, 1996.

SHEPER-HUGHES, N. **Demography without Numbers**. In: KERTZER, D., FRICKE, T. **Anthropological Demography: toward a new synthesis**. Chicago: University Of Chicago, p. 201-222, 1997

SABOIA, A. L., COBO, B., MATOS, G. **Desafios e possibilidades da investigação sobre os novos arranjos familiares e a metodologia para identificação de família no Censo 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, Textos para Discussão, Diretoria de Pesquisas número 39, 2012.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: EDUSP, 2005.

SASSEN, S. **Globalization and its discontents: essays on the new mobility of people and Money**. New York: The New Press, 1998.

SILVA, E. T.. **Movimentos populacionais metropolitanos e algumas relações sócio espaciais**. Curitiba: VII Encontro Nacional sobre Migrações, 2011. **ANAIS...** <http://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/viewArticle/6306>

SILVA, F. F., RIBEIRO, P. R. C.. **Contando e ouvindo histórias: educação escolarizada, mulheres e gênero**. Pelotas: Cadernos de Educação FaE/PPGE/UFPel 34, p. 183-204, setembro/dezembro, 2009. Disponível em: <http://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/article/viewFile/1641/1524>

SINGER, P. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1973.

_____. **Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo**. In: MOURA, H. (Org.). **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza: Banco de Nordeste do Brasil S. A., p. 211-244, 1980.

SIQUEIRA, C. G.. **Campinas, seus distritos e seus desmembramentos: diferenciação político-territoriais e reorganização da população no espaço (1850-2000)**. Campinas: Tese IFCH/UNICAMP, 2008.

SMALL, M. L.. **'How many cases do I need?' on science and the logic of case selection in field-based research**. In: **Ethnography**. Chicago: University Of Chicago, 2009. Disponível em: <http://eth.sagepub.com/content/10/1/5.short>

SYDESNTRICKER NETO, J., **Parceiros de Machadinho: História migratória e as interações entre a dinâmica demográfica e o ciclo agrícola em Rondônia**. Campinas: Dissertação IFCH/UNICAMP, 1992.

THERBORN, G.. **"Sexo e poder: a família no mundo, 1900-2000"**. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

TELLES, V. S.. **Trajetórias urbanas: fios de uma descrição da cidade.** In: TELLES, V. S., CABENES, R. **Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios.** São Paulo: Associação Editorial Humanitas, p. 69-116, 2006.

ZIBECHI, R. **Territorios en resistencia: cartografia politica de las periferias urbanas latino-americanas.** Buenos Aires: Lavaca, 2009.

ZONTINI, E. **Migraciones, género y multiculturalismo: una perspectiva de Europa meridional.** In: NACH, M., TELLO, R., BENACH, N. (Orgs.). **Inmigración, género y espacios urbanos: los restos de la diversidad.** Barcelona: Ediciones Bellaterra, p. 99-122, 2005.

ANEXO

O Banco Vulnerabilidade

O instrumento de coleta dos dados que originaram o banco foi organizado em diferentes módulos, colhendo informações sobre os seguintes aspectos: características dos domicílios e seu entorno, ambiente, riscos e perigos, dados sociodemográficos gerais, mercado de trabalho para os maiores de 10 anos de idade, mobilidade espacial do responsável pelo domicílio, família e comunidade, saúde e educação – sendo estes últimos três módulos aplicados ao cônjuge ou mulher responsável pelo domicílio.

A amostra foi planejada de maneira a fornecer dados com representatividade estatística, tanto em nível regional, quanto em nível das Zonas de Vulnerabilidade. Entretanto é importante destacar que as entrevistas foram realizadas apenas em domicílios urbanos, ou seja, o banco trata apenas da população urbana da Região Metropolitana de Campinas. Além disso, a amostra não contempla a totalidade da população, levando em conta a recusa da população de renda mais alta e moradores de domicílios em condomínios verticais, sendo assim descontam-se também, além da população rural, o estrato mais rico dos residentes da RMC, que, no Censo de 2000, representava apenas 4,6% do total dos residentes na região.

O questionário aplicado é composto por sete módulos, e o tempo médio de aplicação deste questionário foi de 50 minutos⁵⁴.

A definição do que se chamou no projeto “Dinâmica Intrametropolitana e Vulnerabilidade nas Metrôpoles do Interior Paulista: Campinas e Santos”, desenvolvido pelo Núcleo de Estudos de População da UNICAMP (NEPO) em 2007 de ZV (Zonas de Vulnerabilidade) parte da concepção teórica de que a situação de vulnerabilidade se relaciona à capacidade que a população tem de responder a certos riscos enfrentados no seu dia-a-dia; riscos estes decorrentes da existência de ativos. Sendo estes classificados em três categorias: capital físico/financeiro, capital humano e capital social. Sendo que a definição das ZVs parte da concepção de que a capacidade de resposta da população a certos riscos se relaciona a resposta que ela pode dar a estes, através dos ativos disponibilizados pelos capitais.

⁵⁴ Para esta dissertação utilizou-se algumas variáveis presentes nos módulos 2 e 4 do questionário, presentes no tópico “O questionário” nesse Anexo.

A configuração das “zonas” se deu em duas etapas: a construção, a partir do boletim de amostra do Censo Demográfico de 2000, de indicadores para cada uma das categorias de capitais consideradas; a segunda consistiu na aplicação de procedimentos estatísticos multivariados para se captar áreas “homogêneas”, com base nas características das unidades espaciais de análise consideradas para cada uma das categorias de capitais acima especificadas.

Foram elaborados indicadores que determinassem o Capital físico, Capital humano e o Capital social. Para cada um destes três conjuntos de indicadores foram realizadas análises fatoriais, a partir das quais foram obtidos cinco fatores: dois para o capital físico, um para o capital humano e dois para o capital social. Uma vez feita a análise fatorial, foram calculados os “escores fatoriais” para as áreas de ponderação inseridas em cada um dos fatores, o que resultou em cinco valores distintos para cada uma das sub-áreas contempladas. Definidos os fatores e os escores fatoriais para cada unidade espacial de análise, as ZVs foram definidas a partir da aplicação de um procedimento de “análise de conglomerados”; permitindo o agrupamento de unidades com características semelhantes.

A análise resultou em cinco clusters, ou ZVs. No entanto, como uma destas zonas apresentou apenas duas áreas de ponderação, decidiu-se considerar o agrupamento em quatro zonas, sendo esta área de ponderação alocada na zona com características mais parecidas a ela.

O questionário

A seguir encontra-se a parte do questionário correspondente às variáveis utilizadas nesta dissertação, presentes nos módulos 2 e 4⁵⁵.

⁵⁵ Excluiu-se aqui o item sobre “Saúde” do Módulo 2.

Módulo 2 - Características Sociodemográficas Gerais da População

Características Gerais											
1. Quantas famílias moram na casa? [] [Entrevistador: Não perguntar, assinalar a resposta conforme as questões 4, 7 e 8]						2. Quantas pessoas moram na casa? [] [] []					
Características gerais da população											
PARA TODOS OS MORADORES DO DOMICÍLIO											
3. Nº de ordem	4. Nome	5. Idade	6. Nº da Família	Relação com o Responsável		9. Sexo	10. Religião	11. Cor	12. Estado civil		
				7. Do domicílio	8. Da família						
1											
2											
3											
4											
5											
6											
7											
8											
9											
10											
			1. Família principal 2. 2ª Família 3. 3ª Família 4. 4ª Família	1. Chefe 2. Cônjuge 3. Filho (a) 4. Filho (a) adotivo/Citação 5. Enteados (as) (filhos do cônjuge) 6. Genro/ Nora 7. Neto (a) 8. Sobrinho (a) 9. Cunhado (a) 10. Pai/ Mãe 11. Sogro (a) 12. Irmão (a) 13. Outro Familiar 14. Agregado (a) 15. Pensionista 16. Empregado Domicílio 17. Parente do Empregado 99. Não sabe	1. Masculino 3. Feminino	1. Espiritista Kardecista 2. Católicas 3. Umbanda 4. Religiões Orientais 5. Evangélicas (centas) 6. Protestante Tradicional 7. Católica Romana 8. Judaica ou Israelita 9. Muçulmano 10. Sem Religião 11. Outra	1. Branca 2. Preta 3. Parda 4. Amarela 5. Indígena	1. Solteiro 2. Casado Civil 3. Casado Religioso 4. Casado Civil/Religioso 5. Viúvo 6. Divorciado 7. Separado/Desquitado			

Família e Nupcialidade - PARA PESSOAS DE 10 ANOS E MAIS														
Nº de ordem	13. [NOME] vive ou já viveu em companhia de cônjuge, esposa ou companheira?	14. Quantas uniões [NOME] teve ao todo?	15. Quantos anos fez desde que [NOME] uni-se pela primeira vez?	16. Quantos anos [NOME] tinha quando uni-se pela primeira vez?	17. Quantos anos fez que [NOME] iniciou a união atual/última?	18. Quantos anos [NOME] tinha quando iniciou a atual ou última união?	19. Natureza da união atual ou última de [NOME]	20. Há quantos anos [NOME] rompeu a última união?	21. [NOME] teve filhos nascidos vivos?	22. Quantos filhos [NOME] teve?	Dos filhos que [NOME] teve, quantos moram neste domicílio?		Dos filhos que [NOME] teve, quantos moram em outro domicílio?	
											23. Homens	24. Mulheres	25. Homens	26. Mulheres
1														
2														
3														
4														
5														
6														
7														
8														
9														
10														
	1. Vive atualmente 2. Já viveu 3. Não viveu	14 → Uma → 17 Mais → 15	99. Não sabe	99. Não sabe	99. Não sabe	99. Não sabe	1. C. Civil 2. C. Religioso 3. C. Civil e Religioso 4. União Consensual Se união em vigor → 21	99. Não sabe 01- até 1 ano 2. Não 9. Não Sabe	1. Sim 2. Não → 3. Não Sabe	99. Não sabe	Nº de filhos homens 00. Nenhum 99. Não sabe	Nº de filhas mulheres 00. Nenhum 99. Não sabe	Nº de filhos homens 00. Nenhum 99. Não sabe	Nº de filhas mulheres 00. Nenhum 99. Não sabe

Mobilidade Especial - PARA TODOS OS MORADORES														Educação	
Nº de Ordem	Município/ UF/ País estrangeiro de		Tempo de Residência (em anos completos e ininterruptos)				Trabalha			Estuda (Escola ou creche)			APENAS PARA MAIORES DE 5 ANOS		
	27. Lugar de nascimento	28. Residência Anterior	29. Residência cinco anos antes	30. Nº de municípios onde morou? (inclui o atual)	31. Nº. de mudanças dentro do município atual	32. No município atual	33. No bairro atual	34. Na casa atual	35. Onde	36. Duração do deslocamento	37. Modo deslocamento	38. Onde		39. Duração do deslocamento	40. Modo deslocamento
1															
2															
3															
4															
5															
6															
7															
8															
9															
10															
	00. O mesmo 01. Sede metropolitana 02. Outro município da RM 03. Município da RMSP 04. Outro município do ESP 05. Outra UF - [Código da UF] 80. Outro País	00. O mesmo 01. Sede metropolitana 02. Outro município da RM 03. Município da RMSP 04. Outro município do ESP 05. Outra UF - [Código da UF] 80. Outro País	00. O Mesmo 01. Sede metropolitana 02. Outro município da RMSP 03. Município da RMSP 04. Outro município do ESP 05. Outra UF - [Código da UF] 80. Outro País	99. Não sabe	99. Não sabe	00. Para menos de um ano	00. Para menos de um ano	00. Para menos de um ano	00. O mesmo 01. Sede metropolitana 02. Outro município da RM 03. Município da RMSP 04. Outro município do ESP 05. Outra UF - [Código da UF] 80. Outro País 99. Não Trabalha	1. De 0 até 15 minutos 2. Mais de 15 até 30 minutos 3. Mais de 30 até 45 minutos 4. Mais de 45 minutos até 1 hora 5. Mais de 1h até 1:30h 6. Mais de 1:30h até 2h 7. Mais de 2h até 2:30h 8. Mais de 2:30h até 3h 9. Mais de 3h 99. Não sabe	1. Público (ônibus e vans) 2. Individual (carro) 3. Fretado (ônibus e vans) 4. Taxi 5. Bicicleta 6. A pé 7. A pé e de ônibus 8. Individual (moto) 9. Cubatão	00. O mesmo 01. Sede metropolitana 02. Outro município da RM 03. Município da RMSP 04. Outro município do ESP 05. Outra UF - [Código da UF] 80. Outro País 99. Não estuda	1. De 0 até 15 minutos 2. Mais de 15 até 30 minutos 3. Mais de 30 até 45 minutos 4. Mais de 45 minutos até 1 hora 5. Mais de 1h até 1:30h 6. Mais de 1:30h até 2h 7. Mais de 2h até 2:30h 8. Mais de 2:30h até 3h 9. Mais de 3h 99. Não sabe	1. Público (ônibus e vans) 2. Individual (carro) 3. Fretado (ônibus e vans) 4. Taxi 5. Bicicleta 6. A pé 7. De penca escolar 8. De ônibus da prefeitura 9. Individual (moto)	1. Sabe ler e escrever 2. Não sabe 3. Não sabe menor de 05 anos

Código s - UF: 11 Rondônia, 12 Acre, 13 Amazonas, 14 Roraima, 15 Pará, 16 Amapá, 17 Tocantins, 21 Maranhão, 22 Piauí, 23 Ceará, 24 R. O. Norte, 25 Paraíba, 26 Pernambuco, 27 Alagoas, 28 Sergipe, 29 Bahia, 31 Minas Gerais, 32 Espírito Santo, 33 Rio de Janeiro, 35 São Paulo, 41 Paraná, 42 Santa Catarina, 43 R. G. Sul, 50 Mato Grosso do Sul, 51 Mato Grosso, 52 Goiás, 53 Distrito Federal.

Educação										
Nº de ordem	MORADORES QUE FREQUENTAM ESCOLA OU CRECHE						MORADORES QUE NÃO FREQUENTAM ESCOLA OU CRECHE			
	42. [NOME] frequenta escola ou creche?	43. Grau que [NOME] frequenta	44. Séries/ano que [NOME] frequenta	45. Há quanto tempo [NOME] frequenta escola ou creche (em anos)	46. Período que [NOME] frequenta	47. A escola ou creche que [NOME] frequenta é:	48. Último grau que frequentou	49. Última série concluída	50. Quanto tempo [NOME] não frequentou? (em anos)	51. Por qual motivo [NOME] não frequenta mais a escola ou creche?
1										
2										
3										
4										
5										
6										
7										
8										
9										
10										
	1. Sim - siga para 48 3. Não - siga para 49	1. Creche 2. Pré-Escola 3. Regular - Ensino Fundamental 4. Supletivo Ensino Fundamental 5. Regular - Ensino Médio 6. Supletivo Ensino Médio 7. Ensino Técnico 8. Curso Pré-Vestibular 9. Faculdade 10. Pós-Graduação 11. Alfabetização de Adultos	0. Não Sabe 1. 1º ano 2. 2º ano 3. 3º ano 4. 4º ano 5. 5º ano 6. 6º ano 7. 7º ano 8. 8º ano 9. Não sei	00. Menos de um ano 99. Não sei	1. Manhã 2. Tarde 3. Noite 4. Integral 5. Não sabe	1. Estadual 2. Municipal 3. Particular 4. Fundação ou Entidade 5. Curso 6. Não sabe	1. Creche 2. Pré-Escola 3. Regular - Ensino Fundamental 4. Supletivo Ensino Fundamental 5. Regular - Ensino Médio 6. Supletivo Ensino Médio 7. Ensino Técnico 8. Curso Pré-Vestibular 9. Faculdade 10. Pós-Graduação 11. Alfabetização de Adultos 12. Nunca frequentou	0. Não sabe 1. 1º ano 2. 2º ano 3. 3º ano 4. 4º ano 5. 5º ano 6. 6º ano 7. 7º ano 8. 8º ano 9. Não sei	00. Menos de um ano 99. Não sabe	1. Não gosta de estudar 2. Não quer estudar 3. Prefere ao trabalhar 4. Precisa trabalhar para ajudar no orçamento doméstico 5. Pressão por um tempo 6. Doença ou incapacidade 7. Os pais ou responsáveis não querem que estude 8. Ajudar nas afazeres domésticas 9. Procurar emprego 10. Fato de viagem na escola/creche 11. Não existe escola/creche perto de casa 12. Não tem curso diurno 13. Não tem curso noturno 14. A escola/creche é muito ruim, violenta, etc. 15. Se casou 16. Ficou grávida / teve filho 17. Prefere ficar com a turma 18. Motivos Financeiros

Educação				Adolescentes e jovens		
TODOS MORADORES MENORES DE 17 ANOS		TODOS MORADORES MAIORES DE 17 ANOS		PARA PESSOAS DE 17 A 24 ANOS		
	52. [NOME] frequentou escola/ creche o ano passado?	53. Com quem fica [NOME] quando não está na escola/creche?	54. No tempo livre, o que [NOME] faz principalmente?	55. Qual o principal lugar onde [NOME] acessa a Internet?	56. [NOME] frequenta outro tipo de atividade educacional (idiomas, computação, especialização etc)?	57. [NOME] frequenta outro tipo de atividade cultural ou esportiva?
1						
2						
3						
4						
5						
6						
7						
8						
9						
10						
	1. Sim 2. Não	1. Pai e mãe em casa 2. Mãe em casa 3. Pai em casa 4. Avós no próprio domicílio 5. Avós em outro domicílio. 6. Outros parentes no domicílio 7. Outros parentes em outro domicílio 8. Irmãos 9. Empregada 10. Passa o dia todo na escola/creche 11. Não tem esquema fixo 12. Ninguém 13. Vizinhos remunerados 14. Vizinhos não remunerados 15. Outro 99. NS / NR 00. NSA	1. Fica à toa na rua 2. Faz algum curso ou esporte 3. Faz bicos 4. Cuida de alguém da família 5. Estuda/ê 6. Em casa com outras atividades 9. Não tem tempo livre	1. Em casa 2. Numa Lanhouse 3. Centro comunitário, igreja etc. 4. Trabalho 5. Biblioteca 6. Outro espaço público 7. Na escola 8. Na casa de parentes, amigos ou vizinhos 9. Não acessa	1. Sim, paga 2. Sim, gratuita 3. Sim, ambos, pago e gratuito 9. Não	1. Sim, paga 2. Sim, gratuita 3. Sim, ambos, pago e gratuito 9. Não

Módulo 4 – Mobilidade Espacial

Atenção: informações sobre o RESPONSÁVEL PELO DOMICÍLIO

Agora gostaria que a senhora me fornecesse algumas informações sobre o responsável por este domicílio. Falaremos de suas mudanças de domicílios (se é que existiram); num primeiro momento pensaremos em termos de região e depois em termos de município.

1. (Nome – RD) sempre morou neste município? 1. Sim → Passe para a 18 2. Não

2. (Nome – RD) já morou em outro município fora dessa Região?

1. Sim 2. Não → Passe para a 9

3. Quando (Nome – RD) chegou à Região foi morar em:

- | | |
|---|--------------------------------|
| 1. Casa própria em bairro ou loteamento | 5. Casa cedida |
| 2. Casa alugada | 6. Pensão |
| 3. Casa de parentes | 7. Alojamento |
| 4. Casa de amigos | 8. Moradia em área de ocupação |

4. (Nome – RD) chegou à Região com:

- | | |
|---------------------|------------------------------------|
| 1. Cônjuge e filhos | 5. Com os pais e/ou irmãos |
| 2. Só com cônjuge | 6. Com amigos e/ou outros parentes |
| 3. Só com filhos | 9. Não sabe |
| 4. Sozinho(a) | |

5. Qual o principal motivo que levou (Nome – RD) a se mudar para a Região? (RU) (RE)

1. Tinha oferta de terrenos baratos
2. Tinha oferta de casas baratas
3. Conseguiu um financiamento do governo para a casa própria (Cohab, CDHU etc.)
4. Trabalhar ou procurar trabalho na região
5. Trabalhar ou procurar trabalho no município
6. Foi transferido de emprego
7. Buscou tratamento médico na região
8. Buscou tratamento médico no município
9. Estudar na região
10. Estudar no município
11. Tinha parente no município
12. Casou-se com um residente do município
13. Lugar mais tranquilo
14. Aproveitar os benefícios oferecidos pela região (serviços, saúde, educação etc.)
15. Acompanhar família
16. Outros
99. Não sabe ou não quer responder

6. Como (Nome – RD) soube desta Região? (RU) (RE)

- | | |
|--|----------------------------|
| 1. Informações de parentes ou amigos | 5. Já conhecia o município |
| 2. Ouvia falar no município onde residia | 6. Por uma empreiteira |
| 3. Através dos meios de comunicação | 7. Nasceu aqui |
| 4. Agência de emprego | 8. Já morou aqui |

7. (Nome – RD) veio para a Região com um emprego garantido?

1. Sim → Passe para a 18 2. Não

8. Quantos meses (Nome – RD) demorou em conseguir emprego?

1. Menos de 1 mês 4. De 6 a 11 meses
2. De 1 a 2 meses 5. De 12 a 23 meses
3. De 3 a 5 meses 6. 24 meses ou mais

Agora vamos conversar sobre a chegada de (Nome – RD) ao município onde mora atualmente:

9. Quando (Nome – RD) chegou ao município onde reside atualmente foi morar em:

1. Casa própria em bairro ou loteamento 5. Casa cedida
2. Casa alugada 6. Pensão
3. Casa de parentes 7. Alojamento
4. Casa de amigos 8. Moradia em área de ocupação

10. (Nome – RD) chegou a este município com:

1. Cônjuge e filhos 4. Solteiro(a)
2. Só com cônjuge 5. Com os pais e/ou irmãos
3. Só com filhos 6. Com amigos e/ou outros parentes

11. Qual o principal motivo que levou (Nome – RD) a mudar para este município? **[RU]**

1. Tinha oferta de terrenos baratos
2. Tinha oferta de casas baratas
3. Conseguiu um financiamento do governo para a casa própria (Cofhab, CDHU etc.)
4. Trabalhar ou procurar trabalho na região
5. Trabalhar ou procurar trabalho no município
6. Foi transferido de emprego
7. Buscou tratamento médico na região
8. Buscou tratamento médico no município
9. Estudar na região
10. Estudar no município
11. Tinha parente no município
12. Casou-se com um residente do município
13. O município era mais tranquilo
14. Aproveitar os benefícios oferecidos pelo município (serviços, saúde, educação etc.)
15. Acompanhar a Família
16. Outros
17. Não sabe ou não quer responder

12. Qual o principal motivo que levou (Nome – RD) a sair do município onde morava anteriormente?

1. Falta de trabalho 6. Foi removido de uma ocupação
2. Falta de moradia 7. Para estudar
3. Não podia pagar o aluguel 8. Buscar atendimento médico na região
4. Condições insatisfatórias de trabalho 9. Acompanhar a família
5. Condições insatisfatórias de moradia

13. Como (Nome – RD) soube deste município? **[RU]**

1. Informações de parentes ou amigos 5. Já conhecia o município
2. Ouviu falar no município onde reside 6. Por uma empreiteira
3. Através dos meios de comunicação 7. Nasceu aqui
4. Agência de emprego 8. Já morou aqui

14. (Nome – RD) conhecia alguém no município antes de mudar?

1. Sim 2. Não → Passe para a 19

15. Se sim, quem? 1. Pai, mãe
2. Irmãos
3. Outros parentes
4. Amigos

Agora queremos saber a SUA OPINIÃO sobre esta mudança de município de (Nome – RD). As possibilidades de contar com... (Mostrar CARTÃO 3):

1. Acalaram ou diminuíam significativamente 2. Aumentaram 3. Ficaram do mesmo jeito 4. Não sabe dizer

16. A ajuda de amigos [____]
17. A ajuda dos vizinhos [____]
18. A ajuda ou solidariedade de parentes [____]

19. (Nome – RD) sempre morou neste bairro?

1. Sim → Passe para a 20 2. Não → Continue

Agora vamos falar um pouco sobre as mudanças de bairro feitas pelo (Nome – RD) dentro deste município:

20. Como era a situação do bairro onde (Nome – RD) morava anteriormente?

1. Loteamento regularizado (aprovado pela prefeitura)
2. Área de ocupação irregular
3. Área de ocupação em regularização
4. Favela
5. COHAB
6. CDHU

21. Qual o principal motivo de (Nome – RD) ter mudado do último bairro? **[RU]**

1. O bairro era muito violento
 2. O aluguel era muito caro
 3. Não havia casa para alugar
 4. Foi morar com algum parente ou amigo
 5. Tinha problemas com enchentes, deslizamentos etc.
 6. Comprou terreno e construiu no bairro
 7. Comprou casa no bairro atual
 8. Outros
 9. Foi transferido pela Prefeitura ou pelo Estado → **Passar para a 24.**
- } → **Continue**

22. Por que (Nome – RD) escolheu este bairro? **[RU]**

1. Bairro é mais barato para morar
2. Proximidade com local de trabalho
3. Proximidade da escola dos filhos
4. Proximidade de parentes
5. Melhor infra-estrutura (equipamentos públicos, transportes, escolas)
6. Melhor qualidade de vida

23. Como (Nome – RD) soube do bairro? **[RU]**

1. Por parentes
2. Por amigos
3. Por propagandas, folhetos ou cartazes
4. Por organizações sociais (sindicato, igreja, associações etc.)
5. Nasceu aqui
6. Já morou aqui

Agora queremos saber a sua opinião sobre esta mudança de bairro do (Nome – RD). Suas...
(Mostrar CARTÃO 3)

1. Aceleraram ou diminuíram significativamente	2. Aumentaram	3. Ficaram do mesmo jeito	4. Não sabe dizer
--	---------------	---------------------------	-------------------

24. Relações com Parentes
25. Relações com Amigos
26. Participação em atividades comunitárias (associações, igrejas, etc)

27. Em comparação ao bairro anterior, nesse bairro a vizinhança é...

1. Mais amigável e cooperativa
2. Mais fechada e egoísta
3. Cada um fica na sua, há uma certa indiferença
4. Nada mudou

28 a 38 – Gostaríamos de saber como é o seu bairro atual em relação ao anterior, quanto à:

1. Melhor	2. Pior	3. Igual
-----------	---------	----------

- | | |
|--|---|
| 28. Escola/creche <input type="text"/> | 34. Organização comunitária <input type="text"/> |
| 29. Saúde (postos e pronto-socorro) <input type="text"/> | 35. Segurança <input type="text"/> |
| 30. Atendimento da prefeitura <input type="text"/> | 36. Amizades dos seus filhos <input type="text"/> |
| 31. Infra-estrutura <input type="text"/> | 37. Área verde <input type="text"/> |
| 32. Lazer <input type="text"/> | 38. Qualidade do ar <input type="text"/> |
| 33. Vizinhança <input type="text"/> | |

39. A Sra. tem vontade de mudar deste bairro?

1. Sim → **Continue**
2. Não → **Encerre o módulo**

40. Por quê? **[RU]** (Entrevistador: assinala somente a mais importante)

- | | |
|---------------------------------|--|
| 1. Morar mais perto do trabalho | 5. Ter mais qualidade de vida |
| 2. Morar mais perto da família | 6. Ter mais espaço verde |
| 3. Aqui é muito violento | 7. Morar em lugar mais tranquilo |
| 4. Não gosta da vizinhança | 8. Não gosta do círculo de amigos dos filhos |